

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

JOSELINA SOUZA DE OLIVEIRA

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 25/11/2019.

QUILOMBO DO CRIAÚ: UMA REFLEXÃO SOBRE O ENSINO RELIGIOSO A PARTIR
DAS TURMAS DE 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - MACAPÁ-AP

Faculdade Unida de Vitória

Vitória – ES
2019

JOSELINA SOUZA DE OLIVEIRA

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 25/11/2019.



QUILOMBO DO CRIAÚ: UMA REFLEXÃO SOBRE O ENSINO RELIGIOSO A PARTIR
DAS TURMAS DE 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - MACAPÁ-AP

Trabalho final de
Mestrado profissional
Para obtenção do grau de
Mestra em Ciências das Religiões
Faculdade Unida de Vitória
Programa de Pós-graduação
Linha de Pesquisa: Religião e Esfera Pública

Orientador: Dr. Francisco de Assis Souza dos Santos

Vitória – ES
2019

Oliveira, Joselina Souza de

Quilombo do Criaú: uma reflexão sobre o ensino religioso a partir das turmas de 7º ano do ensino fundamenta II - Macapá-AP / Joselina Souza de Oliveira. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2019.

xi, 114 f. ; 31 cm.

Orientador: Francisco de Assis Souza dos Santos

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2019.

Referências bibliográficas: f.107-114

1. Ciência da religião. 2. Religião e esfera pública. 3. Escola quilombola. 4. Discurso religioso. 5. Educação quilombola. 6. Ensino fundamental em Macapá. 7. Quilombo de Criaú. - Tese. I. Joselina Souza de Oliveira. II. Faculdade Unida de Vitória, 2019. III. Título.

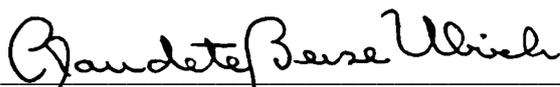
JOSELINA SOUZA DE OLIVEIRA

QUILOMBO DO CRIAÚ: UMA REFLEXÃO SOBRE O ENSINO RELIGIOSO A
PARTIR DAS TURMAS DE 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - MACAPÁ-AP

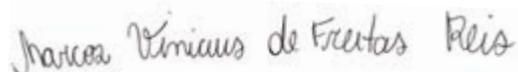
Dissertação para obtenção do grau
de Mestre em Ciências das
Religiões no Programa de Mestrado
Profissional em Ciências das
Religiões da Faculdade Unida de
Vitória.



Doutor Francisco de Assis Souza dos Santos – UNIDA (presidente)



Doutora Claudete Beise Ulrich – UNIDA



Doutor Marcos Vinicius de Freitas Reis – UNIFAP



Dedico aos meus filhos que estão me apoiando em momentos de angustias e aflição, sendo meus “portos” nas situações criadas para me desnortear e romper obstáculos que surgem diariamente. Amo vocês e é pra vocês essa minha vitória.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais. De todos os amores que pude receber durante a vida, o amor dos meus pais foi o mais especial. Não existe outro que conseguisse ser incondicional, e demonstrasse, ao mesmo tempo, um interesse tão grande e genuíno na minha felicidade.

Às minhas filhas. O tempo passou tão depressa, mas vocês jamais deixaram de ser as minhas “melhores”. Hoje, crescidas, já estão aprendendo as lições que a vida traz. Agradeço a Deus sempre por serem minhas companheiras.

Ao meu esposo. Todos os dias eu sou grata pela bênção de ter o homem da minha vida do meu lado. Foi uma escolha sensata, a melhor das minhas decisões. Se pudesse voltar atrás, faria tudo de novo, prometeria mais uma vez amor eterno e lutaria todos os dias por ele, como sempre fiz até agora.

À minha família, por ser o bem mais precioso que tenho, o motivo da minha felicidade. Quando nos reunimos, um sentimento de gratidão domina a minha mente e tudo o que eu tenho a fazer é agradecer aos céus por tê-los comigo e me sentir tão especial.

Aos meus amigos sou muito grata! Obrigada por vocês existirem! Vocês são as criaturas mais lindas que Deus colocou no meu caminho. De início não entendi bem ao certo, mas hoje sei que vocês fazem parte da minha vida simplesmente porque dividem comigo todos os momentos. Todas as alegrias, tristezas, ganhos, perdas reparto com vocês.



“Senhor, dê-me serenidade para aceitar as coisas que não posso modificar, coragem para modificar as que posso, e sabedoria para reconhecer a diferença entre elas”.

John Green.

RESUMO

A dissertação apresenta estudos sobre o tema Escola Quilombola: análise do discurso religioso nas turmas de 7º ano do Ensino Fundamental II-Macapá-Ap. Diante do conservadorismo e protecionismo com o sagrado e sua proteção nas práticas de ensino seculares, pretendeu-se responder à seguinte problemática: Quais são as implicações dos pontos e contrapontos apresentados no discurso da disciplina de ER na Escola Quilombola José Bonifácio (Macapá-Amapá), frente ao respeito à diversidade de credos e proselitismo? O objetivo foi investigar as implicações dos pontos e contrapontos apresentados no discurso da disciplina de ER na Escola Quilombola José Bonifácio, frente ao respeito à diversidade de credos e proselitismo. Os resultados foram organizados em capítulos, que procuraram analisar quais são os principais elementos teóricos apresentados no discurso da disciplina de Ensino Religioso à luz da diversidade de credos; identificar aspectos de religiosidade da disciplina de ER na Escola Quilombola José Bonifácio; e interpretar, por meio de questionários quantitativos e qualitativos, a perspectiva dos professores de Ensinos da Escola Quilombola José Bonifácio dentro dos pontos e contrapontos sobre diversidade de credos e proselitismo religioso. A problemática proposta foi respondida e foi confirmado que o ER na escola, através de sua gestão e participação de professores, tem procurado conservar as tradições ocorre através da identidade cultural que simboliza as múltiplas manifestações religiosas, folclóricas e populares. O povo do Quilombo do Curiaú, comunidade de entorno da Escola Estadual José Bonifácio, se formou em torno da cultura do Marabaixo (com vários elementos: crenças, mitos, valores, danças, festas populares, alimentação, modo de ser vista, entre outros fatores), transmitida oralmente de geração em geração. Essa suposição de que uma pessoa religiosa seja melhor, igual ou pior cidadã em razão de sua crença, caracteriza clara discriminação. Não há nenhuma necessidade de a sociedade quilombola ser “cristã” para ser justa. Constatou-se com o professor de ER que em sala de aula há diálogo inter-religioso, e expôs que ele acontece: (1) por meio da troca de vivências e experiências dos educandos; (2) pelas atividades e projetos interdisciplinares da escola contemplam o ER; e, (3) pelos diálogos sobre a identidade religiosa e a diversidade com inovadoras estratégias educacionais inclusivas. Há participação da sociedade e das famílias na escola através do debate afro. No discurso da maioria dos(as) alunos(as), constatou-se que em sala de aula há respeito à religião confessional, que o professor de ER estabelece vínculo dialógico e harmonioso e garante uma reciprocidade no tratamento da diversidade em suas aulas. Recomendou-se ao professor que não mais utilize o termo interdisciplinar mas adote a transdisciplinaridade por transgredir as fronteiras de cada ciência disciplinar e construir um novo conhecimento “através” das ciências, um conhecimento integrado em função da humanidade, resgatando as relações de interdependência. Assim, quanto mais transdisciplinar for a prática de pesquisa e de aprendizagem, mais avançará nos aspectos e campos do polo saber e mais em conta levará os diferentes níveis do polo dos sujeitos (professores e discentes). Concluiu-se que muita coisa ainda precisa ser feita, pois a estruturação da educação quilombola, no Estado do Amapá, Ademais, há escassez de profissionais qualificados e com experiência em educação escolar quilombola e ER para auxiliar no processo de transdisciplinaridade e desenvolvimento das Ciências da Religião.

Palavras-chave: Escola Quilombola. Discurso religioso. Ensino Fundamental. Macapá.

ABSTRACT

The dissertation presents studies on the theme Quilombola School: analysis of religious discourse in the 8th grade classes of Ensino Fundamental II-Macapá-Ap. Given the conservatism and protectionism with the sacred and its protection in secular teaching practices, the following problem was intended to be answered: What are the implications of the points and counterpoints presented in the discourse of the RE discipline at the Quilombola School José Bonifácio (Macapá-Amapá), respecting the diversity of creeds and proselytism? The objective was to investigate the implications of the points and counterpoints presented in the discourse of the RE discipline at the Quilombola José Bonifácio School, in view of respecting the diversity of creeds and proselytism. The results were organized in chapters, which sought to analyze what are the main theoretical elements presented in the discourse of the Religious Education subject in the light of the diversity of creeds; identify aspects of religiosity of the RE discipline at the Quilombola José Bonifácio School; and to interpret, through quantitative and qualitative questionnaires, the perspective of the teachers of the José Bonifácio Quilombola School Teachings within the points and counterpoints on diversity of creeds and religious proselytism. The proposed problem was answered and it was confirmed that the RE in the school, through its management and participation of teachers, has tried to conserve the traditions occurs through the cultural identity that symbolizes the multiple religious, folkloric and popular manifestations. The people of Quilombo do Curiaú, community surrounding the José Bonifácio State School, were formed around the culture of Marabaix (with various elements: beliefs, myths, values, dances, popular parties, food, way of being seen, among other factors.), transmitted orally from generation to generation. This assumption that a religious person is a better, equal or worse citizen by reason of his belief characterizes clear discrimination. There is no need for quilombola society to be “Christian” to be fair. It was found with the RE teacher that in the classroom there is interreligious dialogue, and explained that it happens: (1) through the exchange of experiences of learners; (2) the interdisciplinary activities and projects of the school include the RE; and (3) dialogues on religious identity and diversity with innovative inclusive educational strategies. There is participation of society and families in school through the Afro debate. In the speech of most students, it was found that in the classroom there is respect for the religious religion, that the RE teacher establishes a dialogic and harmonious bond and ensures a reciprocity in the treatment of diversity in their classes. The teacher was recommended not to use the term interdisciplinary anymore but to adopt transdisciplinarity as it transgresses the boundaries of each disciplinary science and builds a new knowledge “through” the sciences, an integrated knowledge in function of humanity, rescuing the relations of interdependence. Thus, the more transdisciplinary the practice of research and learning, the more it will advance in the aspects and fields of the knowledge pole and the more it will take into account the different levels of the subject pole (teachers and students). It was concluded that much still needs to be done, because the structuring of quilombola education in Amapá State. In addition, there is a shortage of qualified professionals with experience in quilombola school education and RE to assist in the process of transdisciplinarity and development of the sciences. Religion.

Keywords: Quilombola School. Religious discourse. Elementary School. Macapá.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AP	Amapá
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCEBA	Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Básica do Estado do Amapá
EE	Escola Estadual
ER	Ensino Religioso
ES	Espírito Santo
FONAPER	Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional
LEC	Liga Eleitoral Católica
MEC	Ministério da Educação
PCNER	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEDHMI	Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos
SEED	Secretaria de Educação do Estado do Amapá
STF	Supremo Tribunal Federal

LISTA DE TABELAS, FIGURAS, QUADRO E GRÁFICOS

Tabela 1 - Presença de grupos de religiões nos livros didáticos.....	28
Tabela 2 - Frequência da imagem de líderes religiosos e seculares nos livros didáticos	28
Tabela 3 - Frequência da imagem de líderes religiosos e seculares nos livros didáticos	29
Tabela 4 - Dados fornecidos pela Secretaria Escolar referente ao ano letivo de 2016.....	71
Tabela 5 - Conteúdos para o ensino de ER na Escola Pública do Amapá.....	77
Tabela 6 - Respostas dos discentes para respeito de sua religião nas aulas de ER.....	91
Figura 1 - Quilombo (Ilustração).....	47
Figura 2 - Navio Negreiro	53
Figura 3 - Áreas de origem dos africanos escravizados no Brasil.....	54
Figura 4 - Bacalhau	56
Figura 5 - Viramundo	56
Figura 6 - Transdisciplinaridade e suas aproximações.....	94
Quadro 1 - Grupos étnicos africanos trazidos à colônia portuguesa no Brasil	53
Gráfico 1 - Discentes declaram participar ou não das aulas de ER.	87
Gráfico 2 - Sobre os(as) alunos(as) terem sido orientados sobre ER não ser obrigatório.	88
Gráfico 3 - Opinião de discentes sobre a relação de ER com outras disciplinas.....	90
Gráfico 4 - Identificação das outras disciplinas que se relacionam com ER.....	92
Gráfico 5 - Opiniões sobre a religião dos discentes ser respeitadas nas aulas de ER.	93
Gráfico 6 - Opinião se o professor tem posto sua religião como modelo a ser seguido.....	96
Gráfico 7 - Lembranças dos discentes sobre fatos envolvendo a religião em aula de ER.	97
Gráfico 8 - Respostas dos discentes para fato envolvendo religião na escola.....	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 ASPECTOS FILOSÓFICOS, PEDAGÓGICOS E SOCIOCULTURAIS DO ENSINO RELIGIOSO À LUZ DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	19
1.1 Questões legais do Ensino Religioso.....	19
1.2 Questões filosóficas e pedagógicas do ER	24
1.3 Questões socioculturais do ER	34
1.3.1 Modelos de ER (Confessional, interconfessional e fenomenológico).....	37
1.3.1.1 ER Confessional	37
1.3.1.2 ER Interconfessional.....	37
1.3.1.3 ER fenomenológico	38
1.4 O ER na Base Comum Curricular (BNCC).....	38
1.5 Relação entre Ciência da Religião e Ensino Religioso no Brasil.....	42
1.6 O ER e sua relação com a questão negra.....	44
2 EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIOCULTURAL	47
2.1 Contextualizando os Quilombolas.....	47
2.2 Aspectos históricos dos Quilombolas.....	51
2.3 Aspectos filosóficos dos Quilombolas	57
2.4 Aspectos pedagógicos da educação quilombola.....	60
2.5 O ER na escola quilombola	64
2.6 A Escola do Quilombo do Curiaú	68
3 ESCOLA QUILOMBOLA: ANÁLISE DO DISCURSO RELIGIOSO NA TURMA DE 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II-MACAPÁ-AP	70
3.1 Percurso metodológico da pesquisa.....	70
3.1.1 Lócus de investigação.....	70
3.1.2 Sujeitos da pesquisa (população e amostra)	70
3.1.3 Instrumentos e técnicas de pesquisa	71
3.1.4 Coleta e análise dos dados	72
3.1.5 Aspectos éticos da pesquisa.....	73
3.2 Resultados obtidos com os instrumentos de pesquisa	73
3.2.1 Perspectivas do Docente de ER.....	73
3.2.2 Perspectivas dos discentes sobre ER na Escola.....	87
CONCLUSÃO.....	101

REFERÊNCIAS	107
ANEXOS	115



INTRODUÇÃO

O Ensino Religioso (ER) está contido no artigo 210 da Constituição Federal de 1988¹ ao constitui-la como componente facultativa curricular para ser realizada em horário normal nas escolas de Ensino Fundamental aos alunos, sendo, posteriormente, regulamentado pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBEN) através da publicação da Lei n.º 9.394/1996², que a definiu como componente e parte integrante da formação básica do cidadão, que prioriza e valoriza a diversidade cultural e veda qualquer forma de proselitismo.

A Comunidade do Curiaú é composta pelas Vilas de Curiaú de Fora e Curiaú de Dentro, situadas na Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Curiaú, a uma distância de poucos metros da cidade e da capital do Estado do Amapá, Macapá. Com o crescimento demográfico e a expansão do espaço urbano, o que separa o quilombo da cidade é apenas uma linha imaginária.

O Quilombo do Curiaú limita-se ao Norte e Nordeste com Igarapé Pescada, a EAP-70 e a BR-210. Ao Sul uma linha seca de latitude 00° 06'N. A Leste com o Rio Amazonas. A Oeste com a Estrada de Ferro do Amapá. Pode-se chegar à comunidade de duas maneiras: via terrestre, BR-210 e a EAP-70 e via fluvial através do Rio Curiaú. Há na localidade um posto de saúde, administrado pelo poder público municipal, um posto da polícia militar (PM) e a Escola Estadual José Bonifácio, ambos setores administrados pelo poder público estadual.

No Brasil, bem como no Estado do Amapá, mesmo com avanços nas políticas públicas para negros e índios, como a implementação da Lei de nº 10.639/2003³ suplementada pela atual Lei 11.645/2008⁴ de inserir a História Afro-brasileira, a História e Cultura Indígena, no contexto educacional brasileiro, bem como a liberação de cotas para negros para o ingresso nas universidades, o preconceito e a discriminação sendo tratados como crimes inafiançáveis ainda, assim se observa uma grande herança escravocrata, com grandes desigualdades políticas, econômicas, públicas e sociais.

¹ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal - Centro Gráfico, 1988.

² BRASIL. *Lei Federal n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 23 de dezembro de 1996, p. 27833.

³ BRASIL. *Lei Federal n.º 10.639 de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

⁴ BRASIL. *Lei Federal n.º 11.645 de 10 de março de 2008*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

É possível observar alguns avanços importantes para a valorização de grupos étnicos como é o caso do negro e do índio no que diz respeito às leis, às políticas públicas voltadas para essa questão, à inclusão da história desses povos na matriz curricular educacional brasileira. No que se refere à população negra brasileira, sua identidade foi, ao longo de nossa história, negada e/ou descaracterizada, impondo barreiras à constituição de uma identidade auto afirmativa que possibilitasse a mobilização e organização desse segmento para reivindicar por direitos relacionados à discriminação racial.

O ER tem sido referido como questão complexa devido a concepção laico do Estado brasileiro e da configuração multicultural do país⁵ e em comum sentido com o que preconizado no art. 19, I, da Constituição Federal de 1988⁶. Dessa maneira, o Estado se configura de forma laica, se apresentando independente de qualquer orientação religiosa.

Além da obrigação de respeitar e não interferir na liberdade de crença e no exercício de qualquer forma de culto. Esse aspecto é importante, pois o Estado só pode respeitar igualmente a todas as religiões, se não fizer a opção por nenhuma delas, o que faz com que a presença religiosa nos espaços públicos se configure como uma questão complexa⁷.

A proposta de pesquisa desenvolvida nessa dissertação consiste-se em debater o dilema epistemológico decorrente da inclusão da componente ER no currículo das escolas públicas de Ensino Fundamental, inserindo esse debate nos dilemas epistemológicos que enfatizam estudos acerca da liberdade de religião numa federação republicana e retomam o debate político acerca da separação entre Igreja e Estado, à luz da legislação brasileira, especialmente da Constituição Federal⁸, as leis da educação nacional⁹ e dos recentes pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE).

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) admite que o ER fosse “fruto de acordos e negociações entre o governo e a hierarquia católica. A partir daí, também, é que os chamados grupos laicos se insurgem¹⁰”. Portanto, alas conservadoras da CNBB expõem opiniões imparciais sobre o ER assimilando-o como patinho feio da escola por não vestir o uniforme escolar, mas exigir que se vista a roupagem eclesial¹¹.

⁵ CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. *Revista Brasileira de Educação*, v. 1, n. 27, p. 183-213, 2004, p. 184-185.

⁶ BRASIL, 1988.

⁷ CURY, 2004.

⁸ BRASIL, 1988.

⁹ BRASIL, 1996.

¹⁰ CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Regional Sul III, *Texto referencial para o ensino religioso escolar*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 15.

¹¹ KLEIN, Remí, WACHS, Manfredo C., FUCHS, Henri L. (orgs.). *O ensino religioso e o pastorado escolar: novas perspectivas – princípios includentes*. São Leopoldo: Instituto Ecumênico de Pós-Graduação/ IEPG, 2001, p. 34-35.

Nessa perspectiva, o ER tem sido descrito nos referenciais teóricos como área do conhecimento que foi recentemente inserida na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Mesmo assim, antes de 2017 quando foi incluída no BNCC, o Ministério da Educação (MEC) ainda não havia estabelecido os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ER (PCNER) com a proposta elaborada pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER), que reúne educadores – leigos e clérigos – sem representação oficial das direções eclesiais.

Um avanço importante, mas que até hoje persiste no dilema epistemológico. Nos documentos oficiais citados anteriormente o ER tem como objeto o Transcendente, o que tornaram possível considerar as experiências humanas atribuídas ao transcendente possíveis de serem tidas como objeto do diálogo cognoscente.

O Estado democrático e de direito é laico, há separação entre os legítimos interesses privados das religiões e o interesse público da escola. Essa separação implica luta política, delimitando no tempo e no espaço escolar o dilema epistemológico do ensino religioso. A justificativa de que o ensino religioso é um componente curricular porque integra a formação para a cidadania é falsa¹².

Essa suposição de que uma pessoa religiosa seja melhor, igual ou pior cidadã em razão de sua crença, caracteriza clara discriminação. Não há nenhuma necessidade de a sociedade ser “cristã” para ser justa. O princípio a valer para o acordo político e a nortear a causa pública é o razoável, o apropriado, o proveitoso, cujo conhecimento de modo algum representa privilégio cristão. Excluem-se, assim, todas as formas de “teocracia” ou de “cristandade”, e juntamente com elas a tentação de a Igreja impor à sociedade secular seu regime e seus valores¹³.

Justificar o ER pela necessidade de propiciar formação moral aos educandos também é falso. Nesse caso, ele seria uma “religião civil”, segundo a qual “os princípios transcendentais teriam a função precípua de consolidar a solidariedade social¹⁴”, o qual também aplica o conceito de religião civil na crítica da disciplina educação moral e cívica contida no Ato Institucional nº 12, “destinada a promover a solidariedade social e o preparo do cidadão¹⁵”.

¹² CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1991, p. 45-46.

¹³ BRAKEMEIER, Gottfried, *O ser humano em busca de identidade: contribuições para uma antropologia teológica*. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulinas, 2002.

¹⁴ AZEVEDO, Thales de. *A religião civil brasileira: um instrumento político*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 72.

¹⁵ BRASIL. *Ato Institucional nº 12*, de 1º de setembro de 1969. Dispõe sobre o exercício temporário das funções de Presidente da República pelos Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, enquanto durar o impedimento, por motivo de saúde, do Marechal Arthur da Costa e Silva, e dá outras providências, p. 1.

A Junta Militar e a tecnocracia educacional consideravam que “a moral vinculava-se a princípios permanentes, originários de Deus¹⁶”. Para moralizar a vida social não se tem apenas que proporcionar na escola os elementos necessários para a análise da vida moral, mas tem-se que lutar também para conseguir moralizar a sociedade. Não é possível pedir à escola mais do que ela pode proporcionar¹⁷.

Diante desse conservadorismo e protecionismo com o sagrado e sua proteção nas práticas de ensino seculares, pretende-se responder, nessa dissertação, à seguinte problemática de pesquisa: Quais são as implicações dos pontos e contrapontos apresentados no discurso da disciplina de ER na Escola Quilombola José Bonifácio (Macapá-Amapá), frente ao respeito à diversidade de credos e proselitismo?

Para facilitar a compreensão da abrangência desse estudo, apresenta-se as seguintes questões norteadoras da pesquisa: - O que pensam os professores sobre ER? - O que esses profissionais dizem sobre a abordagem do ER em sua prática? - A abordagem do ER dar-se de forma conflituosa com a perspectiva da laicidade?

Dessa maneira, pretende-se, como objetivo geral, investigar quais são as implicações dos pontos e contrapontos apresentados no discurso da disciplina de ER na Escola Quilombola José Bonifácio, frente ao respeito à diversidade de credos e proselitismo. Em relação aos objetivos específicos, pretende-se: - Analisar quais são os principais elementos teóricos apresentados no discurso da disciplina de Ensino Religioso à luz da diversidade de credos e em conformidade com os estudos de Carlos Alberto Steil¹⁸, Scott Randall Paine¹⁹, João Décio Passos²⁰, Sérgio Rogério Azevedo Junqueira²¹, João Décio Passos²², Débora Diniz, Tatiana Lionço e Vanessa Carrião²³, Alana Gandra²⁴, Domênico Costella e Edinilson

¹⁶ BRAKEMEIER, 2002, p. 133.

¹⁷ DELVAL, Juan. Alguns comentários sobre a educação moral. *Pátio: Revista pedagógica*, v. 1, n. 5, p. 1-29, 1998, p. 22-23.

¹⁸ STEIL, Carlos Alberto. Pluralismo, Modernidade e Tradição: Transformações do Campo Religioso. *Ciências Sociais y Religión/Ciências Sociais e Religião*, v. 1, n. 3, p. 115-129, 2001, p. 118.

¹⁹ Scott Randall. Exclusivismo, inclusivismo e pluralismo religioso. *Revista Brasileira PAINE de História das Religiões*, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2018, p. 1.

²⁰ PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007 p. 60.

²¹ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *O processo de escolarização do ensino religioso no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 49.

²² PASSOS, João Décio. Ensino Religioso: mediações epistemológicas e finalidades pedagógicas. In: PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso e formação docente*. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 36.

²³ DINIZ, Débora; LIONÇO, Tatiana; CARRIÃO, Vanessa. *Laicidade e ensino religioso no Brasil*. Brasília: Letras Livres, 2010, p. 68.

²⁴ GANDRA, Alana. Casos de intolerância religiosa sobem 56% no estado do Rio - A capital concentra mais da metade das denúncias. Agência Brasil, 8 de maio de 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2EiQh2q>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

Turozi de Oliveira²⁵, Edgar Morin²⁶, Eliane Moura da Silva²⁷, Henn Bergson²⁸, Claudete Beise Ulrich e José Mario Gonçalves²⁹; - Identificar aspectos de religiosidade da disciplina de ER na Escola Quilombola José Bonifácio a partir dos pressupostos teóricos e que foram explorados nos estudos de Daniel Antunes Freitas³⁰, Ilka Boaventura Leite³¹, Abdias Nascimento³², Manolo Florentino e Marcia Amantino³³, David Birmingham³⁴, Gilberto Freyre³⁵, Maria Albenize Farias Malcher³⁶, Terezinha Maria Schuchter e Janete Magalhães Carvalho³⁷ e Nelson Piletti e Claudinho Piletti³⁸; - Interpretar, por meio de questionários quantitativos e qualitativos, a perspectiva dos professores da Escola Quilombola José Bonifácio dentro dos pontos e contrapontos sobre diversidade de credos e proselitismo religioso.

Dessa forma, organizou-se um estudo de caso de abordagem qualitativa, pautando-se em uma pesquisa de natureza exploratória e pesquisa de campo, objetivando proporcionar uma visão geral e uma maior familiaridade com o tema a ser pesquisado. A coleta de dados ocorreu por meio de aplicações de entrevistas abertas, questionários estruturados e observação sistemática a alunos da turma de 7º ano do Ensino Fundamental II e os professores da disciplina ER da Escola Quilombola José Bonifácio.

Os resultados foram organizados em três capítulos. No primeiro capítulo traçou-se considerações e reflexões sobre os aspectos filosóficos, pedagógicos e socioculturais do ER à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Dessa forma, abordou-se as questões

²⁵ COSTELLA, Domênico; OLIVEIRA, Edinilson Turozi de. Epistemologia do Ensino Religioso. *Religião & Cultura*, v. 1, n. 11, p. 43-56, 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/2rNHYSd>>. Acesso em: 26 set. 2018.

²⁶ MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: Repensar a Reforma, Reformar o Pensamento*. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

²⁷ SILVA, Eliane Moura da. Religião diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania. *REVER (revista de estudos da religião)*, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2004.

²⁸ BERGSON, Henri. *Cartas, conferências e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 105. (Coleção “Os Pensadores”).

²⁹ ULRICH, Claudete Beise; GONÇALVES, José Mario. Estranho caso do ensino religioso: Contradições legais e questões epistemológicas. *Estudos Teológicos*, v. 58 n. 1, p. 14-27, 2018, p. 15-16.

³⁰ FREITAS, DA et al. Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. *Rev. CEFAC*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1999, p. 1-7, p. 2.

³¹ LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização? *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 123-149, maio 1999.

³² NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: um processo de racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

³³ FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Marcia. Fugas, quilombos e fujões nas Américas (séculos XVI-XIX). *Análise Social*, v. 1, n. 203, 2012, p. 236-267, p. 237.

³⁴ BIRMINGHAM, David. *A conquista portuguesa em Angola*. Lisboa: A Regra do Jogo/História, 1974.

³⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 48.^a ed. São Paulo: Global, 2003.

³⁶ MALCHER, Maria Albenize Farias. *Identidade Quilombola e Território*. 2018. 23 f. Artigo (Mestrado em Cultura e Sociabilidade na Amazônia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2018, p. 3.

³⁷ SCHUCHTER Terezinha Maria; CARVALHO Janete Magalhães. Problematizando os conceitos de diversidade e identidade: os documentos da SECADI e as implicações para o currículo. *Espaço do currículo*, v.9, n.3, p. 519-529, 2016, p. 521.

³⁸ PILETTI, Nelson, PILETTI, Claudinho. *História & Vida Integrada*. São Paulo: Ática, 2003, p. 101.

legais, filosóficas, pedagógicas e socioculturais, salientando-se que nenhuma tradição religiosa é “total” e não existe um status de favoritismo de religiões.

No âmbito da Base Comum Curricular (BNCC) considerou-se que o ER esteja organizado em currículo flexível, sendo uma bússola que norteará o caminho da educação a partir do que preconiza o Plano Nacional de Educação (PNE) e as legislações contemporâneas, que elencam a opção por um ER não confessional e, portanto, com base no reconhecimento da diversidade e o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares, sobretudo com aqueles que se declaram agnósticos e ateus. Todo esse movimento de abertura contribui à superação a todo tipo de proselitismo, intolerância, discriminação e exclusão entre as religiões e as diversas representações de mundo seculares e promove o reconhecimento e o respeito às alteridades.

No segundo capítulo abordou-se sobre os contextos histórico e sociocultural da educação quilombola, buscado-se entender o processo de construção da identidade negra\Quilombola dos estudantes, também abordou-se sobre os temas transversais e inerentes, como a questão da luta histórica pelo território do Quilombo e como a educação Quilombola se estabeleceu como mecanismo de reivindicação e empoderamento para além das comunidades em que ela tem sido desenvolvida e em conformidade com a BNCC.

Nesse momento foram levadas em considerações especificidade dos Quilombolas, desde o período colonial até os dias de hoje, como instrumento de compreensão do movimento de etnicidade e da luta pelos direitos, desde sua terra até suas liberdades e igualdades na sociedade atual e global, e que, de certa forma, permanecem vivas numa visão de mundo inspirada em costumes, crenças, valores legados pelos ancestrais e descendentes das civilizações africanas.

No terceiro capítulo apresentou-se o percurso metodológico da pesquisa e os resultados obtidos no discurso religioso dos(as) professores(as) e dos(as) alunos(as) da turma de 7º ano do Ensino Fundamental II da Escola Estadual José Bonifácio, localizado na Comunidade Quilombola do Curiaú, em Macapá, Amapá. Apresentando-se um leque de reflexões para identificar o trabalho pedagógico com os credos religiosos, o respeito ou não à diversidade nas práticas pedagógicas e a questão do proselitismo religioso. E assim, encerrando-se com as conclusões e as recomendações.

1 ASPECTOS FILOSÓFICOS, PEDAGÓGICOS E SOCIOCULTURAIS DO ENSINO RELIGIOSO À LUZ DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A história do Ensino Religioso (ER) no Brasil possui diversos capítulos. Toda a discussão tecida na construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) preconiza que estamos e seguiremos distantes de um consenso e, portanto, novas páginas seguem sendo escritas.

No decorrer deste capítulo, antes de apresentar um panorama histórico dos aspectos filosóficos, pedagógicos e socioculturais do ER e como é ressignificado na nova proposta BNCC, é importante revisitar as principais questões legais do ER ao longo de sua trajetória.

1.1 Questões legais do Ensino Religioso

No que tange às questões legais do ER, em síntese, tudo iniciou com a chegada dos portugueses à Terra de Santa Cruz em 22 de abril de 1500, quando a esquadra de dez naus, três caravelas e cerca de 1,2 mil homens comandada pelo navegador português Pedro Álvares Cabral atinge o litoral sul da Bahia, na região da atual cidade de Porto Seguro. O desembarque aconteceu no dia seguinte, 45 dias após a partida de Portugal, e, em 26 de abril, é rezada a primeira missa no território. No dia 1º de maio, Cabral oficializa a posse das terras brasileiras pela Coroa portuguesa com a celebração da segunda missa diante de uma cruz marcada com o brasão real.

O papel do ER, da Igreja e da Educação era catequizar, uma vez que, esse era o acordo ente o Papa e a Coroa Portuguesa. A educação pública nesse período deveria ser gratuita, laica e para todos, mas é bem verdade que neste momento o ER se liga ao pensamento ideológico do Estado, que consistia em a burguesia tomar o lugar da hierarquia religiosa, e a educação passaria a ser pensada como ideal da classe dominante, com seus interesses e valores. Ainda nesse período, a escola e o educador sofrem com um projeto amplo e unitário, que visava apenas dominar os negros e os índios para só assim se tornarem pertencentes à fé cristã, e cuja administração ficava a cargo do Estado e da Igreja.

O Ensino Religioso no período imperial não mudou muito de figura, tudo porque a Religião Católica Romana era a religião oficial do Império e o Ensino Religioso passaram a ser acobertado e submetido à Metrópole como aparelho ideológico, já que nessa época a Igreja era dona de um vasto patrimônio econômico e cultural e não conflitava com a corte, isso sem falar que a mesma trabalhava com a educação, mesmo sendo papel do Estado. Vale

salientar ainda que a Igreja nesse período tinha lá seus interesses, o de evangelizar pregando ou impondo a doutrina católica romana.

Foi o art. 5º da Constituição Imperial de 1824³⁹ que estabeleceu o catolicismo como religião do Império e ignorava a educação, além disso, estabeleceu precária representação popular. O art. 95 excluía o rol os “eleitores [...] hábeis para serem nomeados deputados, as pessoas que não tiverem quatrocentos mil réis, os estrangeiros naturalizados e os não católicos⁴⁰”. A Independência impõe ao povo religião oficial, negando-lhe educação e representação política.

A nação livre nasce com povo sem cidadania por razões econômicas, étnicas e religiosas. O art. 11 da Constituição de 1891⁴¹ separa Igreja e Estado pela proibição do poder público “estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos⁴²”. A certidão de batismo da República, pelo art. 70, excluía do processo eleitoral: mendigos, analfabetos, e “religiosos [...] de qualquer denominação, sujeitos a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual⁴³”. Dessa maneira, a legislação evidencia importante contribuição para que o voto aberto fosse instituído.

O art. 72, § 6º da Constituição de 1891 declara “leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos⁴⁴”. A esfera dessa norma constitucional não contemplou o ER em nenhum aspecto, tornando-se apenas um ponto secular, promovida pela esfera da vida comum em coletividade, sob o domínio de apenas uma instituição religiosa, que propôs, com a Emenda Constitucional de 1926⁴⁵ citar em seu bojo normas para que o ER pudesse acontecer nas escolas públicas brasileiras.

A Revolução de 1930⁴⁶ “[...] significou o momento de volta da Igreja Católica ao proscênio político em larga escala⁴⁷”. O Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos, político articulado com a hierarquia católica, conseguiu impor o ER na escola pública. Getúlio

³⁹ BRASIL (1824). *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Diário Oficial, 2002, p. 1345.

⁴⁰ BRASIL, 1824, p. 1345.

⁴¹ BRASIL (1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Diário Oficial, 2002, p. 1485.

⁴² BRASIL, 1891, p. 1485.

⁴³ BRASIL, 1891, p. 1485.

⁴⁴ BRASIL, 1891, p. 1485.

⁴⁵ BRASIL (1926). *Emenda Constitucional de 3 de Setembro de 1926*. Substituição de artigos e parágrafos da Constituição. Disponível em: <<https://bit.ly/2tiKqbb>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

⁴⁶ Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas, com o objetivo imediato de leva-lo a tomar posse no cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano (OLIVEIRA Lúcia Lippi de. *Revolução de 1930*. Disponível em: <<https://bit.ly/36Bc5lX>>. Acessado em: 10 dez. 2018).

⁴⁷ CURY, Carlos Roberto Jamil, Ensino religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre Igreja e Estado no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 1, n. 17, p. 20-37, 1993, p. 26.

Vargas ao assinar o Decreto nº 19.941/1931⁴⁸ contribuiu de modo significativo para que o ER pudesse ter seu retorno para as escolas públicas, por meio da atuação de programas públicos organizados pela Igreja Católica através de manuais que padronizavam o ER, com conteúdos que orientavam para moral e doutrinação religiosa. Assim, à semelhança do fascismo italiano, “[...] a doutrina católica não era apenas uma doutrina religiosa, mas uma doutrina do Estado⁴⁹”.

A Liga Eleitoral Católica (LEC)⁵⁰ elege deputados que influenciam a redação da Constituição de 1934⁵¹, incorporando o Decreto nº 19.941/1931⁵² no capítulo da educação. O embate entre liberais e católicos assegura, fez com que União fixasse no plano nacional de educação o “[...] ensino, nos estabelecimentos particulares ministrado no idioma pátrio⁵³”. Dessa feita, aconteceu de os interventores do Estado Novo fecharem escolas comunitárias de colônias alemãs (católicas e luteranas) na região sul, por exemplo, por não cumprirem com os ditames do art. 153 da Constituição de 1934⁵⁴ e não quererem ministrar o ER como fora regulado.

Nesse contexto histórico, em 10 de novembro de 1937 foi publicada uma nova constituição no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas, inaugurando o período conhecido como “Estado Novo”. Em seu bojo, o ER foi tratado de modo pontuado, mas de modo imparcial e influenciado por uma única instituição religiosa e sua forma peculiar de doutrinação e moral. Dessa forma, como preconizado no art. 133 dessa edição Constitucional, o ER deveria ser inserido como componente curricular das instituições de ensino primário, normais e secundários.

A Constituição de 1946⁵⁵ ratificou a concepção de ER da Constituição de 1934⁵⁶. Nesse interstício histórico destaca-se a aprovação da lei nº 4.024/1961⁵⁷, as primeiras

⁴⁸ BRASIL (1931). *Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931*. Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. Disponível em: <<https://bit.ly/2qVLkcQ>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

⁴⁹ HORTA, José Silvério Baía, O ensino religioso escolar na Itália fascista e no Brasil (1930-1945). *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 1, n. 17, p. 64-78, 1993, p. 70.

⁵⁰ Associação civil de âmbito nacional criada em 1932 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, com objetivo de mobilizar o eleitorado católico para que este apoiasse os candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja nas eleições de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte e de 1934 para a Câmara Federal e as assembleias constituintes estaduais (KORNIS, Mônica. *Liga Eleitoral Católica (LEC)*. Disponível em: <<https://bit.ly/34nlwUs>>. Acesso em: 10 dez. 2018).

⁵¹ BRASIL (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Decretada e promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: <<https://bit.ly/2YQ0ug1>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

⁵² BRASIL, 1931.

⁵³ GHIRALDELLI JR., Paulo. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1991, p. 45.

⁵⁴ BRASIL, 1934.

⁵⁵ BRASIL (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Decretada pela Assembléia Constituinte em 19 de outubro de 1946.

⁵⁶ BRASIL, 1934.

⁵⁷ BRASIL (1961). *Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que contém, em seu art. 97, o dispositivo do ER como disciplina normal dentro do currículo comum, de matrícula facultativa e sem ônus para o Estado⁵⁸.

Esse período marcado pelo militarismo no governo brasileiro caracterizou-se, no bojo do contexto desta dissertação, pela promoção do ER nas escolas brasileiras, dispondo para sua maior sistematização, o que culminou com a organização de políticas públicas e dotação orçamentária para o desenvolvimento de pedagógico de recursos para o ensino⁵⁹.

Em relação ao acréscimo de recursos públicos para que fossem alocados no desenvolvimento de livros didáticos e de formação de professores, e a expansão do ER para todas as modalidades de ensino, tornando-se essa a principal características promovida pela Constituição de 1967⁶⁰, e, pela Lei nº 5.692/71⁶¹.

Chega-se, portanto, à década de 1980, período marcado pelo fim do militarismo como forma de governo, e a inserção da democracia no contexto político e social no país. Em 5 de outubro de 1988 foi publicada a Constituição Federal de 1988⁶², a mais cidadã de todas as edições, trazendo a tona novamente a discussão e a importância doravante ao exercício do ER no contexto da Educação nacional⁶³.

Essa nova norma em seu art. 210, § 1º, norteou subsídios para que as futuras legislações pudessem regulamentar, no território brasileiro, o ER e suas características para serem adotadas no âmbito da educação básica⁶⁴.

Tanto assim que, em 20 de dezembro de 1996 foi sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN⁶⁵) que sistematizou de modo análogo ao da Constituição de 1891⁶⁶ e ao da Lei de Diretrizes de 1961⁶⁷, o ER em seu art. 33, tornando-a um componente curricular autônomo em relação ao fenômeno religioso.

⁵⁸ CURY, Carlos Roberto Jamil, (1993). Ensino religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre Igreja e Estado no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, Faculdade de Educação da UFMG, nº 17, p. 20-37. (1996). A educação e a primeira onstituente republicana. In: FÁVERO, Osmar (org.). *A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988*. Campinas: Autores Associados,(1996), p. 29.

⁵⁹ CURY, 1993.

⁶⁰ BRASIL (1967). *Constituição do Brasil de 1967*. Decretada e promulgada pelo Congresso Nacional em 24 de janeiro de 1967.

⁶¹ BRASIL (1971). *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

⁶² BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Decretada e promulgada pelo Congresso Nacional em 5 de outubro de 1988.

⁶³ BRASIL, 1988.

⁶⁴ BRASIL, 1988.

⁶⁵ BRASIL. *Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

⁶⁶ BRASIL, 1891.

⁶⁷ BRASIL, 1961.

Art.33º - O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das Escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º - Os sistemas de Ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º - Os sistemas de Ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição do Ensino Religioso⁶⁸.

Não se pode deixar de citar e reconhecer a importância de diversas entidades na luta pelo ER na ambiência escolar, fundamentado na ciência da religião e não mais na concepção teológica ou catequética. O Fórum Nacional Permanente do ER (FONAPER)⁶⁹ tem sido um espaço privilegiado de debate, reflexão e direcionamento das questões imbuídas no Brasil.

[...] é uma sociedade civil sem vínculo político-partidário, confessional e sindical, sem fins lucrativos, sem prazo determinado de duração, que agrega pessoas jurídicas e pessoas físicas identificadas com o Ensino Religioso Escolar [...] se constitui em um organismo que trata questões pertinentes ao Ensino Religioso [...] o FONAPER estabeleceu uma série de objetivos iniciais [...] garantir a presença o Ensino Religioso na LDB de 1996 [...] produzir e publicar um Parâmetro Curricular Nacional para o Ensino Religioso. Por último, pretendia formular uma proposta para a formação de um profissional em Ensino Religioso e de uma graduação nessa disciplina⁷⁰.

Nesse contexto todo o esforço do FONAPER foi e permanece sendo essencial para o Ensino Religioso no Brasil. Em 2006 publicou e entregou ao Ministério da Educação (MEC) os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER)⁷¹, tendo como objeto de estudo o fenômeno religioso e a religiosidade. Todavia, o MEC não adotou os parâmetros, reafirmando a determinação da LDB que sugere para cada Estado e Distrito Federal deliberar como será este ensino, tendo o direito de regulamentar o currículo de ER.

Doze anos após a publicação dos PCNER, um dos grandes esforços do FONAPER tem sido responsabilizar o MEC na luta por ER autônomo epistemologicamente, compreendido como área de conhecimento. Estudos mostram a pertinência crítica à postura do MEC, que ainda não conseguiu implantar uma política de superação.

⁶⁸ BRASIL, 1997.

⁶⁹ Criado em 2005 com objetivo de acompanhar, organizar e subsidiar o esforço de professores, associações e pesquisadores que lutam pela promoção do Ensino Religioso no âmbito Escolar (CONSED. Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso promove o IX Conere. Brasília: Consed, 10 de julho de 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2RNpRhg>>. Acessado em: 10 dez. 2018).

⁷⁰ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *O processo de escolarização do ensino religioso no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 49.

⁷¹ FONAPER. *Parâmetros curriculares nacionais do Ensino Religioso*. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2rCFspn>>. Acessado em: 10 dez. 2018.

Superasse a velha temática da separação Igreja-Estado, o que significou não conseguir sustentar uma proposta consistente de ER do ponto de vista antropológico, como uma dimensão humana a ser educada; do ponto de vista epistemológico como uma Área de Conhecimento com estatuto próprio; e, do ponto de vista político, como uma tarefa dos sistemas de Ensino e não das confissões religiosas⁷².

Dessa forma com o propósito de determinar competências e habilidades que devem ser atingidas pelos componentes curriculares, a BCC abre uma nova discussão sobre o sentido e o significado do Ensino Religioso na educação básica. Sobre o presente debate que se encontra em aberto, veremos um pouco mais adiante.

1.2 Questões filosóficas e pedagógicas do ER

Com o advento da Filosofia na Grécia antiga, aproximadamente no século VI a.C, a sabedoria tornou-se o valor mais precioso na polis. Fundamentado na racionalidade e não mais na mitologia, questões antes indiscutíveis, como política, ética, religião etc., tornaram-se o centro dos debates filosóficos. Esse movimento reflexivo foi fundamental para a história do conhecimento.

A filosofia, em alguns estudos como a mãe de todos os saberes, paulatinamente foi organizada por áreas e disciplinas. No caso da Filosofia da Religião, área que investiga questões fundamentais sobre a existência ou não de Deus, da vida após a morte entre outros aspectos, torna-se um importante referencial teórico para o ER, pois oferece métodos de investigação que auxiliarão no estudo aprofundado a respeito das questões intrínsecas do campo da religião.

O estudo filosófico da religião tem vários métodos utilizados:

Método histórico-crítico comparativo – comparar as várias religiões no tempo e no espaço, buscando seus traços comuns e suas diferenças específicas, para verificar o que constitui a essência do fenômeno religioso;

Método Filológico – mediante o estudo comparado das línguas, busca encontrar nas línguas parentes o que pensavam e acreditavam os povos antes de se dividirem em línguas distintas (quais as palavras utilizadas para descrever e expressar o sagrado e suas raízes comuns);

Método Antropológico – reconstruir o passado religioso com base na etnologia, estudando os povos primitivos atuais (suas instituições, crenças, rituais e tradições). A filosofia da religião deve conjugá-los, para obter a melhor soma de elementos para chegar às suas conclusões sobre a essência das manifestações religiosas e suas características universais⁷³.

⁷² SENA, Luzia (org.). *Ensino religioso e formação docente: ciências da religião e ensino religioso em diálogo*. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 128.

⁷³ MARTINS FILHO, Ives Gandra S. *Manual esquemático de filosofia*. 3. ed. São Paulo: LTR, 2006, p. 7.

Nesse sentido, a presente metodologia é salutar para a epistemologia do Ensino Religioso, pois rompe com todo o exclusivismo (“que delimitaria o seu universo a um círculo restrito de adeptos como uma das alternativas à situação de pluralismo⁷⁴”) e o inclusivismo religioso em prol do pluralismo religioso (“uma tradição religiosa como já contendo, implícita, se não explicitamente, o essencial das verdades e dos valores positivos de outras tradições⁷⁵”).

Além do mais, essa metodologia capacita o docente de ER a dinamizar suas aulas, levando em conta a dimensão plurirreligiosa, tornando as práticas de ensino contextualizadoras do ambiente político em que está presente a sociedade secular, que não se baseia, portanto, somente na confessionalidade de uma determinada denominação religiosa, mas adota a dimensão do ser humano que precisa de aporte educacional sobre o fenômeno religioso⁷⁶.

Por isso, adota-se a estratégia multidisciplinar no processo de adoção da escola de ensino regular, por requer que a religiosidade não possa interferir nos seus construtores, mas tornar-se elemento e objeto de estudo do ER, pautado em disciplinas como a História Comparada, a Fenomenologia e a Filosofia da Religião, entre outras disciplinas⁷⁷:

Com esse conjunto multidisciplinar, as Ciências da Religião constroem um saber sobre o fenômeno religioso, vivido e representado em suas múltiplas faces e dimensões, e sempre presente e atuante no conjunto de existência humana. Configura-se, assim, um campo epistêmico próprio que tem como objeto de estudo o fenômeno religioso, caracterizado pela pluralidade metodológica utilizada e fundamentada numa nova arquitetura para a construção do conhecimento. Rompem com a investigação monolítica, separada, verticalmente estabelecida, e horizontalizam-se, na parceria com diversos ângulos de focalização de seu objeto de estudo – a religião, transdisciplinarizando-se de forma radical e, com isso, buscando negar a fragmentação e a linearidade do conhecimento sobre o fenômeno religioso⁷⁸.

Para além da contribuição da filosofia, o ER carece de parâmetros curriculares. Na ausência de uma matriz curricular comum. O CNE repassou esta atribuição aos conselhos estaduais e municipais. Doze anos após a publicação dos PCNER, um dos grandes esforços do FONAPER tem sido responsabilizar o MEC na luta por um ER autônomo epistemologicamente, compreendido como Área de Conhecimento. Alguns estudos são

⁷⁴ STEIL, Carlos Alberto. Pluralismo, Modernidade e Tradição: Transformações do Campo Religioso. *Ciências Sociais y Religión/Ciências Sociais e Religião*, v. 1, n. 3, p. 115-129, 2001, p. 118.

⁷⁵ PAINE, Scott Randall. Exclusivismo, inclusivismo e pluralismo religioso. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2018, p. 1.

⁷⁶ PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 60.

⁷⁷ SENA, 2006, p. 128.

⁷⁸ SENA, 2006, p. 128.

asseverados em suas críticas para demonstrar a postura do MEC, que ainda não conseguiu implantar uma política superadora e separação da Igreja e do Estado⁷⁹.

Superasse a velha temática da separação Igreja-Estado, o que significou não conseguir sustentar uma proposta consistente de ER do ponto de vista antropológico, como uma dimensão humana a ser educada; do ponto de vista epistemológico como uma Área de Conhecimento com estatuto próprio; e, do ponto de vista político, como uma tarefa dos sistemas de Ensino e não das confissões religiosas⁸⁰.

Não basta apregoar que o Estado é laico e que no ER deva ser assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo, se em contrapartida não se instituem políticas educacionais que organizem o currículo e regulem a formação e o exercício profissional dos docentes de ER. Nesse aspecto, em 22 de julho de 1997 foi publicada a lei nº 9.475⁸¹, que norteou a abolição do proselitismo no processo didático e metodológico, esboça a importância dos professores entenderem o fenômeno religioso e ensinarem-no sob a ótica do comportamentalismo, sem interferências de dogmas religiosos ou totalitarismos signatários no processo ensino aprendizagem.

Em dezembro de 2017 foi aprovada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁸² com a finalidade de organizar o ensino na rede de Educação Básica de forma plural, contemporânea e estabelecendo critérios para serem adotados e adequados no processo ensino aprendizagem e na construção de currículos e propostas pedagógicas⁸³.

Desta forma na contramão desta compreensão, o ER na educação básica tem sentido por fazer parte dos vários níveis de conhecimento do ser humano, por ajudar na compreensão do significado da existência humana, por contribuir com a criticidade dos estudantes, com a formação do cidadão etc. Por isso, torna-se importante compreender e identificar que “a discussão do ER não se inscreve, fundamentalmente, na esfera do debate sobre o direito ou não à religiosidade, mas do direito à educação de qualidade que prepare o cidadão para visões e opções conscientes e críticas em seus tempos e espaços⁸⁴”.

Diante do exposto ao assumir que o objeto de estudo do ER encontra-se no estudo e compreensão do fenômeno religioso presente nas culturas, o que significa pensa-lo assegurando o respeito à diversidade cultural e religiosa e que não seja proselitista? Um ER

⁷⁹ Pretendo tratar da nova BNCC no ponto 1.4.

⁸⁰ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *O processo de escolarização do ensino religioso no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 49.

⁸¹ BRASIL, 1997.

⁸² MELLO, Ana Paula Barbieri de; SUDBRACK, Edite Maria. Caminhos da educação infantil: da constituição de 1988 até a BNCC. *Revista Internacional de Educação Superior*, v. 5, n. 1, p. 1-21, 2019, p. 1.

⁸³ BRASIL, 2017.

⁸⁴ PASSOS, João Décio. Ensino Religioso: mediações epistemológicas e finalidades pedagógicas. In: PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso e formação docente*. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 36.

que dialogue com as entidades civis constituídas por diferentes denominações religiosas na definição dos conteúdos? Estudos apontam preocupação com o exercício do ER na educação.

A epistemologia do ER carrega, certamente, esses dois significados: fundamentação de uma Área de Conhecimento e fundamentação de uma prática pedagógica. E levanta a questão: em que ciência se assenta a disciplina do ER e sua prática? Portanto, a epistemologia do ER afirma que a religião é objeto de conhecimento. Que tipo de conhecimento é esse? O que significa Ensino Religioso? Como abordar o religioso? O que é propriamente o religioso do ensino? Quais os pressupostos do estudo do religioso? Quais as finalidades do ER dentro da escola? Ainda mais: qual a finalidade da educação? Mas um terceiro ingrediente se apresenta à discussão: Qual a responsabilidade do Estado na educação religiosa? O Estado tem o direito ou o dever de exercer essa tarefa? Não seria essa uma tarefa, de fato, exclusiva das confissões religiosas?⁸⁵.

A partir das preocupações supracitadas, uma grande queixa pedagógica é a fragilidade dos livros didáticos de Ensino Religioso. Em suma, além de professores sem uma formação qualificada para lecionar, soma-se que no mercado educacional não existe um livro didático que apresente o Ensino Religioso na perspectiva de uma Área de Conhecimento. Assim, surge uma importante questão importante diante desta fragilidade. “Por que, então, o MEC não define o que pode entrar nos livros de Ensino Religioso e os parâmetros curriculares?”⁸⁶”

Avaliamos 25 livros didáticos de editoras religiosas e das que têm os maiores números de obras aprovadas pelo MEC para outras disciplinas. Expressões e valores cristãos estão presentes em 65% deles. Expressões da diversidade cultural e religiosa brasileira, como religiões indígenas ou afro-brasileiras, não alcançam 5%. Muitas tratam questões como a homofobia e a discriminação contra crianças deficientes de uma maneira que, se fossem submetidas ao crivo do MEC, seriam reprovadas. A retórica sobre os deficientes é a pior possível. A representação simbólica é de quem é curado, alguém que é objeto da piedade, que deixa de ser leproso e de ser cego. É a do cadeirante dizendo obrigado, num lugar de subalternidade⁸⁷.

Lamenta-se que os livros didáticos de ER que ainda apresentam o Cristianismo e com maior enfoque no Catolicismo como a principal religião, reduzindo todas as outras religiões aos valores cristãos, além de fomentarem: intolerância à diversidade sexual e religiosa, apresentarem movimentos neopentecostais com preconceito, sucumbirem as religiões afro-brasileiras e indígenas, limitando ao máximo a história e sociologia das

⁸⁵ PASSOS, João Décio. *Ensino religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 36.

⁸⁶ AZEVEDO, Solange. A liberdade religiosa está ameaçada no país. *Revista Isto é*, v. 1, nº 216, 4 de maio de 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2YOnNH7>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

⁸⁷ DINIZ, Débora; LIONÇO, Tatiana; CARRIÃO, Vanessa. *Laicidade e ensino religioso no Brasil*. Brasília: Letras Livres, 2010, p. 68.

religiões. As tabelas 1-3 retratam aspectos preocupantes no cenário dos livros didáticos de ER no Brasil.

Tabela 1 - Presença de grupos de religiões nos livros didáticos⁸⁸

Religião	Presença nos livros didáticos (absoluto)	Presença nos livros didáticos (%)
Cristãs	609	65%
Orientais	112	12%
Islâmicas	75	8%
Judaicas	65	7%
Espíritas	33	3%
Afro-brasileiras	30	3%
Indígenas	21	2%
Total	945	100%

Tabela 2 -Frequência da imagem de líderes religiosos e seculares nos livros didáticos⁸⁹

Líder	Número de vezes que apareceu nos livros
Jesus Cristo	81
Gandhi	21
Martin Luther King	11
Madre Teresa de Calcutá	9
Betinho	7
Dalai lama	7
Papa	6
Allan Kardec / Chico Xavier	5
Buda	5
Confúcio	4
Dom Hélder Câmara	4
Irmã Dulce	4
Martinho Lutero	4
Outros líderes negros	4
Outros	4

⁸⁸ DINIZ, LIONÇO e CARRIÃO, 2010, p. 69.

⁸⁹ DINIZ, LIONÇO e CARRIÃO, 2010, p. 69.

Tabela 3 - Frequência da imagem de líderes religiosos e seculares nos livros didáticos⁹⁰

Líder	Número de vezes que apareceu nos livros
Henry sobel	3
Maomé	3
Madre Paulina	3
Nelson Mandela	2
Chico Mendes	1
Irmã Dorothy	1
Líderes indígenas	1
Moisés	1
Salomão	1
Total	192

Para além de não subsidiar o docente com um eficaz material didático, o monopólio de algumas religiões contribui com a hegemonia de algumas matrizes em detrimento de outras. As religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé, são as que mais sofrem com a intolerância religiosa no Brasil. No Estado do Rio de Janeiro, segundo a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI), “de janeiro a março deste ano, os casos de intolerância religiosa cresceram mais de 56% no estado do Rio de Janeiro em comparação ao primeiro trimestre de 2017⁹¹”.

O tipo de violência mais praticado é a discriminação (32%). Depois, parecem depredação de lugares ou imagens (20%) e difamação (10,8%). As religiões de matrizes africanas são os principais alvos: candomblé (30%) e umbanda (22%). De 2017 até 20 de abril, foram registradas 112 denúncias e mais de 900 ações de atendimento⁹².

Sendo assim, esses e outros desafios no ER exigem uma resposta rápida e eficaz. Pedagogicamente falando, urge a assimilação e apropriação de uma autêntica epistemologia do ER, capaz de contribuir com a formação integral dos nossos estudantes.

A Epistemologia do Ensino Religioso abre a religião à investigação filosófica num diálogo esclarecedor, que não pretende dissolvê-la, mas reconhecer seu sentido. Assumindo-se a religião não tanto como um fato objetivo – como faz o cientista que pretende descrevê-la e explicá-la –, mas como uma forma eminente da experiência humana, pode-se reconhecer nela sua originária congenialidade à filosofia, que assume a forma de uma relação dialógica – integração na diferença –, com mútuo

⁹⁰ DINIZ, LIONÇO e CARRIÃO, 2010, p. 69.

⁹¹ GANDRA, Alana. *Casos de intolerância religiosa sobem 56% no estado do Rio - A capital concentra mais da metade das denúncias*. Agência Brasil, 8 de maio de 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2qNZpZE>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

⁹² GANDRA, 2018, p. 1.

reconhecimento das respectivas instâncias de verdade. Esse caráter dialógico da relação entre filosofia e religião pode ser caracterizado em dois níveis conexos. Um nível mais geral, como duas dimensões da experiência; outro mais existencial, como duas modalidades da pessoa, ao mesmo tempo crente e pensante⁹³.

A noção de laicidade, de modo sucinto, recobre especificamente à regulação política, jurídica e institucional das relações entre religião e política, igreja e Estado em contextos pluralistas. Refere-se, histórica e normativamente, à emancipação do Estado e do ensino público dos poderes eclesiásticos e de toda referência e legitimação religiosa, à neutralidade confessional das instituições políticas e estatais, à autonomia dos poderes político e religioso, à neutralidade do Estado em matéria religiosa (ou a concessão de tratamento estatal isonômico às diferentes agremiações religiosas), à tolerância religiosa e às liberdades de consciência, de religião (incluindo a de escolher não ter religião) e de culto⁹⁴.

Ainda segundo a laicidade, os estudos de Ricardo Mariano⁹⁵ afirma que o uso do termo secularização e seus correlatos (denotando os sentidos de paradigma, teoria, conceito e fenômeno histórico) é hegemônico na literatura escrita em inglês e alemão. Já em francês, espanhol e português, por exemplo, secularização divide as atenções com o termo laicidade e suas derivações (laico, laicização, laicista), que ocupam boa parte das reflexões acadêmicas e também dos debates políticos sobre as relações entre religião e política, igreja e Estado, grupos religiosos e laicos.

A noção de laicidade, de modo sucinto, recobre especificamente à regulação política, jurídica e institucional das relações entre religião e política, igreja e Estado em contextos pluralistas. Refere-se, histórica e normativamente, à emancipação do Estado e do ensino público dos poderes eclesiásticos e de toda referência e legitimação religiosa, à neutralidade confessional das instituições políticas e estatais, à autonomia dos poderes político e religioso, à neutralidade do Estado em matéria religiosa (ou a concessão de tratamento estatal isonômico às diferentes agremiações religiosas), à tolerância religiosa e às liberdades de consciência, de religião (incluindo a de escolher não ter religião) e de culto⁹⁶.

Já os estudos de Emerson Giumbelli⁹⁷ ao definir as fronteiras da laicidade a enquadra como conceito analítico que permitiria caracterizar, no plano empírico, as laicidades, ou seja, distintas configurações estabelecidas em espaços nacionais e momentos históricos. E ao

⁹³ COSTELLA, Domênico; OLIVEIRA, Edinilson Turozi de. Epistemologia do Ensino Religioso. *Religião & Cultura*, v. 1, n. 11, p. 43-56, 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/2YTEkt>>. Acesso em: 26 set. 2018.

⁹⁴ COSTELLA; OLIVEIRA, 2007, p. 45.

⁹⁵ MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, 2011.

⁹⁶ MARIANO, 2011, p. 236-237.

⁹⁷ GIUMBELLI, Emerson. Fronteiras da laicidade. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 205-208, 2012.

abordar a distinção entre secularização e laicidade entende que o primeiro conceito seja reservado para a abordagem de dimensões sociais e culturais do retraimento do domínio religioso; o segundo, dotado de autonomia em relação ao primeiro, é entendido como um modo de organização ou regulação política, incluindo aspectos jurídicos.

A laicidade aponta para modos de regulação política e jurídica, Escapa-se assim da controvérsia muitas vezes estéril sobre a "maior" ou "menor" presença da religião na vida dos indivíduos, nas instituições sociais ou na governança estatal. Por tal característica, laicidade corresponde a um arranjo do político no qual a liberdade de consciência se encontra, em conformidade com uma vontade de igual justiça para todos, garantida por um Estado neutro em relação a diferentes concepções da vida ideal que coexistem na sociedade⁹⁸. A definição está composta por quatro elementos, configurados como fins e meios: Primeiro elemento: a liberdade de consciência e a igualdade entre convicções religiosas e filosóficas⁹⁹; Segundo elemento: a neutralidade estatal e a autonomia do político¹⁰⁰; Terceiro elemento: uma separação declarada entre Estado e igrejas, seja por outras medidas mais graduais¹⁰¹; Quarto elemento: a liberdade de consciência e a igualdade como princípios e sobre as formas e configurações que permitem atingi-las¹⁰².

Para Faustino Teixeira¹⁰³ a questão da laicidade e secularização são muito evidentes nos discursos teóricos e políticos no Brasil. As atuais reflexões em torno da laicidade podem servir de apoio para situar de forma pertinente a questão do ensino do religioso na escola pública. Embora mais recorrentes no cenário europeu, essas discussões revelam-se também pertinentes para o debate no Brasil, sobretudo nesse momento onde o debate torna-se vivo e caloroso. Em tempos de pluralismo religioso, não há mais lugar, em âmbito público, para um ensino religioso confessional que acaba por desconsiderar a singularidade, o significado e a originalidade das diferentes tradições religiosas. Há que honrar a alteridade no que ela tem de mais fundamental.

Não há como negar aos alunos a possibilidade de acesso inteligente ao fato religioso, bem como à compreensão das grandes referências espirituais. E isso pode acontecer de forma transversal e interdisciplinar, como o tem demonstrado o caminho favorecido pelas ciências

⁹⁸ GIUMBELLI, 2012, p. 206.

⁹⁹ GIUMBELLI, 2012, p. 206.

¹⁰⁰ GIUMBELLI, 2012, p. 206.

¹⁰¹ GIUMBELLI, 2012, p. 206.

¹⁰² GIUMBELLI, 2012, p. 206.

¹⁰³ TEIXEIRA, Faustino. O "ensino do religioso" e as Ciências da Religião. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 9, n. 23, p. 839-861, 2011.

da religião. E a aproximação a esse complexo fenômeno deve acontecer de forma aberta e sensível, sem que a reflexão se reduza a uma rapsódia de observações exteriores e frias¹⁰⁴.

Morin¹⁰⁵ indica os estudos de caráter interdisciplinar (junção de disciplinas¹⁰⁶) e politransdisciplinar (interação global das várias ciências; inovador; não é possível separar as matérias¹⁰⁷.) ligação dos saberes, como um dos caminhos diante dos problemas complexos que as sociedades contemporâneas enfrentam. Considerado um dos principais autores do pensamento complexo, responde:

O que é a complexidade? À primeira vista é um fenômeno quantitativo, a extrema quantidade de interações e de interferências entre um número muito grande de unidades. De fato todo sistema auto-organizador (vivo), mesmo o mais simples, combina um número muito grande de unidades da ordem de bilhões, seja de moléculas numa célula, seja de células no organismo [...]. Mas a complexidade não compreende apenas quantidades de unidade e interações que desafiam nossas possibilidades de cálculo: ela compreende também incertezas, indeterminações, fenômenos aleatórios. A complexidade num certo sentido sempre tem relação com o acaso¹⁰⁸.

O ER é um saber que pode e deve contribuir com a resolução dos problemas complexos da humanidade, como por exemplo, no trabalho das causas da intolerância religiosa e cultural presente na sociedade, podendo desconstruir ideologias e reconstruir novos sentidos em meio às práticas pedagógicas inovadoras. No desafio de pensar e sistematizar a epistemologia do ER, Costella e Oliveira¹⁰⁹ apresentam sete grandes reflexões neste árduo desafio.

A Epistemologia do Ensino Religioso leva em conta pelo menos sete reflexões: 1) Como a religião se coloca no atual contexto da epistemologia contemporânea, sobretudo na perspectiva do pensamento da complexidade: unitas multiplex (E. Morin) e da religião dos saberes?; 2) A relevância do fenômeno religioso e do sagrado na pós-modernidade; depois das “grandes narrativas” (Lyotard), pois há uma volta ao Sagrado e se constata o aparecimento de novas formas de espiritualidade, e isso tem um impacto também para a esfera pública e política das sociedades; 3) O que é religião e quais suas funções. Dentre as funções, destacam-se a de atribuir sentido e significação, a integração, a experiência do Sagrado, a de ser guia moral; 4) Um diálogo entre as metodologias filosóficas (Epistemologia, Filosofia, Metafísica, Fenomenologia) e não-filosóficas (Psicologia, Sociologia, História, Antropologia) para o ensino religioso nas escolas; 5) Religião e religiões: a categoria da alteridade como condição de compreensão, de diálogo e abertura aos outros credos e crenças (na perspectiva de Emmanuel Lévinas) para quebrar o círculo do etnocentrismo, da intolerância e do fanatismo, e para respeitar o outro

¹⁰⁴ TEIXEIRA, 2011, p. 840.

¹⁰⁵ MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: Repensar a Reforma, Reformar o Pensamento*. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

¹⁰⁶ FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: Didática e Prática de Ensino. *Interdisciplinaridade*, v. 1, n. 6, p. 9-17, 2015, p. 9.

¹⁰⁷ FAZENDA, 2015, p. 10.

¹⁰⁸ MORIN. 2001, p. 51-52.

¹⁰⁹ COSTELLA e OLIVEIRA, 2007.

como outro. A tolerância é o primeiro passo, mas não é suficiente; 6) O ensino religioso como disciplina escolar, integrada às outras formas do saber; distinção entre fé-crença-religião; 7) A perspectiva fenomenológico-hermenêutica na interpretação da experiência religiosa¹¹⁰.

Seguindo essa perspectiva, o Componente Curricular do ER deixa claro qual é o objetivo do ER:

O objetivo do Ensino Religioso é o desenvolvimento de estruturas cognitivas, conhecimentos, conteúdos, saberes, experiências, valores, linguagens, habilidades, entre outros que promovam a compreensão, interpretação e ressignificação da religiosidade e do fenômeno religioso em suas diferentes manifestações históricas, linguagens e paisagens religiosas presentes nas culturas e nas sociedades. Não tem por objetivo a adesão dos estudantes à determinada confissão religiosa que é o papel específico das comunidades eclesiais¹¹¹.

A pluralidade religiosa faz parte da identidade do povo brasileiro por conta dessa característica, o ER foi concebido para contribuir com a formação integral dos estudantes, ajudando-os a ampliar suas visões de mundo, suas pertencas religiosas bem como respeito às diversas identidades religiosas, em vista do desenvolvimento da cultura da paz e da solidariedade. Como postula o BNCC sobre o conhecimento religioso:

O conhecimento religioso, objeto da área de Ensino Religioso, é produzido no âmbito das diferentes áreas do conhecimento científico das Ciências Humanas e Sociais, notadamente da(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões). Essas Ciências investigam a manifestação dos fenômenos religiosos em diferentes culturas e sociedades enquanto um dos bens simbólicos resultantes da busca humana por respostas aos enigmas do mundo, da vida e da morte. De modo singular, complexo e diverso, esses fenômenos alicerçaram distintos sentidos e significados de vida e diversas ideias de divindade(s), em torno dos quais se organizaram cosmovisões, linguagens, saberes, crenças, mitologias, narrativas, textos, símbolos, ritos, doutrinas, tradições, movimentos, práticas e princípios éticos e morais. Os fenômenos religiosos em suas múltiplas manifestações são parte integrante do substrato cultural da humanidade¹¹².

Desta forma a prática pedagógica do Ensino Religioso deve estar permeada pela disposição metodológica de contribuir com o processo de construção de sentidos e significados da vida. Encontram-se possibilidades de diálogo, de socialização e de análise das diferentes relações entre sujeitos, que favorecem a construção do conhecimento religioso. Essa construção requer do sujeito aprendiz disposição para a interação sociocultural, para a interpretação e para a compreensão num processo de significação e ressignificação, desconstrução e reconstrução.

¹¹⁰ COSTELLA e OLIVEIRA, 2007, p. 43.

¹¹¹ SENA, 2006, p. 32.

¹¹² BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2018, p. 432.

1.3 Questões socioculturais do ER

A religião enquanto religião está presente nas culturas desde o surgimento dos primeiros grupos humanos. Assim, o indivíduo por natureza, busca compreender os pontos máximos e indissolúveis, revelando um grande desejo de alcançar algo que transcenda. Nesse aspecto, a religião se torna um espaço legítimo de sentido e significado para a existência de muitos indivíduos.

Sendo assim o conhecimento religioso e a religiosidade são construtos que contribuem na produção do sujeito. Como constructos, as experiências religiosas e a dimensão da religiosidade do sujeito se constituem no âmbito das instituições religiosas e para além delas. A representação de mundo de muitas culturas e conseqüentemente da maioria dos indivíduos, direta ou indiretamente, é afetada por aspectos da cosmovisão religiosa.

Em seu sentido geral e sociocultural, a religião é um conjunto cultural suscetível de articular todo um sistema de crenças em Deus ou num sobrenatural e um código de gestos, de práticas e de celebrações rituais. Toda religião acredita possuir a verdade sobre as questões fundamentais do homem, mas apoiando-se sempre numa fé ou crença¹¹³.

Nessa concepção a tese de que a pós-modernidade e o secularismo aniquilaria a religião foi contraposta pelo fortalecimento da mesma¹¹⁴. Vattimo identifica na secularização o retorno da religião, sobretudo do cristianismo, pois, ao romper com o pensamento forte e desvincular o homem da hierarquia fechada, aproxima a religião da essência do Evangelho anunciado por Jesus Cristo, a caridade¹¹⁵. Nunca, na história da humanidade, se falou tanto em respeito ao outro.

Para Max Weber¹¹⁶, a discussão do conceito de secularização necessariamente invade o terreno da conceituação de legitimidade, do tratamento teórico dos problemas de legitimação da autoridade, problemas que todos sabem recorrentes, permanentes, no Estado moderno. Sendo a recíproca também verdadeira: impossível discutir a fundo a legitimidade do ordenamento político nos quadros do moderno Estado constitucional e da democracia política cuja legitimação não se pode propor nem proferir com pretensão de reconhecimento senão

¹¹³ JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 239.

¹¹⁴ JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 239-240.

¹¹⁵ VATTIMO, Gianni. *Depois da cristandade: Por um cristianismo não religioso*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

¹¹⁶ WEBER, Max. *História geral da economia*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

como justificação imanente à própria política, numa operação que é de desencantamento da criação da lei sem esbarrar, mesmo que tacitamente, neste outro complexo temático, o da secularização.

A secularização contribui com o retorno da religião (entendida pelo termo “religare” que significa “amarrar” ou “religar” como um sistema comum de crenças, tornando-se espaço de sentido e significado para a existência¹¹⁷) quando acolhe o outro independentemente de suas contradições, reconhecendo não haver mais um estereótipo uno que enquadre o ser humano. Ela é expressão clara e objetiva do reconhecimento de direitos iguais para as culturas e as religiões. Nesta perspectiva, não há religião fora da cultura e toda cultura é afetada pelas crenças religiosas.

Nesse contexto ao reconhecer que o ser humano é naturalmente religioso e sempre cultivou profundos relacionamentos com as divindades, como expressão da universalidade dessa crença, “[...] houve no passado e há ainda hoje sociedades humanas que não têm ciência, nem arte, nem filosofia. Mas não existe nenhuma sociedade sem religião¹¹⁸”.

Sendo assim a religiosidade, tendência natural do ser humano de abertura ao transcendente expressa-se através de gestos, palavras, atitudes e ritos, comportamentos que, enquanto fenômeno social, nasce e sobrevive nas culturas e tradições de algumas instituições. A linguagem religiosa não é só um modo de explicar o mundo, visto que a ciência também o faz, mas é o modo, para o crente, de habitar o mundo.

No Brasil este aspecto é mais forte, pois desde a sua “descoberta” a relação religião e sociedade e igreja e estado é marcada por avanços e retrocessos, sobretudo no período que denominamos de cristandade. Ainda hoje, embora o Brasil constitucionalmente se declare um país laico, a religião exerce um papel importante na vida social, inclusive acompanhamos um cenário desafiador com a presença de partidos políticos vinculados a diversas instituições religiosas, uma ameaça à laicidade.

Nesse sentido, endossa a afirmação que a representação de mundo das pessoas de uma sociedade cuja presença da religião é significativa, explícita ou implicitamente, recebe uma influência da religião. Tal característica pode promover e gerar harmonia e desarmonia, libertação ou opressão, valores ou moralismos, diálogo ou fundamentalismo.

O ER escolar, enquanto disciplina autônoma que socializa conhecimentos, frente a essas e outras questões, exerce um importante papel sociocultural, de trabalhar

¹¹⁷ SILVA, Eliane Moura da. Religião diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania. *REVER (revista de estudos da religião)*, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2004.

¹¹⁸ BERGSON, Henri. *Cartas, conferências e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 105. (Coleção “Os Pensadores”).

interdisciplinarmente a questão dos conhecimentos religiosos sob o enfoque contemporâneo e secularista. O ER é fundamental no processo formativo dos estudantes ao reconhecer e refletir sobre a religião nas culturas e tradições religiosas, mas, sobretudo ao fomentar o respeito e o diálogo diante da diversidade religiosa.

Como fenômeno social, cultural e histórico, as tradições, instituições e movimentos religiosos estão em constante mudança. Esse é o mais forte argumento a favor da tolerância. Da mesma forma que um consenso é impossível, a consciência da mudança constante nos leva a refletir sobre a necessidade de compreensão dos fenômenos religiosos no tempo e espaço, em suma, na sua historicidade¹¹⁹.

Nessa perspectiva a conscientização de que nenhuma tradição religiosa é “total”, e que nem existe um status de favoritismo de religiões, contribui com o desenvolvimento de competências, tais como a tolerância religiosa, especialmente com as matrizes religiosas africanas, visto que são as que mais são alvos de intolerância religiosa no Brasil.

Entretanto, os estudos realizados por Claudete Beise Ulrich e José Mario Gonçalves¹²⁰ demonstraram que o componente curricular ER na educação brasileira tem sido organizado por meio de conteúdos que não são previstos nas DCNs, como acontece com as demais disciplinas do ensino fundamental. E segundo o entendimento desses autores:

Ao determinar que os sistemas de ensino devem ouvir entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso, a legislação não somente abre mão de estabelecer parâmetros curriculares nacionais para esse componente curricular, como abre um precedente para a interpretação confessional da legislação, como se faz em várias redes e como, por fim, entendeu o STF¹²¹.

Portanto, como fundamento basilar para justificar a inserção do item seguinte dessa dissertação, importa considerar que tal autonomia forjou debates para que o ER compusesse diretrizes na BNCC como integrado à área de Ciências Humanas, concebido com a finalidade de preparar os(as) alunos(as) para receber os saberes acerca das diversas cosmovisões e tradições religiosas, trabalhados em sala de aula por meio de pressupostos científicos, estéticos, éticos, culturais e linguísticos¹²².

¹¹⁹ SILVA, Eliane Moura da. Religião, Diversidade e Valores Culturais: conceitos teóricos e a educação para a Cidadania. *Revista de Estudos da Religião*, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2004.

¹²⁰ ULRICH, Claudete Beise; GONÇALVES, José Mario. Estranho caso do ensino religioso: Contradições legais e questões epistemológicas. *Estudos Teológicos*, v. 58 n. 1, p. 14-27, 2018, p. 15-16.

¹²¹ ULRICH; GONÇALVES, 2018, p. 15-16.

¹²² ULRICH; GONÇALVES, 2018, p. 15-16.

1.3.1 Modelos de ER (Confessional, interconfessional e fenomenológico)

Nessa subseção, pretende-se comentar teoricamente os vários modelos de ER encontrados e defendidos nos fundamentos teóricos.

1.3.1.1 ER Confessional

Trata-se de uma disciplina em que as aulas seguem ensinamentos de uma religião específica. Sua previsão legal se deu através de uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF), onde permitiu-se que em escolas públicas o ER possa ser dessa forma. Apesar disso, o ER é obrigatório para as escolas de ensino fundamental, mas facultativo aos alunos no artigo 33 da Lei 9.393/1996¹²³. Grande parte dos Estados brasileiros não apoiam essa decisão, uma vez que quase todas as secretarias estaduais de educação permitem apenas o ensino religioso não confessional nas escolas, onde o professor apresenta aos estudantes as histórias de todas as religiões, além de conteúdos de promoção da tolerância e do respeito pela liberdade de credo. O ensino confessional é uma forma de imposição que quebra a laicidade do país. Além disso, ocasiona uma série de dificuldades, como por exemplo, uma grande evasão durante as aulas. O ideal é abranger o ensino religioso como um todo, além de ampliá-lo¹²⁴.

1.3.1.2 ER Interconfessional

Aquele que ocorre quando o ensino é promovido de forma a orientar o aluno à adoção de posturas éticas, princípios doutrinários e litúrgicos de certas religiões, em específico as denominações cristãs, abordando valores paritários existentes dentro destas religiões, que são ministrados de tal forma que se tornam compatíveis como confissões religiosas específicas e sem promover doutrinações, nem exclusividades¹²⁵.

¹²³ BRASIL, 1996.

¹²⁴ INCONTRI, Dora; BIGHETO, Alessandro Cesar. Ensino *confessional, laico ou inter-religioso*? Qual a melhor resposta? Disponível em: <<https://bit.ly/2RRlqSw>>. Acesso: 10 dez. 2019.

¹²⁵ INCONTRI; BIGHETO, 2019, p. 1.

1.3.1.3 ER fenomenológico

Também chamado de não-confessional, onde o que se estuda são as manifestações culturais e religiosas da sociedade, tendo como objeto de análises as cultos, festas, rituais, feriados, comportamentos, valores, princípios, etc., de cada religião, de forma a permitir ao aluno o conhecimento das expressões da fé em suas mais diferentes formas, a partir de uma abordagem histórico-antropológico das religiões como um todo e não somente de uma parte e de uma só religião¹²⁶.

1.4 O ER na Base Comum Curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹²⁷ é constituída pelos conhecimentos essenciais que todo o estudante brasileiro, da Educação Infantil ao Ensino Médio, deve ter acesso a fim de que seus direitos à aprendizagem sejam assegurados, além de promover a equidade entre os mesmos. Para além de um currículo que engesse o processo de ensino e de aprendizagem, o presente documento deve ser compreendido como uma bússola que norteará o caminho da educação brasileira.

Prevista no Plano Nacional de Educação (PNE)¹²⁸, o processo de construção concebeu-se em meio a várias críticas. Embora tenham ocorrido conferências na esfera municipal, estadual e nacional e uma consulta pública, o debate democrático e com profundidade, sobretudo no chão da escola entre gestores, docentes e principalmente os estudantes foi demasiadamente fragilizado pela superficialidade dos diálogos, isso quando ocorreu.

Os debates sobre a construção e implementação do ER deram início desde 2014, mas, porém, até o presente momento, o governo apesar de muitos debates e discussões conseguiu aprovar parcialmente apenas a BNCC para a educação infantil e o ensino fundamental, mas para o ensino médio a discussão permanece em aberto.

Nesse sentido como se não bastasse tantas discussões sobre a forma como foi e tem sido construído o presente documento e suas opções pedagógicas, um debate que mobilizou a

¹²⁶ INCONTRI; BIGHETO, 2019, p. 1.

¹²⁷ BRASIL. *Base Nacional Curricular Comum*. Brasília: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2PkYV6G>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

¹²⁸ BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. Brasília: Ministério da Educação, 2000. Disponível em: <<https://bit.ly/2qVVXMO>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

participação de diversas entidades civis e religiosas foi sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da oferta do Ensino Religioso nas escolas públicas do Brasil.

Em 2010, a Procuradoria Geral da República por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), fundamentada na Constituição Federal de 1988¹²⁹ ao dispositivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (caput e parágrafos 1º e 2º, do artigo 33, da Lei 9.394/1996¹³⁰), propõe que o ER nas escolas públicas não seja de caráter confessional e que não seja admitida a contratação de “docentes” representando suas respectivas instituições religiosas.

O debate foi longo e inclusive reacendeu uma querela antiga, se o ER deve ou não ser ofertado nas escolas públicas. Após diversas audiências o Supremo Tribunal Federal (STF), a nosso ver equivocadamente, validou o ER confessional no seio das escolas públicas, seguindo o que a legislação atual estabelece.

Neste contexto a decisão de o ER ser oferecido de maneira confessional nas escolas públicas desfavorece as religiões minoritárias. De imediato, constata-se que o respeito ao pluralismo religioso e à liberdade religiosa na ambiência da escola é ameaçada ao delegar aos Estados e o Distrito Federal o poder sobre a definição dos conteúdos e das normas para habilitação e admissão dos professores de Ensino Religioso. Apesar da LDB¹³¹ afirmar que o ER não pode ser proselitista, legislações de estados como o Rio de Janeiro oferecem-no em caráter confessional. Os estudantes escolhem se as aulas serão do credo católico ou protestante empobrecendo, a meu ver, a proposta da pluralidade religiosa.

A decisão do STF desconsidera a falta de uma padronização na admissão dos professores de ER. A realidade demonstra que muitos profissionais não detêm uma formação acadêmica em ER ou em ciências da religião, assim, são desprovidos de conhecimento adequado, reproduzem em suas aulas a teologia e a catequese que aprenderam em suas experiências religiosas, desconsiderando a diversidade religiosa e o verdadeiro sentido do ER.

Nesta perspectiva, muitas escolas no Brasil insistem em admitir padres, pastores, irmãos e irmãs sem a formação adequada, além de profissionais licenciados em Sociologia, Filosofia, História, Teologia e Pedagogia. Todos sem uma formação específica em ER visto que a partir de 2018, a partir da nova BNCC passou a ser um componente curricular obrigatória.

¹²⁹ BRASIL, 1988.

¹³⁰ BRASIL, 1996.

¹³¹ BRASIL, 1996.

É verdade que essas e outras áreas de conhecimento devam suscitar diálogos e projetos interdisciplinares com o ER, mas, em si, são insuficientes para darem conta do ER enquanto estudo do fenômeno religioso e da religiosidade. Sendo assim, questiona-se: Por qual motivo o MEC não define o que pode entrar nos livros de Ensino Religioso e os parâmetros curriculares¹³²?

Avaliamos 25 livros didáticos de editoras religiosas e das que têm os maiores números de obras aprovadas pelo MEC para outras disciplinas. Expressões e valores cristãos estão presentes em 65% deles. Expressões da diversidade cultural e religiosa brasileira, como religiões indígenas ou afro-brasileiras, não alcançam 5%. Muitas tratam questões como a homofobia e a discriminação contra crianças deficientes de uma maneira que, se fossem submetidas ao crivo do MEC, seriam reprovadas. A retórica sobre os deficientes é a pior possível. A representação simbólica é de quem é curado, alguém que é objeto da piedade, que deixa de ser leproso e de ser cego. É a do cadeirante dizendo obrigado, num lugar de subalternidade¹³³.

Diante do exposto, é lamentável que os livros didáticos de ER ainda apresentem o cristianismo como a principal religião com maior enfoque ao catolicismo, reduzindo todas as outras religiões aos valores cristãos.

Além de fomentar a intolerância à diversidade sexual e religiosa, de apresentar os movimentos neopentecostais com preconceito, de sucumbirem as religiões afro-brasileiras e indígenas e de não abordarem com seriedade o pluralismo religioso, limitando-se, no máximo, à história e sociologias das religiões. Dessa forma já que a decisão está tomada, resta sinteticamente analisar o que o texto concluído na BNCC¹³⁴ sobre o componente curricular do ER traz de novidades.

Sendo assim a opção por um ER não confessional e, portanto, com base no reconhecimento da diversidade religiosa é mantida, mas como já refletido essa perspectiva não se sustenta facilmente diante de uma legislação confusa e retrograda como a vigente. Entre os objetivos propostos para o ER na BNCC se destaca:

A nova BNCC busca situar o Ensino Religioso de acordo com o artigo 33 da LDB LDBEN (Lei 9.394/96), conforme a redação dada pela Lei 9.475/97, tendo como objetivo a convivência democrática cidadã, a partir do acolhimento da diversidade cultural, na perspectiva pedagógica-epistemológica da interculturalidade, dos direitos humanos e da cultura da paz. No entanto, torna-se importante frisar que esses objetivos somente serão alcançados com a formação de professores/as em licenciatura em Ensino Religioso. Esse é um passo fundamental para superar os

¹³² GANDRA, 2018, p. 1.

¹³³ GANDRA, 2018, p. 1.

¹³⁴ BRASIL. *Base nacional comum curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2RSnY2X>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

desvios epistemológicos na realização do Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras¹³⁵.

Dentre os objetivos supracitados, chama atenção o foco no desenvolvimento de competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares, sobretudo com aqueles que se declaram agnósticos e ateus. Essa abertura é um movimento novo e ousado, visto que lança o componente do ER a novos campos do saber antes pouco ou quase nada considerado. Todo esse movimento de abertura contribui à superação a todo tipo de intolerância, discriminação e exclusão entre as religiões e as diversas representações de mundo seculares e promove o reconhecimento e o respeito às alteridades.

Em vista de assegurar o presente itinerário formativo, ao longo do ensino fundamental I, sugerem-se as seguintes competências específicas para o ER.

1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.
2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.
3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida.
4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.
5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente.
6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz¹³⁶.

Por fim, o texto da BNCC¹³⁷ destaca o não enrijecimento do arranjo proposto, ou seja, que os objetivos, os objetos de estudo e o agrupamento de temáticas não sejam a única forma dos Estados e o Distrito Federal elaborar sua matriz curricular. Ou seja, também por causa da derrota da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que questionou a confessionalidade do ER nas escolas públicas, infelizmente estamos longe de um Parâmetro Curricular Nacional do ER¹³⁸ e de políticas educacionais que orientam a formação e admissão dos docentes desta disciplina.

¹³⁵ ULRICH, Claudete Beise; GONÇALVES, José Mario. O estranho caso do ensino religioso: contradições legais e questões epistemológicas. *Estudos Teológicos*, v. 58, n. 1, p. 14-27, 2018, p. 25.

¹³⁶ BRASIL, 2016, p. 438.

¹³⁷ BRASIL, 2016.

¹³⁸ BRASIL, 2017.

1.5 Relação entre Ciência da Religião e Ensino Religioso no Brasil

Os estudos de Elisa Rodrigues¹³⁹ já esboçam que a relação entre Ciência da Religião e ER não é autoevidente, embora o objeto das duas seja a religião ou o fenômeno religioso. Além disso, outra característica que as aproxima é o fato de que a Ciência da Religião na academia brasileira teve início com estudos que priorizaram o empírico como, em certo sentido, o ER, que, antes de um embasamento teórico e compreensivo sobre a religião, teve início pelas mãos de profissionais envolvidos mais com a vivência dela do que com a reflexão a seu respeito. Tanto para a implementação de uma como de outra, obviamente, faz-se necessário o entendimento das razões históricas que coadunaram para a formação dessa área disciplina. Mas há uma diversidade de textos, quanto ao ER, que atende a essa finalidade de historiar a trajetória de fundação e implementação desse componente curricular.

Em 2018, Eduardo Gross¹⁴⁰ discorreu a respeito do trajeto de construção da Ciência da Religião no Brasil num artigo que elencou argumentos para justificar as diferenças entre esta área de conhecimento no contexto brasileiro em relação à realidade da Ciência da Religião anglo-saxã. Nele, o autor indicou espécie de afinidade entre a reflexão teológica da libertação e a práxis fomentada pelo materialismo histórico, aqui, compartilhados pelas Ciências Sociais brasileiras e por um ambiente favorável à emancipação de religiosos (clérigos e leigos) dos seus círculos eclesiais de origem.

As implicações diretas disso para a Ciência da Religião no Brasil seriam: 1) - a emergência de uma área de conhecimento influenciada pelos marcos teóricos e metodológicos das Ciências Sociais; e 2) - a presença de muitos religiosos na fundação da área, boa parte deles vinda da Teologia¹⁴¹.

No artigo de Elisa Rodrigues¹⁴² foi proposto discutir sobre a trajetória histórica de desenvolvimento da Ciência da Religião no Brasil, resumindo pontos importantes que dizem respeito: 1) - à distinção de Teologias dogmáticas; 2) - à ausência da Teologia moderna e crítica nos programas de Ciência da Religião no Brasil; 3) - à forte presença de estudos empíricos na Ciência da Religião brasileira e; 4) - à lacuna de estudos que aprofundem a questão da especificidade da área de Ciência da Religião no Brasil, em relação a outras áreas, como Sociologia, Antropologia, Psicologia, História e Geografia.

¹³⁹ RODRIGUES, Elisa. Ciência da Religião e Ensino Religioso. Efeitos de definições e indefinições na construção dos campos. *Rever*, v. 15, n. 2, p. 55-67, 2015.

¹⁴⁰ GROSS, Eduardo. Conhecimento sobre religião, Ciência da Religião e Ensino Religioso. *Numen: revista de estudos e pesquisa da religião*, Juiz de Fora, v. 17, n. 1, p. 119-138, 2018.

¹⁴¹ GROSS, 2018, p. 120.

¹⁴² RODRIGUES, 2015, p. 57.

Nesse tocante, as sugestões de Eduardo Gross¹⁴³ indicam como possibilidade de reflexão alguns caminhos para questionar se o viés empírico da Ciência da Religião no Brasil não caminhará par e passo com uma tendência compreensiva, embora existam estudos de religião que se contentam em abordar o fenômeno religioso apenas externamente ou descritivamente. Para esse autor, isso ocorre quando, primeiro, a influência dos aportes metodológicos legam à Ciência da Religião brasileira apenas ênfase na abordagem da religião pela via empírica ou etnográfica. Segundo, quando essa via resulta num conjunto de trabalhos de campo, análises de caso, pesquisas comparativas e estudos sobre religião e religiosidade cujo realce remontaria à abordagem da religião como reflexo da História e das contingências socioculturais.

Nesses casos, observa-se que a produção científica se preocupa em descrever a composição e as controvérsias do campo religioso brasileiro a partir das suas dinâmicas sociopolíticas, seus processos históricos e seus arranjos e reconfigurações. Trata-se, portanto, de um tipo de abordagem da religião digna pelo alto criticismo político-social, mas que prioriza uma leitura da religião que a reduz, na medida em que identifica nela apenas o seu aspecto institucional, de agência que tem poder, que determina as condutas sociais e que se caracteriza pelo exercício de funções sociais¹⁴⁴.

Já os estudos de Paulo Agostinho Nogueira Baptista¹⁴⁵ demonstraram que em 35 anos de presença das Ciências da Religião no Brasil, houve grande expansão, crescendo muito, ultimamente, as pesquisas que tratam do ER. Essa área acadêmica, hoje, na pós-graduação stricto sensu, já conta com 12 Programas, abrangendo quatro regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste), em oito estados (SP, MG, GO, PE, PB, PA, ES e SE), com predominância em São Paulo (4) e Minas Gerais (2 programas). Deve-se destacar, também, a organização em congressos, simpósios e seminários de inúmeros Grupos de Trabalhos – GTs ou Fóruns Temáticos – FTs.

Apesar de existirem posições diversas, considera-se que o curso mais adequado para a formação do docente do ER é o de Ciências da Religião. Boa parte da literatura e das pesquisas da área aponta nessa direção. Não só a natureza interdisciplinar oferece amplo espaço teórico e metodológico para a formação sobre o fenômeno e o campo do “religioso”, incluindo a descrença, o agnosticismo e o ateísmo, mas também porque pode fundamentar uma perspectiva de ER de natureza laica. A formação teológica, como já se afirmou, traz

¹⁴³ GROSS, 2018, p. 120.

¹⁴⁴ GROSS, 2018, p. 120.

¹⁴⁵ BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira. Ciências da Religião e Ensino Religioso: o desafio histórico da formação docente de uma área de conhecimento. *REVER*, v. 15, n. 2, p. 107-122, 2015.

problemas em relação a isso, pois tem em sua natureza o componente da fé de uma tradição religiosa, apesar do debate, relativamente recente, quanto à possibilidade de uma teologia pública¹⁴⁶.

Porém, o problema que tem gerado as maiores controvérsias sobre esse ensino diz respeito ao nome religioso, que por sua vez tem relação e cria enorme nebulosa em relação ao seu objeto. O que ensina o Ensino Religioso? Religião? O problema do objeto é associado, numa perspectiva imediata, com o nome da disciplina e da área de conhecimento. Apesar de uma caminhada já realizada sobre o problema epistemológico do ER, bem como das Ciências da Religião, considera-se que ainda há longo percurso a cumprir. E sobre a questão do nome da disciplina, deve-se destacar que ele não está mais em discussão, pois a legislação construída a duras penas está aí e denomina ER a disciplina e a área de conhecimento (Resolução CNE/CEB nº 07 de dezembro de 2010)¹⁴⁷.

1.6 O ER e sua relação com a questão negra

Para iniciar os esclarecimentos sobre a relação do ER com a questão negra, reporta-se aos estudos de Sérgio Rogério Azevedo Junqueira e Elivaldo Serrão Custódio¹⁴⁸ que a discussão sobre a cultura afro e indígena para todos os componentes curriculares é algo que precisa ser dialogado constantemente para verificar não apenas a qualidade do trabalho, mas sua efetividade visando a difusão do conhecimento destas comunidades na formação da cultura brasileira. O fio condutor deste trabalho é perceber como princípios da religiosidade afro-brasileira podem ser trabalhados em uma perspectiva valorativa pelo professor da disciplina Ensino Religioso, assegurando o respeito a diversidade cultural e religiosa no norte do Brasil e a aprendizagem dos educandos.

O estudo do fenômeno religioso em suas diferentes manifestações, efetivamente, configurando como parte importante do componente de Educação Religiosa na educação básica e, sua intrincada orientação pedagógica dos sistemas de ensino brasileiros. Esta análise baseia-se em mudanças no contexto atual da educação escolar, visando contribuir para a compreensão e valorização das características étnicas, estéticas e culturais dos diferentes povos que compõem a sociedade brasileira¹⁴⁹.

¹⁴⁶ BAPTISTA, 2015, p. 110-111.

¹⁴⁷ BAPTISTA, 2015, p. 110-111.

¹⁴⁸ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. *Dossiê: Cultura Afro-indígena e o Ensino Religioso*. Macapá: UNIFAP, 2015.

¹⁴⁹ JUNQUEIRA; CUSTÓDIO, 2015, p. 3.

Mas há contradições. Os estudos de Kelly Russo e Alessandra Almeida¹⁵⁰ demonstraram que há casos de discriminação e preconceito contra os praticantes das religiões de matriz africana faz parte de um debate mais amplo sobre o racismo estrutural existente na sociedade brasileira. Nesse estudo, procurou-se localizar Yalorixás ainda pouco apresentadas na grande mídia, mas reconhecidas em suas comunidades, buscando perceber suas visões sobre esses espaços de disputa e tensão que cercam a relação entre religião e cotidiano escolar.

Nesse entendimento, essa lógica excludente e discriminatória é colocada em prática nas escolas do estado do Rio de Janeiro e, com isso, o ER passou a ser quase sinônimo da religião cristã dominante, que confirma a histórica ligação da Igreja Católica com a construção e a manutenção dos Estados Nacionais. Esse recorte da cultura historicamente legitimada e garantida, que favoreceu a religião dominante Católica e atua com predominância nos currículos, ritos e festejos escolares brasileiros, hoje se reconfigura numa disputa epistêmica nas tensões existentes com as igrejas neopentecostais, principalmente na discussão sobre o campo das ciências. Outro ponto importante a considerar sobre a história dessas mulheres é a dificuldade para se reconhecerem e serem reconhecidas como Yalorixás. São sacerdotisas em uma sociedade machista. Elas cultuam uma ancestralidade negra em uma sociedade racista; são da Baixada Fluminense, região periférica em um estado repleto de desigualdades sociais; e são idosas e percebem como positivo o ER na escola: quatro, das cinco Yalorixás entrevistadas, disseram ser favoráveis ao ER, apesar de reconhecerem limites no modelo vigente¹⁵¹.

As Yalorixás, com suas práticas educativas, militância e sacerdócio, nos encaminham para o questionamento das matrizes educacionais que impedem o pensamento, colaboram com a intolerância e fortalecem o racismo. Para compreensão do fenômeno e dos pressupostos teóricos que nos orientam ainda hoje na educação, faz-se necessário esse debate que desconstrói a universalidade dos conhecimentos da matriz europeia, o paradigma moderno da ciência e a pós-modernidade, que o critica, mas não se estende em direção da violência imposta por ele nem questiona o eurocentrismo que o conforma, negando os demais modos de conhecer¹⁵².

Esse projeto de desvalorização e delimitação do espaço racial vai impregnar especificamente a forma de conhecer e produzir conhecimento. As ciências modernas,

¹⁵⁰ RUSSO, Kelly; ALMEIDA, Alessandra. Yalorixás e educação: discutindo o ensino religioso nas escolas. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 46, n. 160, p. 466-483, 2016.

¹⁵¹ RUSSO; ALMEIDA, 2016, p. 467.

¹⁵² RUSSO; ALMEIDA, 2016, p. 467.

principalmente das áreas naturais e sociais, também vão inventariar o ser humano nessa perspectiva. O espaço europeu será o nascedouro de quem tem a cultura fetichizada, de quem tem a lógica de pensamento valorizado, das línguas que detêm as cosmovisões aceitas, que podem classificar e nomear o mundo, historicizar e escrever com suas lógicas exclusivas seus tratados, num efeito perverso em que o discurso científico e religioso justificam as práticas de extermínio¹⁵³.

No Estado do Amapá, essa realidade também torna-se evidente, pois segundo Elivaldo Serrão Custodio¹⁵⁴, nos currículos escolares, verificamos que a cultura europeia tem sido valorizada em detrimento da cultura do negro, apesar deste se constituir em maioria do povo brasileiro. Esse ensino formal, de base branca europeizada, mostra-nos uma imagem que inferioriza o/a negro/a brasileiro/a. Apresenta modelos de negros/as com estereótipos negativos e através dessa imagem é imposto a esses alunos/as negros/as um ideal de ego branco, contribuindo dessa maneira para baixar sua autoestima.

Analisar os saberes, valores, práticas curriculares e pedagógicas da disciplina de Ensino Religioso no Amapá, confrontando o trato desta disciplina com a implementação dos artigos 26-A e 79-B da LDBEN (modificada pelas Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008), bem como o que preconiza as demais legislações amapaenses, foi de extrema importância, pois possibilitou a Elivaldo Serrão Custodio¹⁵⁵ conhecer como a temática do Ensino Religioso e as Relações Étnico-raciais estão sendo discutidas e/ou gestadas no espaço escolar.

O estudo de Elivaldo Serrão Custodio¹⁵⁶ demonstrou que do ponto de vista prático, a relação Ensino Religioso e relações étnico-raciais é insuficiente no que diz respeito a uma educação pautada na diversidade. Além disso, a prática curricular da disciplina, as orientações pedagógicas e os ensinamentos estão muitas vezes, delineados sob o viés cristão, sem qualquer alusão às práticas antirracistas.

Dessa feita, após a abordagem dos aspectos legais e ideológicos que tornaram obrigatório o componente ER na educação básica brasileira, pretende-se enveredar discussões teóricas sobre o objeto de estudos dessa dissertação, a Educação Quilombola, a qual ocorrerá no próximo capítulo da dissertação.

¹⁵³ RUSSO; ALMEIDA, 2016, p. 467.

¹⁵⁴ CUSTODIO, Elivaldo Serrão. *Ensino religioso e relações étnico-raciais no Amapá: Saberes, Valores e Práticas*. Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST. São Leopoldo: EST, v. 3, n. 1, p. 95-102, 2016.

¹⁵⁵ CUSTODIO, 2016, p. 97.

¹⁵⁶ CUSTODIO, 2016, p. 98.

2 EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIOCULTURAL

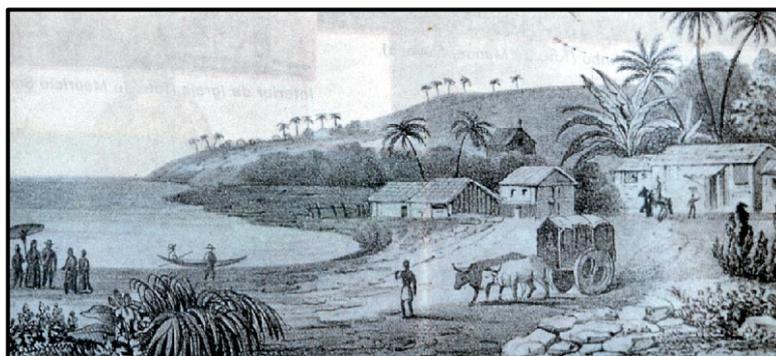
Nesse capítulo, pretende-se afirmar positivamente a identidade negra\Quilombola dos estudantes, também abordar temas transversais e inerentes, como a questão da luta histórica pelo território do Quilombo e como a educação Quilombola se estabelece como mecanismo de reivindicação e empoderamento para além das comunidades em que ela tem sido desenvolvida e em conformidade com a BNCC¹⁵⁷.

2.1 Contextualizando os Quilombolas

Para entender o contexto dos Quilombolas torna-se necessário compreender o conceito de Quilombos, um termo que designa, em sua etimologia, um conceito de origem bantu e se refere a um agrupamento, característico de acampamento guerreiro na floresta¹⁵⁸.

Essa perspectiva conceitual foi similarmente trabalhada em outras pesquisas antropológicas e históricas. Num estudo histórico¹⁵⁹, Ilka Boaventura Leite conceituou o termo Quilombo como uma expressão que tem sido sistematicamente usado, desde o período colonial até os dias de hoje, para designar a concepção dos africanos bantos em sentirem-se motivados para organizarem acampamentos guerreiros dentro das florestas, distantes das grandes fazendas em que eram maltratados por seus opressores (Figura 1).

Figura 1 - Quilombo (Ilustração)¹⁶⁰



¹⁵⁷ BRASIL, 2018.

¹⁵⁸ FREITAS, Daniel Antunes et al. *Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura*. Rev. CEFAC, São Paulo, v. 1, n. 1, 1999, p. 1-7, p. 2.

¹⁵⁹ LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização? Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 123-149, maio 1999.

¹⁶⁰ GUEDES, Eduardo. *Os quilombos*. Disponível em: <<https://bit.ly/2LUtv4W>>. Acesso em: 3 fev. 2019.

Em seu processo historiográfico, o Quilombo foi configurado em leis e políticas públicas desde a fase de administração colonial até os dias atuais, como “[...] unidades de apoio mútuo criado pelos rebeldes ao sistema escravista e às suas reações, organizações e lutas pelo fim da escravidão no País¹⁶¹”.

Em outra pesquisa¹⁶², o Quilombo foi entendido ainda em Angola como divisão administrativa, a qual tinha por função, tornar-se “[...] habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles¹⁶³”. Indicando, portanto, a intenção dos fugidos em reagir como guerreiros a uma situação opressiva.

Senhores e escravos estavam unidos, antes de uma relação de produção, por uma relação de poder fundada numa ordem privada e culturalmente legitimada. Por isso, e não apenas por representarem um ataque frontal ao direito de propriedade, é que as fugas e os Quilombos encarnavam a típica atitude de resistência à escravidão, um ato extremo no campo da política, cuja simples possibilidade apontava para os limites do domínio privado do senhor e garantia ao escravo algum espaço para a negociação de demandas¹⁶⁴.

Outro conceito explorado por Birmingham¹⁶⁵ apresentou definições expondo os Quilombos, quando criados e organizados conforme a tradição Mbunda, evidencia a riqueza com que tradição e identidade contribuíram para a formação dos espaços caracterizados como Quilombos e na conjuntura de suas especificidades.

No contexto dos Quilombos criados nessa tradição referida em paragrafo anterior, os negros fugidos deveriam se estabelecer como formas de organizações clônicas próprias dos negros que foram escravizados e que conseguiam obter sua liberdade por meio destas formas diferenciadas de habitações, distantes dos donos da terra que os arrendou¹⁶⁶.

O Quilombo, por assim dizer, tem um significado muito especial para os libertos, por ser o lugar de perseguição dos opressores, senhores de escravos. Importa, considerar nesse momento que aos libertos, o Quilombo significava uma conquista, o principal passo para a liberdade, e que, ao longo da história brasileira, representou “[...] um impulso quase inconsciente de imaginar um local habitado por negros que, numa luta sangrenta, buscam a

¹⁶¹ FREITAS, 1999, p. 2.

¹⁶² NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: um processo de racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

¹⁶³ NASCIMENTO, 1978, p. 27-28.

¹⁶⁴ FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Marcia. Fugas, quilombos e fujões nas Américas (séculos XVI-XIX). *Análise Social*, v. 1, n. 203, 2012, p. 236-267, p. 237.

¹⁶⁵ BIRMINGHAM, David. *A conquista portuguesa em Angola*. Lisboa: A Regra do Jogo/História, 1974.

¹⁶⁶ BIRMINGHAM, 1974, p. 17.

liberdade com a fuga, retirando-se do campo mais direto de batalha para continuarem em outras frentes de luta¹⁶⁷”.

Os negros, na época da administração colonial, eram dominados por opressores que os alocava em vários serviços na casa grande, e quando terminavam suas atividades desgastantes e escravizantes, voltavam para a senzala com explicado por Gilberto Freyre em sua obra *Casa Grande e Senzala*¹⁶⁸.

A intenção dos Quilombos era um sonho que para alguns se tornara possível graças à concepção de conquistar e organizar espaços de organização e luta política longe dos opressores, em áreas denominadas Quilombos, onde a liberdade sobrepuja-se a exploração e a resistência tornara-se sentido de construção do ideal de sobrevivência e de liberdade.

Na história, o Quilombo foi contextualizado como lugar de refúgio, uma proposta de mudança de vida que tomou sentido de resistência contra a forma desumana com que os opressores (coronéis, fazendeiros de açúcar e café) os tratavam em suas grandes fazendas. Por isso, os Quilombos eram escondidos, longe destas fazendas e de difícil acesso, para que a resistência tivesse sentido e a liberdade assumisse uma túnica possível de manter os valores tradicionais, filosóficos e sociais da família do escravo negro dentro dos Quilombos.

Por sua vez, os negros que habitavam os Quilombos passaram a ser denominados como Quilombolas, caracterizados por comporem o grupo étnico entre os negros, uma minoria, que preferia ser tratada como população Quilombola. O processo de construção da identidade Quilombola é contribuição singular para o estudo do território. Desse modo, a organicidade dos territórios étnicos através da análise do território, não se restringe somente ao campo de entendimento da afirmação da identidade, mas apresenta-se como instrumento de compreensão do movimento de etnicidade e da luta pelo direito agrário, que visa à ação política transformadora contrária a “lógica capitalista” no uso e apropriação da terra. Assim, a luta pela terra é uma das estratégias utilizadas por estes sujeitos e que garante a existência desses, enquanto Quilombola¹⁶⁹.

Quando discutimos identidade Quilombola, território e identidade aparecem intimamente imbricados, a construção do território produz uma identidade e a identidade produz o território, este processo é produto de ações coletivas, recíprocas, de sujeitos sociais. A territorialização, também é construção, movimento, no tempo e no espaço. São relações entre os sujeitos com sua natureza. Essa relação é

¹⁶⁷ FREITAS et al., 1999, p. 2.

¹⁶⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 48.^a ed. São Paulo: Global, 2003.

¹⁶⁹ MALCHER, Maria Albenize Farias. *Identidade Quilombola e Território*. 2018. 23 f. Artigo (Mestrado em Cultura e Sociabilidade na Amazônia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2018, p. 3.

registrada pela memória, individual e coletiva, fruto e condição de saberes e conhecimentos¹⁷⁰.

A escravidão negra foi disseminada no território brasileiro e perdurou por mais de três séculos. Neste período os Quilombos marcaram praticamente todo o território como sinal de protesto às condições desumanas e degradantes a que estavam sujeitos os escravos. Estes se constituíram em territórios étnicos de resistência, como alternativa de organização sócio-político-espacial às diversas formas de exploração do trabalho negro e escravo¹⁷¹.

A função dos Quilombolas foi tornarem-se herdeiros das terras em que os Quilombos eram criados, de modo que se tornassem cada vez mais caracterizados como sua propositude de fuga, de escassez de recursos e convivência isolada e distante dos grandes centros, e as peculiaridades da maneira de sobrevivência nesses espaços criados pelos pretos para os pretos.

Adentrando-se nos dias atuais, visualiza-se um cenário de legalização dessas terras para as comunidades Quilombolas, tanto que consta nos artigos 68, 215 e 216 da Constituição Federal de 1988¹⁷², a intenção do Estado em garantir e assegurar os direitos de remanescente aos afrodescendentes e define como responsabilidade do Estado a emissão dos direitos fundiários dessas populações Quilombolas¹⁷³.

Outro importante aspecto foi legalizado no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT¹⁷⁴, no artigo 68: “Aos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos¹⁷⁵”. Garantindo também os direitos culturais, definindo como “responsabilidade do Estado a proteção das manifestações das culturas populares, indígenas e afrodescendentes¹⁷⁶”.

Tais legislações beneficiaram diretamente as comunidades Quilombolas, pois além de reafirmar a luta de uma minoria étnica, favoreceu a aprovação de dispositivos constitucionais em 1988¹⁷⁷. Essa aprovação foi de suma importância para garantir direitos a todos os remanescentes de Quilombos. Na sua maioria, os descendentes de ex-escravos seriam os beneficiários dessa política de reconhecimento de direito ao território por eles habitado¹⁷⁸.

¹⁷⁰ MALCHER, 2018, p. 3-4.

¹⁷¹ MALCHER, 2018, p. 5.

¹⁷² BRASIL, 1988.

¹⁷³ BRASIL, 1988.

¹⁷⁴ BRASIL. Ato das disposições constitucionais transitórias - ADCT, 5 de outubro de 1988, p. 4.

¹⁷⁵ BRASIL, 1988, p. 1.

¹⁷⁶ BRASIL, 1988, p. 1.

¹⁷⁷ BRASIL, 1988, p. 1.

¹⁷⁸ FAZENDA, 2015.

Essas políticas de reconhecimento implantadas no Brasil a partir da nova carta constitucional culminou os resultados da “luta pela terra e se constitui no campo político e organizacional, por meio do qual a comunidade remanescente de Quilombo redefine estratégias. Isto representa uma alternativa de resgate da cidadania do povo negro, através da afirmação de sua identidade étnica¹⁷⁹”.

A contextualização dos Quilombolas deriva em parte da busca pelo domínio de seu próprio território, longe de seus opressores, retratando-se, ao longo da histórica, na busca simbólica e material de promover o seu próprio território étnico. Hoje essas garantias tem frutificado na organização dos movimentos de luta que tem conquistado ótimos resultados na intenção de buscar maneiras para o Estado assegurar o sentimento de pertencimento a um lugar e a um grupo, a posse coletiva da terra e o desenvolvimento coletivo da mesma.

2.2 Aspectos históricos dos Quilombolas

São diversas as publicações que referenciam abordagens sobre a composição da população brasileira, salientando entre outros aspectos, a diversidade e a pluralidade, importante, portanto, considerar as possibilidades de abordagens teóricas acerca destes conceitos no âmbito pedagógico e das Ciências da Religião.

Em relação ao conceito relativo a pluralidade, salienta “a ideia de algo diverso a uma forma, de plural em relação a um modelo. [...] o significado que possuem as diferenças culturais com leves pluralidades [...] se questionam sobre a hegemonia da normalidade¹⁸⁰”. Portanto, um conceito que demonstra uma série de concepções que convergem para a construção de um entendimento coletivo e aceito como normal.

Entender a diversidade brasileira mostra-se um tanto desafiador, mas não impossível de acontecer, pois o Brasil tem em sua marca a composição social por pessoas de várias raças, que a seu modo desenvolvem suas culturas. Por tal característica, contextualização a construção da nação brasileira, em que raças convivem e convergem para o bem estar cultural e social. nesse aspecto, há influencias positivas na concepção de sistema educacional e de estratégias de ensino em tempos modernos.

¹⁷⁹ MALCHER, 2018, p. 9.

¹⁸⁰ SCHUCHTER Terezinha Maria; CARVALHO Janete Magalhães. Problematizando os conceitos de diversidade e identidade: os documentos da SECADI e as implicações para o currículo. *Espaço do currículo*, v.9, n.3, p. 519-529, 2016, p. 521.

Em 13 de maio de 2018 o Brasil comemorou 130 anos a abolição da escravatura, evento importante não só da História do Brasil mais de todas as Américas. O Brasil pouco mais de um século, tornou-se a última nação ocidental a abolir a escravatura e encerrada sua tradição de três séculos naquela instituição moribunda, na qual milhares de seres humanos sofreram na pele as humilhações de seus semelhantes, que muitas vezes pagaram com a própria vida.

Poucos foram os que conseguiram fugir e formar Quilombos, mas conseguiram, e tiveram êxito na sua tentativa de obter a liberdade. Os Quilombos possuem portanto um sentido de refúgio, pois eram os locais onde os escravos se refugiavam quando fugiam dos maus-tratos nas senzalas. Por isso, os Quilombos surgiram, para que centena de negros fugidos pudessem ter um mínimo de dignidade em meio a luta intensa contra a escravidão.

Na Idade Moderna, Portugal foi o primeiro país da Europa a realizar o comércio de escravos africanos. Isso foi possível porque os portugueses, ao longo dos séculos XV e XVI, dominaram muitas regiões do litoral da África. Os navegantes e comerciantes enquanto procuravam avançar para chegar às Índias encontraram uma boa fonte de lucro: O tráfico de escravos.

Outra maneira para se conseguir escravos pelos portugueses eram as caçadas, onde entravam nas aldeias, perseguiram e prendiam seus habitantes. Às vezes, os próprios chefes das tribos vendiam membros de seu grupo em troca de quinquilharias¹⁸¹, outras vezes vendiam prisioneiros de guerra¹⁸².

Nesse caso, os próprios traficantes encarregavam de provocar guerras entre as tribos para depois comprar os prisioneiros. Esses comerciantes obteriam lucros altíssimos. Na África compravam-se escravos por preços baixos; vendiam-nos depois na América portuguesa. Devido ao tráfico negreiro, milhões de africanos foram violentamente arrancados da África e transformados em escravos.

As estimativas sobre o total de escravos trazidos para a América e especialmente para o Brasil variam muito. O número provavelmente jamais será conhecido. Calculava-se que para toda a América, entre os séculos XVI e XIX, foram trazidos de 10 a 20 milhões de escravos. Em relação ao Brasil, as estimativas apontam o desembarque de cerca de 4 milhões

¹⁸¹ Quinquilharias: coisas pequenas de pouco valor.

¹⁸² PILETTI, Nelson, PILETTI, Claudinho. *História & Vida Integrada*. São Paulo: Ática, 2003, p. 101.

de africanos entre 1531 e 1855. Havia distinções entre as nações africanas dada a miscigenação, confirmando que a cor da pele se tornou o fator de diferenciação¹⁸³.

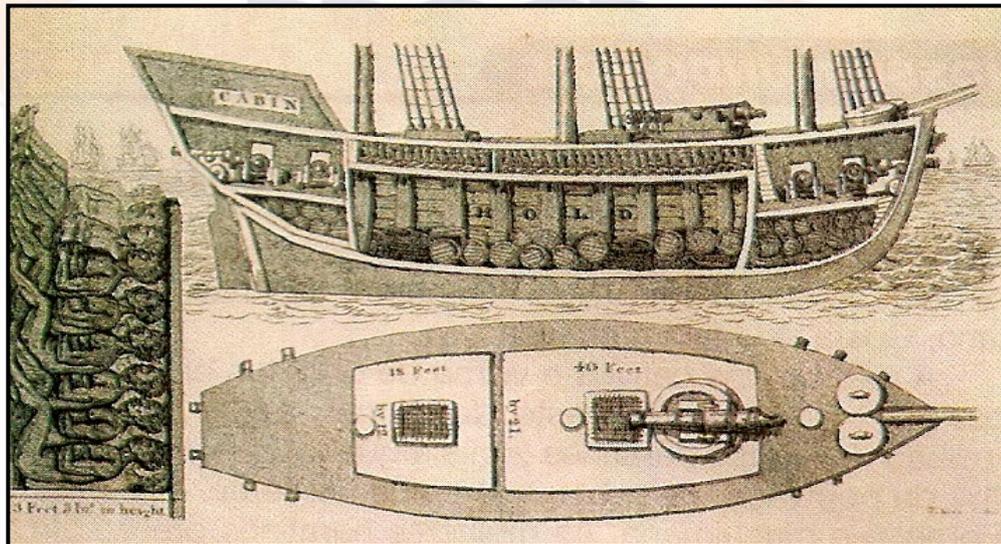
A maioria dos africanos trazidos à colônia portuguesa como escravos pertenciam a dois grupos étnicos específicos, conforme elencado no quadro 1.

Quadro 1 - Grupos étnicos africanos trazidos à colônia portuguesa no Brasil¹⁸⁴.

Grupo étnico	Origem do grupo étnico
Bantos	Originários da Angola, Moçambique e Congo desembarcados em Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro
Sudaneses	Provenientes da Guiné, na Nigéria e da Costa do Ouro, os quais foram desembarcados na Bahia.

O transporte dos escravos da África até o Brasil era feito em navios negreiros, chamados de tumbeiros (Figura 2).

Figura 2 - Navio Negreiro¹⁸⁵.



Os africanos eram acorrentados e marcados com ferro em brasa para identificação. Os navios negreiros saíam da África em média com 400 a 600 escravos, quantitativo variável de acordo com o tipo e tamanho das embarcações. Receando as possíveis revoltas, os porões dos navios eram trancados durante a viagem.

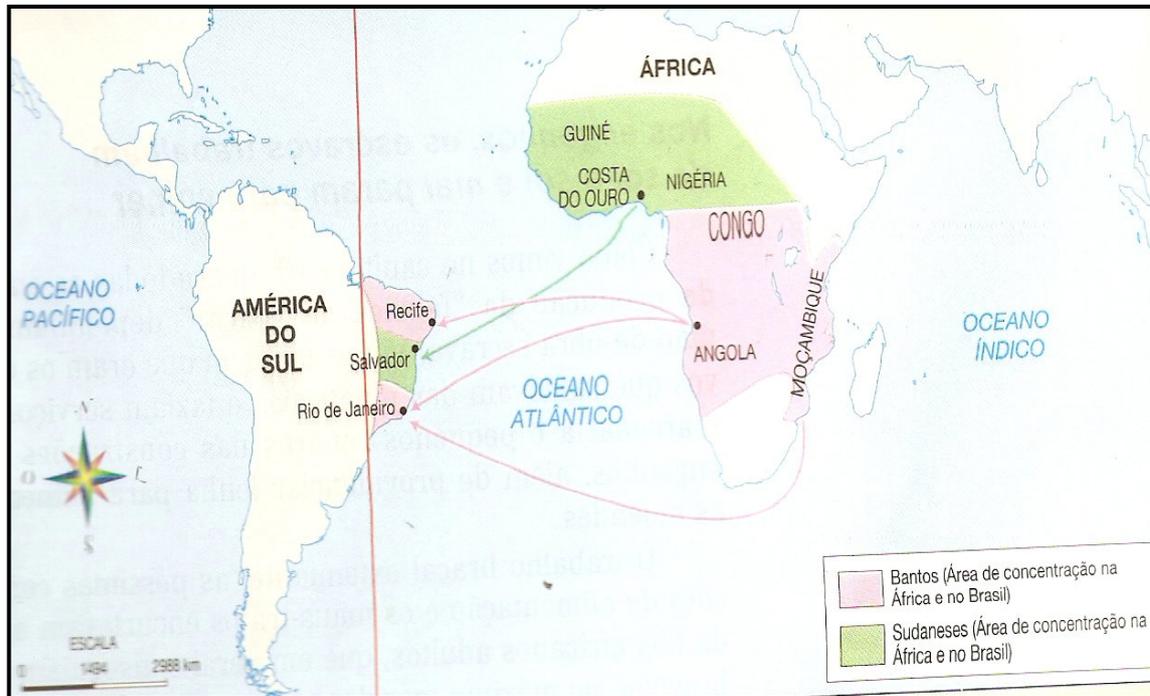
¹⁸³ PRIORE, Mary del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 206-208.

¹⁸⁴ PRIORE, 2003, p. 207-208.

¹⁸⁵ PILETTI; PILETTI, 2003, p. 102.

Em relação às rotas do tráfico de negros. A viagem de Luanda (África) até o Recife (Brasil) durava geralmente 35 dias, até a Bahia, 40 dias até o Rio de Janeiro cerca de 02 meses (Figura 2).

Figura 3 - Áreas de origem dos africanos escravizados no Brasil¹⁸⁶.



A escravidão sempre foi marcada por dor e angústia para os negros. A começar pelo transporte, era desumano, dentro de porões dessas embarcações, em espaços apertados e onde o calor era insuportável. As condições mínimas de sobrevivência eram sanadas com escassa oferta de água para consumo (suja) e um pouco de alimentos pouco cozidos (insuficiente a todos). Ainda assim, conviviam também com as maldades dos seus traficantes, por isso, entre 5% e 25% dos negros morriam nessas viagens¹⁸⁷.

A chegada em terras brasileiras não era a mais receptiva para esses novos hóspedes. Nunca foram bem recebidos, sempre foram vistos como mercadorias possíveis de serem comercializadas e negociadas nos entrepostos comerciais. Mas para serem vendidos, o

¹⁸⁶ VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. A primeira Escola Normal do Brasil. In: NUNES, Clarice (Org.). *O passado sempre presente*. São Paulo: Cortez, 1992, p. 17-42.

¹⁸⁷ LOPES Thiago Stevenny. *O tráfico atlântico e a africanização do Brasil: uma abordagem histórica e uma prática pedagógica*. 2016. 21 f. Artigo de conclusão do Curso (Especialização em História e Cultura Africana e Afro Brasileira). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais novos, 2016, p. 14.

comprador (fazendeiro) realizava exames para que a mercadoria não pudesse perder valor e não render satisfatoriamente no trabalho no engenho¹⁸⁸.

Um fato que despersionaliza a condição humana dos escravos era a separação dos membros das famílias. Os senhores de engenho separavam filhos dos pais, esposas dos maridos, para que pudessem ser vendidos separadamente, e extinguindo, em definitivo, qualquer relação de parentesco entre os escravos. Não haviam motivo para opção desse comportamento seletivo deixar de ocorrer naquele âmbito cultural e social de outrora¹⁸⁹.

A partir do momento que eram comprados nesses mercados negreiros, suas vontades eram completamente nulas diante do convívio social. Nas fazendas os escravos eram colocados em habitações coletivas, chamadas senzalas. Essas habitações tinham um único compartimento, abafado, quase sem janelas, para facilitar a vigilância dos guardas. Nessas condições, a promiscuidade era inevitável¹⁹⁰.

O trabalho que promoviam no engenho acontecia sob alto controle e supervisão severos, de modo que os escravos deveriam nunca parar sequer para respirar, pois estariam sujeitos aos açoites com o “bacalhau” (chicote de couros crus - Figura 4). Se o escravo fosse um constante fujão do engenho, ele poderia até mesmo ser preso no “viramundo” (Figura 5) com grandes algemas de ferro que prendiam as mãos e pés. Estes foram, por muito tempo, os mecanismos mais usados para tortura dos escravos¹⁹¹.

Nos primeiros tempos de escravidão, a mão-de-obra foi basicamente na indústria açucareira. Aos poucos, porém, foram aparecendo novas ocupações, sobretudo nos centros urbanos, desempenhadas por escravos. Alguns proprietários se deram conta de que também poderiam lucrar alugando escravos para a prestação de serviços a terceiros ou empregando a mão-de-obra na venda de seus produtos nas cidades, surgiram assim os chamados escravos de aluguel e escravos de ganho¹⁹².

Havia no Rio de Janeiro, escravos alfaiates, carpinteiros, barbeiros, tecelões e pedreiros. Outros transportavam pessoas, carregavam água ou trabalhavam no beneficiamento de arroz. Havia também as escravas quitandeiras que vendiam frutas, galinhas, ovos e doces variados nas cidades, entregando os ganhos a seus donos¹⁹³.

¹⁸⁸ LOPES, 2016, p. 14-15.

¹⁸⁹ LOPES, 2016, p. 14-15.

¹⁹⁰ PILETTI, PILETTI, 2003, p. 103.

¹⁹¹ COSTA, Warley da. *Olhares sobre olhares: imagens da escravidão nos livros de história: representações do ser negro e construção de identidades*. Disponível em: <<https://bit.ly/34qYpZv>>. Acesso: 29 jun. 2019, p. 5.

¹⁹² MOZER, Maria Sônia; TELLES, Vera Lúcia Pereira Nunes. *Descobrendo a História: Brasil colônia*. São Paulo: Ática, 2002, p. 33.

¹⁹³ MOZER; TELLES, 2002, p. 34-35.

O sistema escravista do século XVIII e XIX, no Brasil, foi certamente a definição de uma ideologia social e econômica diante das relações de trabalho no país, pois as diferenças sociais marcaram para sempre o convívio entre os povos de diversas culturas¹⁹⁴.

Figura 4. Bacalhau¹⁹⁵.

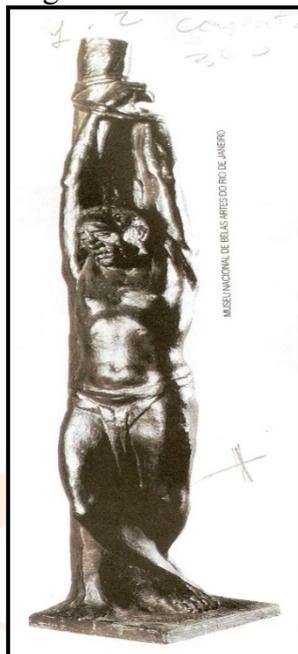


Figura 5. Viramundo¹⁹⁶.



A formação familiar buscava sempre na ideologia da Igreja católica a perfeição (sendo considerada por seus membros na presença de Deus), pois no período escravista, tanto o governo português, como a Igreja Católica, concordava com as condições de vida do negro escravo, tendo em vista o castigo dito pela Igreja, como fins educativos, contudo todos aceitavam a punição ao negro, “como algo necessário para manter a disciplina e o sistema econômico funcionando¹⁹⁷”.

Durante muitos anos a escravidão negra desempenhou um papel de exploração de mão-de-obra na sociedade mundial, inclusive no Brasil, onde a economia dependia do trabalho sedentário do negro. Os grandes fazendeiros não se importavam com os problemas sociais e a saúde dos negros, mas sim, estavam preocupados com o desempenho produtivo e lucrativo de seu trabalho. Não dá para minimizar este período da história brasileira.

¹⁹⁴ MOZER; TELLES, 2002, p. 35-36.

¹⁹⁵ PILETTI, PILETTI, 2003, p. 104.

¹⁹⁶ PILETTI, PILETTI, 2003, p. 104.

¹⁹⁷ MOZER; TELLES, 2002, p. 34-35.

O sistema escravista desenvolveu uma forte discriminação étnica, cultural e social, pois os africanos eram forçados a abandonar grande parte de seus costumes e a adotar os hábitos impostos pelo seu dono¹⁹⁸.

Os escravos reagiam contra a escravidão de diversas maneiras, mulheres provocavam abortos para evitar sofrimento futuro do filho, alguns chegavam a praticar o suicídio por enforcamento ou envenenamento, tinham os escravos que agiam por rebelião ou violência contra os senhores e feitores fazendo corpo mole para reduzir ou paralisar as atividades. Nessa intenção, quebravam ferramentas ou incendiavam plantações. Havia os que fugiam (fugas individuais e coletivas) constantemente, alguns desses escravos fugidos procuravam à proteção de negros livres que habitavam nas cidades¹⁹⁹.

Nesse último tipo de reação partindo dos escravos, identifica-se a formação de comunidades com a organização social própria e uma rede de alianças com diversos grupos da sociedade. Essas comunidades eram chamadas de Quilombos e nelas protegiam-se os negros fugidos durante o período escravista²⁰⁰. Um Quilombo compreendia uma reunião de mocambos, isto é, de aldeias de escravos fugidos. Quilombola era o escravo que fugia e se refugiava em um Quilombo²⁰¹.

2.3 Aspectos filosóficos dos Quilombolas

Os grupos étnicos acabavam influenciando muitos aspectos da vida colonial. Era uma população politeísta, marcada por cultuarem a espíritos bons e a espíritos maus, representados em estatuetas de madeira e marfim. Entre os sudaneses, que se caracterizavam por sua elevada estatura, destacam-se os maometanos oriundos da Guiné, destes, sobressaíram os (haussáis), que se concentravam na Bahia.

Dentro desses Quilombos havia uma forte organização política, religiosa e militar, capaz de lutar contra a escravidão em várias regiões. O mais importante foco de resistência negra contra o escravismo, foi o Quilombo de Palmares, que se formou na Serra do Barriga, em Alagoas, em meio a uma densa mata de palmeiras cortada por muitos rios²⁰².

¹⁹⁸ LINS, Osmar. *Do ideal e da Glória: problemas inculturais brasileiros*. São Paulo: summus, 1977, p. 34-35.

¹⁹⁹ LINS, 1977, p. 34-35.

²⁰⁰ PILETTI, PILETTI, 2003, p. 103-105.

²⁰¹ CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat, marquis de. *Cinco memórias sobre instrução pública*. Tradução de Maria das Graças de Souza. São Paulo: UNESP, 2008, p. 45-47.

²⁰² PELEGRINI, Sandra. *Patrimônio cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense, 2009, p. 44.

Essa região ficou caracterizada nos estudos pela dificuldade de auxiliar os negros, era uma área de difícil acesso, nela foi desenvolvida uma comunidade autossuficiente, que produzia milho, mandioca banana, cana de açúcar e que, durante certo período chegou a comercializar seus excedentes nas regiões vizinhas²⁰³.

Palmares, que começou a se organizar no início do século XVII, chegou a abrigar mais de 20.000 negros, fugidos das fazendas canavieiras, desorganizadas com as invasões holandesas. O Quilombo era dividido em aldeias menores, chamados mocambos e liderados pelos mais fortes guerreiros, sobrevivendo por mais de 60 anos, Palmares conseguiu derrotar diversas expedições militares organizadas pelos holandeses, pela Coroa Portuguesa e pelos fazendeiros. Para os senhores de engenho, Palmares constituía uma ameaça, um exemplo perigoso, pois o seu sucesso estimulava o desejo de liberdade e a formação de outros Quilombos²⁰⁴.

Era necessário estabelecer limites nas relações entre os membros dessas comunidades Quilombolas, pois advinham de um cultura muito severa: o adultério, o roubo, a deserção e o homicídio e a punição geralmente era a morte. Mas, mesmo com leis severas, os africanos podiam falar sua própria língua, faziam suas festas e praticavam sua religião. Apesar da vida nos Quilombos ser difícil seus habitantes eram livres, mantendo tradições, crenças e costumes africanos²⁰⁵.

Havia, portanto, resistência dos Quilombos que perdurou por vários séculos e os protegeu dos números de ataques desfechados contra eles: os Quilombolas preferiam morrer lutando a voltar à condição de escravo, pode-se citar o principal Quilombola que enfrentou as tropas do governo, lutando pela liberdade, que foi Zumbi, e a todo o momento estava à frente do principal Quilombo, Palmares sendo que, durante muitos anos, Zumbi organizou muitos escravos para contra atacar a colônia²⁰⁶.

Atualmente, no dia 20 de novembro celebra-se o dia da consciência negra, pois os ideais de liberdade de Zumbi perduram fortemente na sociedade brasileira do Brasil, que lutam contra o preconceito racial para poder chegar a método de igualdade social²⁰⁷.

No final de 2001, a Fundação Cultural Palmares entidade ligada ao Ministério da Cultura havia identificado 743 comunidades remanescente de Quilombos. A Bahia era o Estado com maior número de comunidades 245, seguido por outro estado nordestino, o

²⁰³ PELEGRINI, 2009, p. 45.

²⁰⁴ PELEGRINI, 2009, p. 45.

²⁰⁵ MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 119-120.

²⁰⁶ MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 119-120.

²⁰⁷ MOURA, 1981, p. 119-120.

Maranhão, com (172). Sergipe com (108), Alagoas (11), Bahia (12), São Paulo (11), Minas Gerais (66) e Pará, (57) também se destacavam no levantamento da Fundação. Apenas em dois estados brasileiros não foram identificadas comunidades remanescente de Quilombos: Acre e Roraima e também no Distrito Federal²⁰⁸.

Nos Quilombos onde predominavam um grupo africano específico dominaria possivelmente a língua da comunidade majoritária. Tem-se notícia de que grupos Quilombolas utilizaram um falar complexo no qual confluíam desigualmente os portugueses e as diversas línguas africanas e americanas. Muitos registros sobre a formação social brasileira escondem a participação do negro como principal elemento da lucratividade comercial brasileira, tendo em vista costumes e tradições, sendo que dificilmente encontra-se registro de suas atividades religioso, artístico e culturais, que envolva danças, músicas e rituais de veneração aos seus deuses, além das educacionais²⁰⁹.

As manifestações afro-brasileiras entraram em destaque recentemente a partir do século XX, em que o sincretismo entre as religiões promove manifestações ora mágicas, ora filosóficas, pois atualmente toda religião está em fase de construção. Portanto pode-se citar os rituais afro-brasileiros, como a umbanda, que mescla elementos do catolicismo popular, o candomblé, desenvolvido geralmente como uma maneira típica brasileira de celebrar o sagrado.

Os africanos que foram escravizados no Brasil trouxeram consigo rituais de celebração, valores, linguagem, religiões, costumes, vestimentas, penteados, temperos, canções, danças, folhas, tambores variados, conhecimento científico (no campo da agricultura, da metalurgia, da pesca etc.), a história e a memória de seu povo, por meio da tradição oral, que foi e vem sendo transmitida, retransmitida e ressignificada.

Os Quilombos existem em todo o território nacional, recriando formas de luta pela posse da terra, liberdade e condições dignas de subsistência. Há gerações que se sucedem nesse processo, comprometidas com a continuidade e dinâmica de suas tradições e luta por seus direitos a uma existência com dignidade e cidadania.

A vida nos Quilombos é inspirada em africanidades que permanecem vivas e ao mesmo tempo são reelaboradas no dia a dia, partindo sempre de uma visão de mundo

²⁰⁸ CONCEIÇÃO, Silvano da. *Estratégias de permanência e desenvolvimento social na Comunidade Rural Quilombola de Velame, Bahia*. 2016. 230 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2016.

²⁰⁹ COSTA, Cândida Soares da; GOMES, Flávio. Quilombos, educação, cidadania e reflexão acadêmica. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 8, n. 18, p. 5-6, 2016.

inspirada em costumes, crenças, valores legados pelos ancestrais e descendentes das civilizações africanas.

As culturas africanas assentam-se em três pilares básicos: oralidade, relação dinâmica com a ancestralidade e sincronicidade entre o espaço histórico (aye) e o espaço sagrado (orun). A oralidade dá sustentação às histórias humanas e sagradas desses povos. Entre os iorubas (povo da África Ocidental: Nigéria, Togo e Daomé), a "oratura" sustenta-se nos Versos Sagrados de Ifá, transmitidos pelos mais velhos aos mais jovens, iniciados na tradição. Essa é a forma de veiculação do axé (força vital ancestral), inoculado no rito de passagem iniciático. A relação dinâmica com o ancestral não o segrega no passado. Pelo contrário: o ancestral – histórico e mítico, orixá – está presente no dia a dia do fazer humano. Ele é o elo que liga o ioruba ao mundo sagrado, orun. Mundo que retroalimenta os sonhos e as realizações dos seus descendentes.

Por esses portais, torna-se possível o ingresso no "multiverso" civilizatório desse povo. É a arquitetura civilizatória que dá sustentação à educação, às relações morais, à ética e à deontologia. A estrutura civilizatória dá apoio à educação, em seu duplo aspecto: a escolarização e a relação orgânica com o tecido social.

Debater estes e outros temas é a proposta do quinto programa da série, uma vez que a África, em sua diversidade, também contempla, ao lado das religiões tradicionais, outras crenças, muitas das quais, tendo sido trazidas pelos colonizadores, assumiram novos sentidos e significados, foi o caso da Lei 10.639/2003²¹⁰, alterada pela Lei 11.645/2008²¹¹, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio em todo o território nacional, incluindo também as comunidades quilombolas.

2.4 Aspectos pedagógicos da educação quilombola

A necessidade de formar Quilombos era a única maneira dos escravos negros de escapar dos maus-tratos dos seus senhores e o intenso trabalho compulsório dentro dos engenhos. As comunidades Quilombolas, a partir do momento que se formavam, começavam a estipular suas próprias leis, desenvolvem atividades econômicas e religiosas, se dedicavam à agricultura de subsistência, plantavam roçados, de feijão, mandioca, milho, abóbora, cana-de-

²¹⁰ BRASIL, 2003.

²¹¹ BRASIL, 2008.

açúcar, dedicando-se ainda a pesca, a caça e coletas. Muitos ainda desenvolviam artesanato²¹².

A Constituição Federal de 1988 reconheceu o direito dos remanescentes dos Quilombos à posse da terra (artigo 68). Em 1995, aconteceu a primeira regularização: a comunidade negra de Boa Vista, no município de Oriximiná, no norte do Pará, recebeu o título que lhe deu a posse definitiva de suas terras. Em novembro de 1999, a Fundação Cultural Palmares tornou-se responsável pela titulação das terras de antigos Quilombos. No final de 2001, 29 haviam sido tituladas.

Em 2007 já havia sido referidas a existência de 3.500 comunidades Quilombolas (sendo 1.002 comunidades Quilombolas reconhecidas no Brasil, das quais apenas 82 têm a posse da terra) descendentes diretos dos escravos africanos trazidos para o país pelos colonizadores portugueses. Muitas dessas comunidades não dispõem de escolas nem de atendimento médico. Os Quilombolas vivem basicamente da pesca e da agricultura de subsistência²¹³.

Em 2018 pouca coisa evoluiu no quadro do reconhecimento, sendo que menos de 7% das terras reconhecidas a povos remanescentes de Quilombos estão regularizadas no Brasil. Nos últimos 15 anos, 206 áreas Quilombolas com cerca de 13 mil famílias foram tituladas pelo Incra. Quase 80% delas foi identificada a partir de 2003, quando foi editado o Decreto 4887, que traz os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por Quilombolas²¹⁴.

Na sociedade contemporânea, reconhece-se que a educação é um dos mais importantes canais de mobilidade social, ou seja, quem tem acesso a uma educação de qualidade habilita-se para participar do conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade. Por isso, o movimento social negro tem considerado a educação um elemento fundamental para a transformação da realidade social do país, especialmente no que concerne à população negra brasileira, haja vista os dados sobre desigualdades, publicados nos indicadores socioeconômicos do Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

²¹² ARAÚJO, Maria José de. *Religiões afro-brasileiras: em um debate a partir da Base Nacional Comum Curricular*. 2016. 25f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História e Cultura Africana e Afro-brasileira). Departamento de História do CERES - Campus de Caicó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó, 2016, p. 17-18.

²¹³ TRECCANI, Girolamo Donenico. *Luta de quilombolas hoje é pela posse da terra*. Terra.com.br, 7 de janeiro de 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/2Ek6hRP>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

²¹⁴ BRITO Débora. *Menos de 7% das áreas quilombolas no Brasil foram tituladas*. Agência Brasil, 29 de maio de 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2tjRunV>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

(DIEESE), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD-ONU), e outros órgãos que desenvolveram pesquisas com este recorte.

Por isso, torna-se importante ressaltar que os estudos culturais podem contribuir para a construção do currículo de ER, pois o fenômeno religioso está presente em vários aspectos dos comportamentos dos alunos, e tal riqueza não pode ser passada em branco no contexto escolar, pois há relações entre as vivências e concepções de mundo que mostram a diversidade presente no contexto histórico e social.

Na década de 1990, destacaram-se, entre outras atividades, as celebrações do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, em 1995, que culminou com a Marcha Zumbi: Marcha contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida. Pressionado pelo movimento negro, o Governo brasileiro criou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para discutir políticas públicas para a população negra. Até então, raras tinham sido as abordagens das Políticas Educacionais voltadas, especificamente, para a população negra.

Passados trinta anos, o que mudou em 2018 apresenta-se mais no aspecto da visibilidade das diferenças étnicas e culturais da sociedade. Analisando a luta pelo reconhecimento, percebe-se a necessidade de ampliação dos direitos, como é o da educação Quilombola. Os desafios são grandes, sendo necessário modificar a cultura escolar, que exclui a diversidade. Na representação Quilombola, não é o passado que retorna, é o presente que faz aflorar a história e a ancestralidade dentro das experiências que levam à organização social²¹⁵.

Os desafios postos para a educação escolar destinada aos estudantes Quilombolas são amplos e antagônicos, pois o reconhecimento da especificidade é franco a partir da própria criação das DCN, da atenção que tem sido levada às escolas Quilombolas e às que não se encontram nesses territórios, mas que buscam atender as crianças das comunidades. Recursos financeiros, material didático específico e o incentivo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) revelam avanços. Contudo são muitas as inseguranças presentes na educação Quilombola, envolvendo as condições dos estabelecimentos escolares, o uso de recursos didáticos apropriados e a formação docente²¹⁶.

O sistema educacional, ao reproduzir as práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas, faz com que crianças e jovens negros/as vivenciem situações que os/as tornem vulneráveis. Não é mais concebível que na sociedade contemporânea práticas racistas com negros possam ser aceitas passivamente. Mesmo com tantas garantias e conquistas, ainda persistem setores que com suas opiniões medievais acabam por adotar a discriminação em seus discursos e condutas interpretativas sobre o crescimento dos negros. .

²¹⁵ CARRIL Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 69, p. 539-564, 2017.

²¹⁶ CARRIL, 2017, p. 552.

A grande dificuldade reside na ausência de disciplinas, cursos de formação inicial e continuada, materiais didáticos que ofereçam subsídios para os educadores trabalharem com a cultura afro-brasileira no currículo escolar. É fundamental levar em consideração os estudos sobre as influências das culturas africanas trazidas para o Brasil, a fim de que possamos compreender a lógica do pensamento e do viver negro, desconstruir os estereótipos e valorizar sua cultura.

A obrigatoriedade do ensino da história da África nas redes de ensino no Brasil conforme a Lei 10.639/2003²¹⁷, alterada pela Lei 11.645/2008²¹⁸, apresenta, para o universo docente brasileiro, o desafio de disseminar, num curto espaço de tempo, uma gama de conhecimentos multidisciplinares sobre o mundo africano.

Aprofundar e divulgar o conhecimento sobre os povos, as culturas e civilizações do continente africano, antes, durante e depois da grande tragédia dos tráficos negreiros transaariano, do mar Vermelho, do oceano Índico (árabemuçulmano) e do oceano Atlântico (europeu), e sobre a subsequente colonização direta desse continente pelo Ocidente a partir do século XIX, são tarefas de grande envergadura²¹⁹.

Segundo levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) as escolas Quilombolas (2.235 estabelecimentos no país), representam apenas 1,2% do total de estabelecimentos de educação básica no país e apenas 0,45% das matrículas nesse nível. Concentram-se na região Nordeste acompanhando a porcentagem de comunidades certificadas nessa região (63,7%) e em estabelecimentos municipais em geral responsáveis pelas etapas iniciais da educação básica. Apenas 135 estabelecimentos (6%) estão localizados na área urbana, concentrando 21,2% das matrículas. Vê-se que há estabelecimentos atendendo a estudantes Quilombolas fora de seus territórios, muitos em áreas urbanas, o que demanda uma investigação com maior acuidade a respeito da procedência do aluno²²⁰.

O documento Educação escolar Quilombola no Censo da Educação Básica estima que, além dos estabelecimentos declarados em áreas remanescentes de Quilombos, outros 552 devem receber estudantes oriundos dessas áreas, tendo em vista a utilização de material específico para diversidade sociocultural Quilombola, totalizando-se 2.787 estabelecimentos, de acordo com a classificação das DCN para a educação escolar Quilombola. Uma das

²¹⁷ BRASIL, 2003.

²¹⁸ BRASIL, 2008.

²¹⁹ CARRIL, 2017, p. 552.

²²⁰ INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). *Censo escolar da educação básica 2013: caderno de instruções*. Brasília: INEP, 2013.

dificuldades para análise dessa ação, segundo a autora do documento, Tatiana Dias Silva, é a não inclusão da residência em territórios Quilombolas (ou procedência desses territórios) no formulário de pesquisa dirigido ao aluno²²¹.

Discutir sobre a cultura negra também exigirá a adoção de posicionamentos sobre o que é realmente interessante em matéria de construção de projetos e práticas multiculturais (tão em moda ultimamente), de modo a tornar possível direcionar o compromisso político explícito diante da questão racial, entendida aqui como indissolúvelmente ligada ao conjunto de questões sociais, culturais, históricas e políticas do país. Tais mecanismos se estabelecem como ações afirmativas para o povo negro e à forma como os educadores e as educadoras, negros e brancos, favoráveis à discussão e à inserção da cultura negra no currículo escolar, posicionam-se diante delas.

Por tudo isso, tratar, trabalhar, lidar, problematizar e discutir sobre educação e cultura negra no Brasil é assumir uma postura política. De forma alguma as relações culturais e sociais entre negros e brancos em nosso país podem ser pensadas como harmoniosas, democráticas e diluídas nas questões socioeconômicas. Mas a partir da escola, e dos valores educativos, que afetariam a próxima geração positivamente e não gerador do racismo e de outras deturpações a cultura negra brasileira.

2.5 O ER na escola quilombola

Entende-se por escola Quilombola aquela inserida no contexto social, cultural e econômico no desenvolvimento dos Quilombos contemporâneos²²². Por isso, compreende-se que tais instituições compõem a estrutura de fomento de núcleos negros rurais, a caracterização dessas realiza-se na identificação das habitações e do território, geralmente, compostas por “[...] descendentes de africanos escravizados, que mantêm laços de parentesco e vivem, em sua maioria, de culturas de subsistência, em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo²²³”.

²²¹ IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Educação escolar quilombola no Censo da Educação Básica*. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. Texto para discussão organizado por Tatiana Dias Silva. Disponível em: <<https://bit.ly/2soJnWG>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

²²² MOURA, Gloria. *Educação Quilombola*. Salto para o Futuro - Boletim 10. Brasília: Ministério da Educação, 2007, p. 3-8.

²²³ MOURA, 2007, p. 3.

Identifica-se nessas escolas Quilombolas um senso de proteção e valorização das tradições culturais dos antepassados, religiosas ou não, que possam, de certa forma, serem recriadas com os valores e concepções do presente²²⁴.

A ideologia dominante (um grupo ou alguns grupos de pessoas exercem domínio sobre as demais classes, com imposição de normas ou regras de comportamentos, “numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição²²⁵”) nesse aspecto advém da história comum, a qual possui normas de pertencimento, com consciência de sua identidade²²⁶.

Atualmente, visualiza-se uma série de progressos e avanços para a melhora da qualidade de vida da Comunidade Quilombola e inserindo-se nessa preambulação teórica, a escola Quilombola. São avanços que se mostram para além da regulação de processos de reconhecimento e demarcação de terras para os remanescentes, mas que intensificaram através de discussões para a melhora dos aspectos educacionais dessa população nessas áreas delimitadas, como o estudo realizado pelo Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Educação Fundamental que frutificou em 2002 na publicação do livro *Uma história do povo Kalunga*²²⁷, em que são retratados o processo de organização do ensino em escolas Quilombolas a partir de um estudo de caso de corte etnográfico, que demonstrou como a ação pedagógica comprometida com as raízes históricas e com a diversidade pode acontecer satisfatoriamente através da união de forças (equipe do projeto, os alunos e a comunidade).

A escola tem um papel fundamental para os moradores dos Quilombos contemporâneos, mas eles desejam uma escola sua, da comunidade, onde suas diferenças sejam respeitadas. A grande diferença que se deve destacar entre a transmissão do saber nas comunidades negras rurais e nas escolas é que, no primeiro caso, o processo, fruto da socialização, desenvolve-se de forma natural e não formal e, no segundo, o saber nem sempre está referenciado na experiência do aluno²²⁸.

Quando se constata a riqueza criativa das vivências dos moradores das comunidades remanescentes de Quilombos, principalmente dos mais velhos, no que diz respeito ao uso das ervas medicinais, no modo de trabalhar a terra, de tirar dela seu sustento, nas linguagens gestuais, na música, nas festas, no modo de se divertir, de cantar, dançar e rezar vê-se a importância de ter acesso a esse conhecimento²²⁹.

²²⁴ MOURA, 2007, p. 4-5.

²²⁵ MARX, KARL; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 15.

²²⁶ MARX; ENGELS, 2000, p. 16-17.

²²⁷ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Uma história do povo Kalunga*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2002, p. 1-18.

²²⁸ MOURA, 2007, p. 6.

²²⁹ GOMES, Verônica. *Organização social, festas, lideranças como veículos de educação não-formal*. Salto para o Futuro - Boletim 10. Brasília: Ministério da Educação, 2007, p. 22-23.

Trata-se de um saber que vai sendo transmitido e assimilado de forma lenta e permanente, dando oportunidade de reflexão sobre a necessidade de mudança, sempre que as circunstâncias o exigirem, para que a comunidade possa adequar-se às novas condições do momento. É durante os rituais que os valores que a comunidade reputa essenciais se condensam e são reafirmados e renegociados, constituindo, assim, um currículo invisível (isto é, “de maneira informal e não explícita, permitindo uma afirmação positiva da identidade dos membros de um grupo social²³⁰”) através do qual são transmitidas as normas do convívio comunitário.

Sem uma intenção explícita, este currículo invisível vai sendo desenvolvido, dando às crianças o necessário conhecimento de suas origens e do valor de seus antepassados, mostrando quem é quem no presente e apontando para as perspectivas futuras²³¹. Através da identificação desse currículo invisível, a proposta pedagógica das escolas pode ser desenvolvida, identificando aspectos da realidade dos alunos e da comunidade que possam ser, implícita e explicitamente, inseridos no contexto da sala de aula, para que os professores possam trabalhar com conteúdos que respeitem a autoestima, a identidade e a valorização do patrimônio cultural por eles construído.

Nessa perspectiva, o ER em comunidades Quilombolas deve ser planejado visando garantir igualdade e atentar à diversidade, tendo como pressuposto a educação antirracista, que poderá facilitar identificar nas práticas pedagógicas padrões de conduta que favoreçam ou dificultem o pluralismo racial, social, cultural, bem como a valorização da diversidade racial²³²

Ainda sobre a educação antirracista, ela poderá acontecer através do conhecimento do cotidiano escolar e comunitário, para que os educadores possam estabelecer relações didáticas que possam frutificar na identificação de conteúdos que promovam estimulação e participação dos alunos e alunas negras como atores sociais ativos, “[...] com a intencionalidade de promover a igualdade de oportunidades e o exercício da cidadania²³³”.

²³⁰ MOURA, Maria da Glória V. *Ritmo e Ancestralidade na força dos tambores negros – o currículo invisível da festa*. 1997. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 246-247.

²³¹ GOMES, 2007, p. 22-23.

²³² BRASIL. Educação anti-racista : caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 65.

²³³ BOTELHO, Denise. *Lei nº 10. 639/2003 e educação quilombola*. Salto para o Futuro - Boletim 10. Brasília: Ministério da Educação, 2007, p. 36.

Como prevê a legislação brasileira, que garante “igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros²³⁴”.

Diante de uma população escolar educacional multirracial, como a brasileira, mostram-se imprescindíveis novas práticas didático-pedagógicas que re-signifiquem os conteúdos curriculares e as atividades de sala de aula, por meio de recursos diferenciados de ensino, como os presentes nas comunidades Quilombolas e quase sempre não apropriados por educadores e educadoras como alternativas didático-pedagógicas²³⁵.

No que se refere a Ensino Religioso na Escola Quilombola, um estudo realizado no Estado do Amapá²³⁶, mostrou que o papel do professor de Ensino Religioso é garantir que em suas aulas haja ambiente favorável para a experiências inovadoras de ensino, de modo a atingir as diversas dimensões da pessoa, por isso, não deve ser uma disciplina proposta para discutir e/ou ensinar religiões, até porque alguma poderia ficar de fora. A perspectiva é discutir o elemento religioso, isto é, as manifestações religiosas da comunidade Quilombola ou não, a partir de temas (eixos norteadores), como, por exemplo, rituais, textos sagrados, entre outros temas dentro das religiões. Como exposto pelos autores dessa pesquisa:

Em prol da diversidade religiosa, do respeito e da boa convivência, entre iguais e diferentes é necessário desconstruir certas pré-noções difundidas oralmente e através de poderosos meios de comunicação de massa sobre a importância do Ensino Religioso no espaço escolar. Cabe, sobretudo aos educadores (mas não apenas a eles), discutir a importância das religiões na formação da cultura e da sociedade brasileiras²³⁷.

Em outro estudo que apresentou uma discussão referente a concepção de educação multicultural tendo como base uma Comunidade Quilombola foram expostos conceitos de: educação multicultural, identidade, entre outros. Para uma melhor compreensão, em relação ao Ensino Religioso, um professor que for indicado ou chamado para dar aula em uma comunidade Quilombola necessita estar preparado para lidar com diferenças e inserir esses alunos Quilombolas na história do Brasil, por meio de um currículo que procura incluir o aluno/a aluna a busca em conhecer suas origens²³⁸.

²³⁴ BRASIL. Resolução CNE n. 01/2004, p. 1.

²³⁵ BOTELHO, 2007, p. 35.

²³⁶ CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; COSTA, Célia Souza da. Religião, ética e educação: experiências e vivências do Quilombo do Mel da Pedreira no Amapá. *Conjectura: Filosofia e Educação*, v. 23, n. esp., 2018, p. 96-117.

²³⁷ CUSTÓDIO, COSTA, 2018, p. 105.

²³⁸ SOUZA, Debora Simões de. Perspectiva de educação em uma comunidade quilombola. *Entrelaçando - Revista Eletrônica de Culturas e Educação*, v. 1, n. 3, 2011, p. 79-95.

Nessa pesquisa, a obrigação da escola é transmitir a história das comunidades rurais Quilombolas salientando sua condição atual. Difundir os conhecimentos dessas populações para todas as crianças e adolescentes é importante, como forma de compreensão e de afirmação da identidade multiétnica e pluricultural²³⁹.

No caso da Comunidade do Curiaú, em relação aos aspectos humanos calcula-se uma população de aproximadamente 3.000 habitantes nas adjacências da escola, com predominância da cor Negra, estatura mediana, originária de afro-brasileiros vindos de outros países do continente africano. A religião predominante é o Cristianismo (Catolicismo), havendo festas tradicionais religiosas (santos festejados padroeiros da comunidade), além da existência de outros grupos religiosos tais como: Protestantismo e Umbanda, sendo estas com poucos adeptos. E suas danças culturais são o Batuque e o Marabaixo²⁴⁰.

O tipo de habitação predominante da localidade quilombola são as residências em alvenaria, descaracterizando o padrão cultural da comunidade. As atividades socioeconômicas são de cunho diversificado como: agricultura, pecuária, comércio, docência, serviços domésticos e pessoal de apoio. Sendo as atividades predominantes agricultura e pecuária. A comunidade conta com um número razoável de profissionais autônomos, sendo mais carente no aspecto de recreação e lazer, a ausência dessas atividades facilita o risco social para todos que moram na comunidade, principalmente para os jovens que acabam procurando tais recursos fora da comunidade o que favorece situação vulnerável para a juventude local. A repercussão dessas dificuldades acaba passando pela escola. A Comunidade em sua maioria é católica e comemora os santos católicos com grandes festas nos meses de Janeiro (20 - São Sebastião), Fevereiro (11 - São Lázaro), Maio (30 - Santa Maria), Junho (13 - Santo Antônio), Agosto (18 - São Joaquim) e Dezembro (8 - N. S. da Conceição e 21 - São Tomé)²⁴¹.

2.6 A Escola do Quilombo do Curiaú

A Escola José Bonifácio, localizada na Área Quilombola do Curiaú, foi Criada através do Decreto nº 0197-GAB de 23 de janeiro de 2001. Atua com a Educação Básica no

²³⁹ SOUZA, 2011, p. 79-95.

²⁴⁰ AMAPÁ, 2017, p. 4-5.

²⁴¹ AMAPÁ, 2017, p. 15.

nível de Ensino Fundamental, pela Portaria nº 301/10-SEED. A escola é mantida pelo Governo do Estado do Amapá e administrada pela Secretaria de Estado da Educação²⁴².

Esse nome foi dado à escola em homenagem prestada ao primeiro político brasileiro a integrar a ecologia ao projeto de nação e que apesar de não ser democrata, era contra a escravidão e favorável ao uso racional da natureza, José Bonifácio de Andrada e Silva. A escola ao longo dos tempos possuiu diversos gestores que auxiliaram para o pleno desenvolvimento e funcionamento da mesma, transformando-se em referência para a comunidade, facilitando a vida dos moradores da localidade e adjacências²⁴³.

A escola foi criada a partir de uma preocupação do mineiro Antônio Carlos Cândido, que ao chegar à Comunidade de Curiaú, preocupou-se com o elevado número de pessoas não alfabetizadas no local, recorrendo assim as autoridades com a finalidade de ajudar essas pessoas, no entanto somente em 1948 foi criada uma escola na então comunidade, denominada de Escola Agrupada do Curiaú, apesar dela funcionar desde 1945, somente em 23 de janeiro de 2001 foi registrada como Escola Estadual José Bonifácio²⁴⁴.

Em relação aos seus recursos humanos, a escola se compõe por um quadro de funcionários que dentro das suas funções contribuem para a qualidade do ensino. Quanto ao corpo de apoio a maioria possui nível médio; e o corpo administrativo também possui graduação em suas respectivas áreas²⁴⁵.

A escola é mantida pelo Governo do Estado do Amapá e tem sua proposta pedagógica voltada para a formação de crianças e jovens críticos, capazes de intervir na própria história e com uma visão de mundo globalizado no qual estão inseridos. Quanto às condições de trabalho a escola disponibiliza alguns recursos para auxiliar o ensino e aprendizado do aluno tais como: LIED, Sala de leitura, Biblioteca, Quadra poliesportivo, Sala de recursos multifuncionais²⁴⁶.

²⁴² AMAPÁ, Governo do Estado do. *Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual José Bonifácio - 2017 a 2019*. Macapá: Secretaria de Estado da Educação, 2017, p. 4.

²⁴³ AMAPÁ, 2017, p. 4-5.

²⁴⁴ AMAPÁ, 2017, p. 4-5.

²⁴⁵ AMAPÁ, 2017, p. 4-5.

²⁴⁶ AMAPÁ, 2017, p. 4-5.

3 ESCOLA QUILOMBOLA: ANÁLISE DO DISCURSO RELIGIOSO NA TURMA DE 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II-MACAPÁ-AP

Nesse capítulo estão organizados os aspectos metodológico e a análise do discurso religioso na turma de 7.º ano do Ensino Fundamental II da rede pública de Ensino de Macapá.

3.1 Percurso metodológico da pesquisa

Para proceder ao presente estudo, foi realizada, inicialmente, uma revisão da literatura sobre o tema que incluiu pesquisas e trabalhos recentes sobre o ER na escola quilombo que serviram como referência para as análises. A partir daí, decidiu-se sobre a aplicação de questionários e realizar a observação participante.

3.1.1 Lócus de investigação

O lócus da investigação foi a Escola Estadual José Bonifácio localizada a Rua Santo Antônio nº 219, Comunidade do Curiaú, Município de Macapá.

Nesse contexto, a missão da Escola Estadual José Bonifácio é proporcionar situações de aprendizagem e conhecimento que possibilitem aos educandos o desenvolvimento integral, possibilitando o planejamento pessoal e a participação ativa do seu contexto familiar e social. Respeitar a si mesmo, as pessoas e a natureza. Tornando-se predisposto a sua condição racial, afirmando sua herança cultural bem como sua identidade, para criar meios de convivência e equilíbrio com o mundo, ou seja, permitir que o educando torne-se um cidadão na plenitude de suas potencialidades sociais, cognitivas e afetivas.

3.1.2 Sujeitos da pesquisa (população e amostra)

Em relação aos sujeitos de pesquisa, foram propostos e planejados o uso de duas amostras compostas por professores(as) de ER e discentes do Ensino Fundamental da Escola Estadual José Bonifácio.

Em relação aos dados da população, convém salientar que a escola possui um quadro de professores(as) composto por 41 profissionais, que possuem graduação nas suas

respectivas áreas, destes cerca de 17 estão realizando cursos de formação continuada e de especialização, os demais possuem somente a formação inicial.

Sobre os dados do(as) discentes, a escola em 2016 (Conforme dados publicados na versão mais recente do Projeto Político Pedagógico) teve confirmada um total de 235 alunos matriculados no referido ano letivo. Mas há que se considerar que esse montante somente 74% concluíram as atividades sendo aprovados, os demais, como mostra a tabela a seguir encontraram percalços em sua jornada (Ver Tabela 1).

Tabela 4 - Dados fornecidos pela Secretaria Escolar referente ao ano letivo de 2016

Resultado	Nº Alunos	%
Matriculados	235	100
Aprovações	175	74%
Reprovações	37	15%
Evasão	06	3%
Transferidos	19	8%

Nessa dissertação, participaram dos processos de coleta de dados apenas 1 professor que ministrada a disciplina ER aos alunos do 7.º ano do Ensino Fundamental II da Escola referida, sendo portanto, uma amostra de 100% de professores(as) de ER. Conforme foi elencado no PPP da escola, esse educador tem o perfil de professor efetivo, licenciado em Filosofia/ Bacharel em Teologia/ Especialista em Ensino Religioso/Mestre em Teologia.

Os 17 (dezesete) alunos(as) que constituíram a amostra da pesquisa representam 50% dos assíduos matriculados de 1 (uma) turma do 7.º ano do Ensino Fundamental II, os quais foram sorteados, de forma aleatória, dentre aqueles que estavam presentes e aceitaram participar, nos dias em que a pesquisa foi realizada na Escola Estadual José Bonifácio, da Comunidade do Curiaú.

3.1.3 Instrumentos e técnicas de pesquisa

A coleta de dados compreende o conjunto de operações por meio das quais o modelo de análise é confrontado aos dados coletados. Ao longo dessa etapa, várias informações foram

coletadas e analisadas através da aplicação de 1 (um) instrumento de coleta de dados, identificado como questionário²⁴⁷.

O questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador. Elaborado com a finalidade de levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas para que quem vá responder compreenda com clareza o que está sendo perguntado.

É uma das modalidades da pesquisa, na qual o pesquisado preenche um formulário impresso. Aplicando-se, portanto, a modalidade de aplicação cara a cara, com perguntas ordenadas e aplicadas de maneira padronizada, permitindo que cada entrevistado pudesse expressar-se livremente²⁴⁸.

3.1.4 Coleta e análise dos dados

Na pesquisa bibliográfica foram utilizados dados publicados em livros e artigos de periódicos, monografias, dissertações e teses obtidas em acervos eletrônicos das bibliotecas de revistas indexadas nacionais e estrangeiras.

Consequentemente, após a apresentação do marco teórico, apresenta-se a utilização do segundo método de pesquisa utilizado nessa dissertação, a pesquisa de campo. A Escola Estadual José Bonifácio, localizada em comunidade quilombola, foi escolhida para ter investigadas as implicações dos pontos e contrapontos apresentados no discurso da disciplina de ER frente ao respeito à diversidade de credos e proselitismo.

O critério de escolha da Escola Estadual José Bonifácio foi o de aplicar o instrumento em que a realidade escolar fosse de discentes de uma comunidade quilombola. Outra razão para a escolha desta escola é a sua localidade, de pequeno quantitativo demográfico e populacional, distanciada da zona central e comercial de Macapá, possui em sua redondeza comércio que promovem a cultura e as tradições, e em alguns aspectos, pode haver detrimento que possam gerar desrespeito à diversidade de credos e proselitismo.

Para obedecer aos critérios pré-estabelecidos, foram cumpridas as seguintes etapas:

- a) Seleção da escola que atenda os alunos e professores com Educação Quilombola;
- b) Apresentação da proposta do estudo à direção da escola, professores(as) e discentes da escola

²⁴⁷ ALVARENGA, Estelbina Miranda de. Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa. Trad. Cesar Aramarilhas. Assunção, Paraguai: UNA, 2014.

²⁴⁸ ALVARENGA, 2014, p. 32.

selecionada, explicando os objetivos e justificativa do estudo e sua importância para o desenvolvimento do ER na Escola quilombola; c) Aplicação do Instrumento de coleta de dados – Questionário com roteiro construído pela autora, o qual foi entregue e explicado ao professor de ER e aos discentes como preencher, e o prazo para entrega foi de um dia considerando o tempo dos mesmos para preencher o instrumento, tendo em vista a demanda de aulas; d) De igual modo e de acordo com as características da amostra, também se sentiu necessidade de fazer pequenas adaptações aos questionários. Ambos os questionários foram concebidos de forma a poderem ser preenchidos rapidamente; todas as questões foram elaboradas de uma forma clara e direta, de modo a não provocar grande incômodo aos indivíduos participantes; e) Devolvido o instrumento foram tabulados e tratados os dados, tabulados e analisados com auxílio de programa Microsoft Excel for Windows 2010. Os dados obtidos com a aplicação de questionários são apresentados na dissertação de forma qualitativa e quantitativa.

3.1.5 Aspectos éticos da pesquisa

Este estudo atende as normas para realização de pesquisa em seres humanos, de acordo com a resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde de 10/10/1996, de forma que todos os participantes terão que assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, constando de informações sobre o propósito da pesquisa, como o objetivo do estudo, procedimentos de avaliação e do caráter da voluntariedade da participação do sujeito sem acarretar em prejuízos em caso de possível desistência.

3.2 Resultados obtidos com os instrumentos de pesquisa

Nesse momento, realiza-se a apreciação dos resultados obtidos com os instrumentos de pesquisa de campo e coleta de dados, iniciando-se com as perspectivas do docente de ER.

3.2.1 Perspectivas do Docente de ER

Em relação à primeira categoria de análises com o docente, buscou-se identificar as perspectivas sobre o ER ministrado na Escola José Bonifácio. Iniciou-se esse momento, buscando-se compreender como o docente em suas perspectivas caracterizou a ministração de

conteúdos em sala de aula e, mais especificamente, como percebe que a formação acadêmica é suficiente para atuar frente às novas mudanças na matriz curricular. Dessa maneira, o docente respondeu positivamente, expondo que a formação obtida tem sido suficiente para “aprofundar-me na legislação, natureza e objetivo atual do Ensino Religioso” (Professor de ER, agosto de 2019).

A observação da realidade escolar por dois dias, em que foram visualizadas as ações de regência do educador, pôde-se constatar um quadro bastante profícuo para o ER, pois realmente a formação do professor da disciplina demonstra coerência com o que preconiza a legislação e os aspectos diretivos de ER para o Ensino Fundamental, e vai além, está rompendo com as raízes históricas do dogmatismo político. O que se confirma na perspectiva defendida na pesquisa de Luzia Sena²⁴⁹, ao expor que o avanço no presente, além de romper com barreiras e dogmas cristalizados no passado, e adota uma concepção contemporânea de autonomia religiosa e laicidade do ensino, e assim, tem contribuído para os(as) professores(as) realizarem a mediação epistemológica em confirmação as finalidades educacionais em cursos de licenciaturas.

A realidade que deve ser levada em consideração é a de uma escola quilombola que ao longo do tempo tem lutado para que as raízes do preconceito possam ser minimizadas pelo compromisso da própria comunidade em valorizar seus construtos históricos, suas tradições e costumes, e seus festejos, não importando a qual credo possam esses(as) alunos(as) e professores(as) virem ser seguidores. Muito mais do que sobre uma ideologia, espera-se que as funções do professor da disciplina ER possam manter-se na esfera da humanidade e do respeito às diversidades, sem atitudes proselitistas, mas com uma adoção epistemológica defensora dos ideais da diversidade na escola e da Educação para Todos.

A resposta desse educador confirma o que os estudos de Jeanes Martins Larchert e Maria Waldenez de Oliveira²⁵⁰ salientaram ser o cumprimento mínimo pelo professor de ER das exigências para a educação quilombola, e assim, adequando sua atuação para a construção de projeto pedagógico específico, levando em consideração a singularidade cultural da comunidade do Curiaú. E segundo essas autoras, desenvolvendo e (re)construindo na atualidade a cultura quilombola, a qual foi caracterizada “potencializadora de elaboração e

²⁴⁹ SENA, Luzia (org.). *Ensino Religioso e formação docente*. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 38-39.

²⁵⁰ LARCHERT, Jeanes Martins; OLIVEIRA, Maria Waldenez de. Panorama da educação quilombola no Brasil. *Políticas Educativas*, v. 6, n.2, p. 44-60, 2013.

criação de conteúdos educacionais escolares, fornecedora de referenciais para a compreensão da realidade e dos significados de vida das experiências da comunidade”²⁵¹.

Por isso, destaca-se o que foi esboçado por Ernani Maria Fiori e Otilia Beatriz Fiori Arantes²⁵² quando descreveram que a formação do(a) professor(a) deve, considerando-se a realidade de uma escola quilombola, “deve inserir-se intrinsecamente, radicalmente, profundamente, no dinamismo totalizante da cultura do povo, que não necessita ser autóctone, mais sim autônoma²⁵³”, ou seja, contribuir para a sistematização de uma escola autônoma, nem que para isso, ensinar e aprender sobre quilombos represente trabalhar a ancestralidade²⁵⁴, a oralidade²⁵⁵ e a memória²⁵⁶, fortalecendo os processos educativos oriundos do seu povo.

Na segunda questão, foi possível confirmar em sua resposta que a Secretaria de Educação do Estado do Amapá (SEED) tem determinado que seja aplicada em sala de aula uma matriz curricular idealizada com conteúdos mínimos, mas salientou que “os conteúdos e as orientações são mandados às escolas e repassados pelas coordenações pedagógicas” (Professor de ER, agosto de 2019).

Na sequência, o professor entrevistado expôs como são abordados e trabalhados os temas da matriz curricular da SEED à luz da diversidade de credo religioso, explicando que geralmente, “apresento a disciplina como área de conhecimento humano, respeitando a laicidade do Estado e a diversidade cultural/religiosa brasileira e amapaense” (Professor de ER, agosto de 2019).

²⁵¹ LARCHERT; OLIVEIRA, 2013, p. 52.

²⁵² FIORI, Ernani Maria; ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *Textos escolhidos*. São Paulo: L&PM Editores, 1992, p. 92-94.

²⁵³ FIORI; ARANTES, 1992, p. 93.

²⁵⁴ Refere-se a aproximação das matizes da ancestralidade africana. Matizes como tons que retornam, lembram ou reforçam a cor matriz, a ideia mais próxima da original, que por vários processos de invisibilização voluntária ou involuntária e pelos motivos que levam à resistência, sempre estiveram presentes e que na atualidade tentam recuperar a tradição fincada na ancestralidade africana em diálogo com o que nos constituímos na experiência com os grupos indígenas, europeus, latino-americanos (SANTOS, Maria Walburga dos. Festas quilombolas: entre a tradição e o sagrado, matizes da ancestralidade africana. *Revista HISTEDBR On-Line*, v. 13, n. 50, p. 286-300, 2013, p. 297).

²⁵⁵ Define-se oralidade como “tradição oral”, ou seja, o testemunho transmitido oralmente por uma geração às seguintes; ao crítico compete reconhecer os “lugares textuais” onde se intertextualiza a oralidade; todavia, permita o reconhecimento de certos símbolos e atitudes mentais características do espaço tradicional; no entanto, o autor considera que as marcas de oralidade constituem um inventário em aberto, e susceptível de múltiplas reformulações (LEITE, Ana Mafalda. Modelos críticos e representações da oralidade africana. *Via Atlântica*, v. 1, n. 8, p. 147-162, 2005, p. 151-152).

²⁵⁶ Não sendo inteiramente isolada e fechada, a memória individual provê o conhecimento da memória coletiva, tendo em vista que para evocar o próprio passado, em geral, a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade (HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006, p. 72).

Como foi possível constatar nos relatos do professor de ER da Escola quilombola, há realmente um distanciamento do ensino ministrado na realidade da Escola quilombola para o que vem sendo preconizado por publicações que demonstram um quadro divergente nas demais unidades do sistema de ensino amapaense na capital e nas demais regiões do Estado do Amapá.

A realidade do uso da matriz proposta pela SEED na escola quilombola foi caracterizada pelo professor de ER com certa positividade, com um ar de perfeição tanto no ensino como na aprendizagem dos(as) alunos(as), o que não perde seu crédito, se considerar que o professor está em fase de conclusão de doutoramento na área de Ciências da Religião e há mais de 10 (dez) anos tem trabalhado diretamente com a ministração dos conteúdos e na adoção de estratégias de ensino desta disciplina nas escolas públicas amapaenses. Portanto, como as perspectivas da formação estão presentes no dia a dia do educador, há, por assim dizer, uma aproximação do ideal e excelente que tem sido aplicado em suas aulas e planejamentos e tem contribuir para a transformação do ensino na realidade específica.

Entretanto, a realidade do uso da matriz proposta pela SEED nas escolas da capital próximas da escola quilombola, mostra-se bastante diferente e incoerente com o discurso de excelência do professor de ER referido anteriormente. Tanto que, na pesquisa Marcos Vinicius de Freitas Reis e Katia Maria Barbosa dos Anjos²⁵⁷, pôde-se identificar nos discursos a forte influência de apenas um determinado ponto de vista religioso sobre a construção dos conteúdos ministrados em sala de aula, a visão cristã, que em seus ensinamentos, centraliza-se na imagem central de Jesus como amigo de todos ou então em personagens da bíblia, que, ao serem utilizados como conteúdos curriculares se contradizem com a orientação de interferência mínima possível de questões religiosas no ER e nos conteúdos ministrados em sala de aula.

Ainda sobre a pesquisa realizada por Marcos Vinicius de Freitas Reis e Katia Maria Barbosa dos Anjos²⁵⁸, ao explorarem sobre perfil da disciplina ER, ministrada nos anos iniciais do Ensino Fundamental da educação pública do estado do Amapá, conseguiram organizar informações sobre as tendências atuais para a organização do currículo desse componente. Entre vários aspectos, abordaram-no como prática educativa pautada na diversidade religiosa requerendo dos envolvidos “diálogo, discussão e formação” para

²⁵⁷ REIS, Marcos Vinicius de Freitas; ANJOS, Katia M^a Barbosa dos. Ensino Religioso no Amapá: um olhar sob uma escola pública estadual. *Áskesis*, v. 6, n. 1, p. 19-29, 2017.

²⁵⁸ REIS; ANJOS, 2017, p. 20-21.

garantir o que preconiza a Lei n. 9.394/1996²⁵⁹ e o Parecer CES/CNE sob n. 09/2001²⁶⁰. E, como consta no documento “Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado²⁶¹” a proposta curricular para o ER, a qual elenca que o ensino deve se pautar em conteúdos que orientam as características descritas na tabela 1.

Tabela 5 - Conteúdos para o ensino de ER na Escola Pública do Amapá²⁶².

Conteúdos a serem trabalhados	Conteúdos a serem trabalhados
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Respeitar a diversidade cultural e tradições religiosas dos povos; ✓ Conhecer os textos sagrados, percebendo-os como referenciais de ensinamentos sobre a fé e a prática das tradições religiosas; ✓ Conhecer alguns espaços sagrados existentes na comunidade; ✓ Identificar divindades próximas: Deus, deuses, personificações heroicas; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificar diferentes tradições religiosas, ressaltando a importância da religião na vida das pessoas, vivenciando o diálogo e as diferenças religiosas; ✓ Reconhecer estruturas simbólicas, gráficas, oralidade e imaginação; ✓ Simbologia religiosa e seus significados para a prática das tradições religiosas.

A matriz curricular para o ER proposta pela SEED e disseminada pelos coordenadores pedagógicos, como exposto nas respostas do professor de ER da Escola quilombola, ainda elenca que, para as etapas do Ensino Fundamental espera-se a ministração dos conteúdos que respeitem a diversidade cultural e religiosa dos alunos(as), promovendo-se nas aulas, a motivação para dialogarem entre si sobre os conteúdos e consigam compreender adequadamente o sentido de cada conteúdo e, possam ou não, optar em aplicá-los em sua realidade familiar e social, sem a interferência de um único enfoque religioso, mas pela visão multicultural. Como proposto nesse documento:

[...] as aulas devem ser dinâmicas, tendo o objetivo de socialização ao tema em estudo. Envolver os alunos na prática, com novas sugestões e ideias (jogos, brincadeiras, gincanas). Mostrar aos educandos a importância da Disciplina Ensino Religioso através da valorização de suas experiências, como também das suas respectivas religiões, não interferindo nas mesmas (através de produção de textos e relatos). Para alcançar esses objetivos é essencial que as aulas sejam desenvolvidas num clima de diálogo, de abertura para debate, em que todos tenham a oportunidade de se posicionar, participando de forma ativa, num ambiente agradável, descontraído e acolhedor. É fundamental que o professor viva com a classe a experiência da inter-relação de fé e de vida²⁶³.

²⁵⁹ BRASIL, 1996, p. 1.

²⁶⁰ BRASIL, 2001, p. 18

²⁶¹ AMAPÁ, Governo do Estado do. *Proposta Curricular - Ciências Humanas: Ensino Religioso*. Amapá: Secretaria de Estado da Educação, 2016, p. 13-14.

²⁶² AMAPÁ, 2016, p. 15.

²⁶³ AMAPÁ, 2016, p. 5.

Os problemas e desvios de finalidade no ER na escola pública do Amapá não são questões curriculares, mas requerem a mudanças de paradigmas presentes no processo de formação e a prática dos(as) professores(as) desse componente. Para esses profissionais a maneira fenomenológica, de pôr entre “parênteses” as suas verdades, certezas e seguranças religiosas em respeito a uma escola pública laica e culturalmente marcada pela diversidade religiosa ainda tem sido vista como desafio e assim, promovem esse silêncio que impede que o ER enfoque a diversidade social, cultural e religiosa²⁶⁴.

O docente também expôs considerações sobre o desenvolvimento de sua prática pedagógica, afirmando que “o planejamento é feito semanalmente, tendo por referência as orientações curriculares do Estado do Amapá e a legislação vigente do ER” (Professor de ER, agosto de 2019).

No Estado do Amapá - Brasil, o documento oficial que rege a sua educação é denominado de Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Básica do Estado do Amapá (DCEBA)²⁶⁵, que está sendo construído até o ano vigente, enquanto não se tem algo definido e concluso, foi trabalhado uma proposta pedagógica que resultou na construção de 3 exemplares: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio para nortear as atividades educacionais da rede estadual de ensino. Em 2006, 2008 e 2009, o documento oficial aludido foi revisado e alterado para atender a nova legislação e contemplar segmentos que tinha lacunas como na Educação do campo, étnico racial e quilombolas.

O DCEBA²⁶⁶ é composto por orientações gerais que permite educadores investirem em práticas pedagógicas diferenciadas que colaborarem “efetivamente no desenvolvimento do educando para que se aproprie das habilidades necessárias, não só para viver no mundo, mas para dele participar de forma a transformá-lo²⁶⁷”. O documento afirma ainda que, o veículo de transição para uma sociedade sustentável com capacidade para repensar o atual paradigma do desenvolvimento a partir da escola é a Educação valorizando a diversidade. Dessa forma, a Educação Quilombola por possuir característica inter/transdisciplinar serve como ferramenta para englobar os conhecimentos que envolvem as diferentes disciplinas na realidade educacional dos(as) alunos(as) que estão matriculados na escola quilombola do Curiaú.

A resposta do professor de ER confirma o que preconiza as diretrizes do DCEBA, que garante a multiplicidade de temas e proposições discutidas a partir das reuniões com

²⁶⁴ REIS; ANJOS, 2017, p. 20-21.

²⁶⁵ AMAPÁ, Governo do Estado do. *Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Básica do Estado do Amapá - DCEBA*. Amapá: GEA/SEED, 2009, p. 3-4.

²⁶⁶ AMAPÁ, 2009, p. 11-12.

²⁶⁷ AMAPÁ, 2009, p. 11.

professores da cidade de Macapá no Estado do Amapá- Brasil. Oportunizando uma roupagem mais solidária, inclusiva, inovadora e cidadã ao público alvo escolar do estado. A partir deste entendimento, a educação amapaense propõe um ensino que contribua com o processo educacional, cercado de atividades, que aproximem a inclusão do história da África e dos afrodescendentes de maneira multidisciplinar, proveitoso para dialogar com a classe estudantil, principalmente no repasse de histórias do passado e as influencias do presente na realidade da educação quilombola, o que se torna uma estratégia privilegiada para compor e auxiliar o professor de ER no processo de ensino-aprendizagem.

Partindo-se para a segunda categoria de análises com o docente, buscou-se identificar suas perspectivas sobre a influência causada pelos credos religiosos na qualidade do ensino e na aprendizagem da disciplina ER. Nesse sentido, em relação aos seus maiores desafios ou dificuldades, negou que existam, pois “crianças são abertas ao diálogo. O preconceito parte muitas vezes de nós, adultos!” (Professor de ER, agosto de 2019).

Os relatos do professor de ER sobre preconceito e seus reflexos no processo de ensino aprendizagem do(a) aluno(a) afrodescendente, é um tema recorrente, que conforme a resposta do entrevistado, ainda carece de estratégias para ser combatido na realidade de sua clientela escolar. Dessa forma, pode-se fazer inferência de cenas, gestos, palavras e atitudes que no âmbito familiar e social estão carregados de preconceito.

O Amapá é uma unidade da federação marcada pela miscigenação de seu povo, e essas variações de etnia acabam refletindo na educação ofertada na escola, lugar onde começa a vida cultural e a formação de identidade de um povo, fatos que são visíveis no contexto atual das escolas. Nesse interim, o professor de ER necessita trabalhar a particularidade do aluno negro, sua cultura, sua origem, para que o mesmo se aceite, mesmo não possuindo o padrão de branqueamento de pele, dos cabelos lisos e do nariz afinado, padrões de beleza que a sociedade impõe.

No âmbito do ER na Escola Quilombola, vários estudos publicados demonstram que nos dias atuais ainda existem condutas causadoras de diferenças nas relações interpessoais com os(as) alunos(as) dessa realidade institucional. A intenção não é esgotar o assunto, mas mostrar a preocupação científica com essas condutas tendenciosas que refletem a continuidade de valores herdados de séculos passados na atualidade em relação à população negra.

No artigo de Regina Pahim Pinto²⁶⁸ constata-se que atualmente as escolas e os professores estão se preocupando com a construção das relações étnicas no âmbito educacional, no entanto, o trabalho pedagógico ainda ocorre de forma isolada baseada em concepções filosóficas e pedagógicas influenciadas por posicionamentos ideológicos diversos e politizados que podem, de certo modo, beneficiar determinados grupos, ou então, deturpar a real finalidade dos objetivos e estratégias curriculares para a promoção da educação multicultural.

Nas propostas curriculares elaboradas pelos estados nos anos 80, já se observa inclusive uma preocupação com alunos e grupos com características étnicas ou socioculturais específicas ou vivendo em condições especiais, entre os quais destacam-se as populações indígenas e os negros, embora o tratamento dispensado às diferenças locais e regionais e à diversidade sociocultural dos alunos ainda tenha sido bastante pobre [...], os temas que apresentam maior complexidade, como o convívio social, violência, incorporação não estereotipada dos pontos de vista e contribuições culturais de outros grupos com características de exclusão, não recebem um tratamento pedagógico mais aprofundado, ficando diluídos em compromissos genéricos, tais como a atenção às especificidades regionais, a valorização de experiências de vida dos educandos, a inserção social de segmentos marginalizados²⁶⁹.

Então, segundo Ellis Cashmore²⁷⁰, a entrada nos anos 1990 mostra que os currículos pouco abordavam a questão do racismo na escola, quiçá na ministração da disciplina ER, e as poucas ações isoladas ocorriam no âmbito universitário, onde as ideias filosóficas sobre o racismo eram pré-concebidas pelo viés da valorização das diferenças biológicas entre os seres humanos, ou seja, creditava-se aos brancos a superioridade da evolução humana e a base social agrupava a grande maioria de membros de outras matrizes raciais. E com a evolução das ideologias e teorias científicas que descreviam as relações étnicas no mundo, constatou-se que a questão racial foi assumindo posicionamento de destaque nas culturas, mostrando que existia uma raça, e que havia uma hierarquia para mostrar e comprovar distinções entre seus membros e as espécies humanas.

No estudo de José Marcelino de Rezende Pinto e Adriana Cristina Guimarães²⁷¹ (2015) que analisou a discriminação racial no contexto escolar, constatou-se nos dados obtidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) ocorrida em dezembro de 2007, que desde 1971 a relação escolaridade por faixa etária é apontada com uma taxa de 7,3

²⁶⁸ PINTO, Regina Pahim. Diferenças étnico-raciais e formação do professor. *Cadernos de Pesquisa*, nº 108, p. 199-231, novembro/1999.

²⁶⁹ PINTO, 1999, p. 203.

²⁷⁰ CASHMORE, Ellis. *Dicionário de Relações Étnicas e Raciais*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 17-18.

²⁷¹ PINTO, José Marcelino de Rezende; GUIMARÃES, Adriana Cristina. *Discriminação racial na escola: vivências de jovens negros*. Monografia (Bacharel em Pedagogia). São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP, 2015, p. 33-34.

anos para negros e brancos, mas que, se o fator analisado for raça/cor, há uma certa discrepância nos resultados, pois os brancos estudam entre 8,2 anos, enquanto que os negros a média é de 6,4 anos, mostrando grande desigualdade na escolaridade desses dois segmentos raciais no Brasil. Os resultados dessa pesquisa de âmbito nacional reforçam que ainda há muita herança colonial presente nos dias de hoje e torna-se interessante propor meios para que os negros possam se organizar a partir dos diferentes papéis que negros e brancos passaram a ocupar na sociedade.

Por sua vez, Tânia Regina Lobato dos Santos e Regiane de Assunção Costa²⁷² que analisaram as representações sociais dos professores em relação aos alunos(as) negros(as), e as consequências da sua socialização no espaço educacional, confirmaram o dever dos professores(as), entre os quais, os da disciplina ER, e de toda a comunidade escolar ter o compromisso em fazê-los sentirem-se incluídos na sala de aula e se sentirem participantes e interessados nas atividades propostas por esses(as) professores(as). A representação social sobre si é um referencial de como os(as) alunos(as) entendem sua importância na escola, na sociedade, na vida dos seus amigos e na forma como entende os problemas sociais relativos a sua cor.

Contudo, pesquisas no âmbito educacional também foram realizadas por Fúlvia Rosenberg²⁷³, em seus postulados teóricos afirmam que a questão do baixo rendimento escolar de alunos(as) negros(as), está também associada a outros fatores, como: dificuldade de acesso ao ensino; a redução na frequência que pode ocasionar a evasão; as altas taxas de reprovação e atraso escolar. Fatores que se comparados com os de crianças brancas, mostram números baixos e que deveriam preocupar os agentes do Estado para melhorar e equidade na educação quilombola através do fator raça e religião. Além disso, essa autora cita uma série de estudos para justificar seus achados teóricos, salientando que a causa desses índices é mais preocupante para os(as) alunos(as) negros(as) por, sua grande maioria, frequentar escolas localizadas em áreas carentes, que podem vir a impedir sua ascensão social e econômica, e também contribuir para a continuidade das desigualdades, do preconceito e da discriminação racial no espaço escolar.

²⁷² SANTOS, Tânia Regina Lobato dos; COSTA, Regiane de Assunção. Representações sociais de professores: desafios para socialização da criança negra na educação infantil. *Tópicos Educacionais*, Recife, n.1, jan/jun. 2014, p. 110-112.

²⁷³ ROSENBERG, Fúlvia. Raça e desigualdade educacional no Brasil. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). *Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas*. 8. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

Nilma Lino Gomes²⁷⁴ desenvolveu em seu artigo uma série de estudos para que os(as) professores(as) de uma escola quilombola pudessem compreender e discutir sobre a questão racial e religiosa no terreno das representações e dos valores que a sociedade tem sobre o negro. Um território muito delicado segundo a autora, pois muitos educadores ainda acham que falar de discriminação racial não é para os(as) professores(as) e nem para a educação, mas para a ciência. Erram, por não conseguirem compreender a formação história e cultural da sociedade brasileira, e não observam que o papel da escola vai muito além discutir sobre temáticas que fazem parte do complexo processo de formação humana, mas sua atuação está diretamente atrelada a realidade social brasileira. Como explicado pela autora:

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/ realidade social/ diversidade étnico-cultural é preciso que os educadores compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifesta na nossa vida e no próprio cotidiano escolar. Dessa maneira, poderemos construir coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidade. É preciso que a escola se conscientize cada vez mais de que ela existe para atender a sociedade na qual está inserida e não aos órgãos governamentais ou aos desejos dos educadores²⁷⁵.

Os(as) professores(as) precisam tomar conhecimento sobre o conceito de racismo, discriminação racial e preconceito para poderem ajudar os demais membros da comunidade escolar e os(as) alunos(as) de uma escola quilombola a compreenderem as causas e comportamentos que os causam e evitar que práticas racistas podem influenciar a qualidade dos relacionamentos no interior da escola. Ao entrarem nesse debate, os(as) professores(as) passam a questionar a sua própria atuação profissional e a sua postura ética diante da diversidade étnico cultural e das suas diferentes manifestações no interior da escola quilombola.

Nessa pesquisa, conseguiu-se constatar com o professor de ER entrevistado que todos os temas/conteúdos da matriz curricular [da SEED] que costuma trabalhar em sala de aula, são promotores de participação ativa dos discentes, e salientou em suas respostas que “busco metodologias dialógicas, criativas e inclusivas”; por isso, declarou que não tem dificuldades para abordar os conteúdos da matriz curricular, pois, em suas palavras, “no

²⁷⁴ GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 143-154.

²⁷⁵ GOMES, 2005, p. 147.

momento não encontrei nenhum tema difícil ou complicado de ser trabalhado” (Professor de ER, agosto de 2019) em sala de aula.

As respostas do professor de ER são muito significativas pois demonstram que na realidade da Escola Quilombola não há fatores e barreiras impeditivas para o trabalho da disciplina que leciona. Mas, é interessante abordar que a Comunidade de entorno da Escola quilombola sofre com ações de duas esferas que reforçam alguns comportamentos entre os(as) alunos(as): em primeiro, reforça-se os eventos e festas que passaram a ocorrer nos últimos vinte anos no Curiaú e estão descaracterizando sua trajetória histórica e suas tradições festivas, pois relaciona-se com grande vulto de ações promocionais na cidade de Macapá as festas tradicionais da comunidade quilombola vinculadas a festas de aparelhagens, distantes e cristalizadoras do valor cultural daquela realidade; em seguida, salienta-se os projetos pedagógicos da Escola, que em meio ao caos de influências culturais, ainda valorizam e priorizam o bem estar cultural e a proteção às tradições e a diversidade na realidade da escola quilombola.

Diante dessas duas especificidades presente na realidade dos(as) alunos(as) da escola quilombola, identifica-se no relato do professor de ER a facilidade em lidar com as questões de ensino aprendizagem, pois há um consenso social sobre respeito à diversidade de credos que impedem o proselitismo religioso e fortalecem, confirmando a veracidade do discurso contido no relato do educador na terceira categoria de análises realizada com este, iniciadas a posteriori.

Partindo-se para a terceira categoria de análises com o docente, buscou-se identificar suas perspectivas sobre conflitos, diversidade de credos e proselitismo religioso na escola. Dessa maneira, o docente confirmou que na escola e em sala de aula há diálogo inter-religioso, e expôs que acontece “por meio da troca de vivências e experiências dos educandos”. Realidade reforçada ao relatar que os(as) discentes da escola, em sua maioria dividem-se em: católicos, evangélicos e umbandistas. E que com estes, as atividades e projetos interdisciplinares da escola contemplam o ER “por meio do Projeto Conviver que está atrelado à disciplina de ER, como um espaço de diálogo sobre as relações interpessoais e no projeto Curiaú mostra tua cara, carro chefe da escola, por meio do eixo religiosidade tradicional”. O mesmo reforçou também que sua relação com os alunos acontece de forma tranquila, amistosa e respeitosa. Tanto que, ao expor lembranças de fatos e situações que envolviam religião, lembrou-se da “visita de líderes religiosos de diferentes denominações para rodas de conversa e diálogos sobre a identidade religiosa e a diversidade” (Professor de ER, agosto de 2019).

Há alguns pontos importantes que precisam ser considerados nas análises, para tornar pertinente o entendimento dos relatos do educador da escola quilombola:

Ponto 1 - em sala de aula há diálogo inter-religioso por meio da troca de vivências e experiências dos educandos: na conjuntura observada da escola quilombola, foi possível identificar um clima interno bastante profícuo para a aprendizagem e para os diálogos. O educador trabalha de forma dialógica com os(as) alunos(as), sempre propondo desafios que, em grupos, os façam interagir, dialogar e auxiliar na construção do ideal denominado por Wellington da Silva de Barros como “pluralismo religioso a partir das dinâmicas religiosas” da localidade e dos membros da comunidade que reside no Curiaú, promovendo, dessa maneira, a integração a partir “do respeito à alteridade religiosa que favorece e torna fecundos os processos de aproximação mediada pelos espaços e ações da instituição”. Por isso, segundo o autor, consta entre os maiores desafios do diálogo inter-religioso nos dias atuais a valorização do fator “vida humana” para que o professor de ER consiga estabelecer a paz entre as religiões de seus alunos(as)²⁷⁶.

Portanto, entende-se que a transdisciplinaridade provoca atitudes transreligiosas e transculturais, pois está repleta de experiências e conhecimentos que as transcendem. O desafio da abertura constante para o diálogo é o que conclama as sociedades e as tradições religiosas. Como explicado por Roberlei Panasiewicz e Gilbraz Aragão²⁷⁷:

As novas hermenêuticas do pluralismo religioso e pós-religioso no campo dos estudos da religião têm levado a esboços e apontamentos para uma teologia das religiões com nova amplitude: planetária, multirreligiosa e pluralista. Há quem aponte para uma teologia aberta e livre, uma teologia que vai além de uma religião e de todas as religiões (enquanto expressões espirituais históricas do período agrário da humanidade, que vai sendo progressivamente substituído pela sociedade do conhecimento). Uma teologia sem dogmas, sem leis, sem verdades nem doutrinas, uma teologia humana e libertada do serviço a uma religião, enquanto instituição hierarquicamente sagrada, com o seu sistema de crenças e ritos e cânones, centrada na espiritualidade e comprometida com a tarefa de humanizar a humanidade²⁷⁸.

As sociedades da inovação e do conhecimento estimulam a criatividade e provocam a dinamicidade constante dos encontros. Nesse contexto, o diálogo deve ser compreendido como missão e vice-versa. Não há verdades a serem impostas, mas experiências de qualidades

²⁷⁶ BARROS, Wellington da Silva de. *Mobilidade humana e pluralismo religioso: a Missão Paz e o diálogo inter-religioso na acolhida de imigrantes e refugiados*. 2017. 258 f. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 131-132.

²⁷⁷ PANASIEWICZ, Roberlei; ARAGÃO, Gilbraz. Novas fronteiras do pluralismo religioso: apontamentos sobre o pós-religional e o transreligioso. *Horizonte*, v. 13, n. 40, p. 1841-1869, 2015.

²⁷⁸ PANASIEWICZ; ARAGÃO, 2015, p. 1842.

humanas profundas a serem compartilhadas, apreendidas e dinamizadas entre as sociedades, espiritualidades e religiões em diálogo²⁷⁹.

Ponto 2 - as atividades e projetos interdisciplinares da escola contemplam o ER: na realidade do discurso do professor de ER há uma clara alusão aos projetos que já há mais de 5 anos estão elencadas no PPP da Escola. Entre os projetos mais importantes, salientam-se os seguintes como principais e por ter a participação direta do professor de ER em determinantes momentos: a. Projeto Conviver: tem como objetivo a formação de hábitos e atitudes condizentes com as normas da boa educação despertando no aluno a necessidade de uma atitude criativa e transformadora de seu universo que o capacitará ao bom convívio social, agregando valores, experiências e reflexões comuns a todos os participantes, possibilitando um espaço de aceitação, respeito, interação, amor e recriação permanente; b. Projeto “Curiaú Mostra a Tua Cara”: Projeto criado no ano de 2003, após observações dos(as) professores(as) da Educação infantil, onde no decorrer de uma atividade perceberam que um número significativo de alunos tinham dificuldade de aceitar a cor da sua pele, conseqüentemente sua cultura afrodescendente, com base nessas observações surgiu com a finalidade de valorizar a história, a cultura e as vivências sociais da população do quilombo do Curiaú, bem como ajudar na construção de uma identidade afrodescendente positiva, buscando seus aspectos fundamentais, além de potencializá-los e repassá-los, visando à construção de uma postura de tolerância e respeito ao outro no combate ao preconceito.

O Projeto “Curiaú Mostra a Tua Cara” tem sido escolhido como subtema para ser trabalhado nos últimos cinco anos letivos, de modo que sejam trabalhados, pedagógica e multidisciplinarmente, alguns questionamentos e fragilidades nas diversas áreas de conhecimento, entre as quais, o Ensino Religioso. Por isso, de forma interdisciplinar, está de acordo com a Lei 10.639/2003 que regulamenta o ensino da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, perpassando, através de estratégias pedagógicas de ensino e por todas as áreas de conhecimento, favorecendo assim, uma relação de troca de conhecimento entre toda a comunidade escolar e extraescolar.

Os projetos adotados no ano letivo 2019 da Escola José Bonifácio, contemplam as estratégias idealizadas e planejadas para auxiliar os(as) alunos(as) e também professores(as) a compreenderem o fenômeno Religioso e sua dinâmica conceitual- existencial, a partir do referencial da Ciência da Religião, promovendo o respeito à diversidade religiosa do povo brasileiro, fortalecendo a consciência dos(as) alunos(as) como cidadãos pertencentes a um

²⁷⁹ PANASIEWICZ; ARAGÃO, 2015, p. 1845-1846.

grupo e/ou a uma comunidade mística, a uma crença, uma religião e uma cultura com as suas peculiaridades.

Ponto 3 - diálogos sobre a identidade religiosa e a diversidade: A E.E José Bonifácio caracteriza-se por ser uma escola quilombola rural, atende em sua maioria os alunos da Vila do Curiaú, porém, há alguns anos em virtude do crescimento populacional dos bairros da área urbana de Macapá, vem recebendo de bom agrado alunos de diversos lugares e de culturas diversificadas. Diante disso, a escola desenvolve alguns projetos inovadores com estratégias educacionais inclusivas com o objetivo de amenizar as supracitadas dificuldades.

O lema que rege a escola é por uma política de Ação afirmativa na Educação Básica que combata a discriminação e o racismo. Conviver em um quilombo com as diversidades, as festas e a cultura religiosa é algo que precisa trabalhar o imaginário étnico, não é fácil trabalhar com descendentes de seres humanos escravizados e forçados a condições de objetos utilitários e semoventes, também é difícil descobrir-se descendente dos escravizados, temer, embora veladamente, revanche dos que, por cinco séculos, têm sido desprezados e massacrados. Para reeducar as relações étnicorraciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros.

Há participação da sociedade e das famílias na escola através do debate afro, estratégia elaborada pelos professores(as) e executado pelo Professor de ER, que tem a finalidade de proporcionar uma prática de ensino que venha estimular o aluno na construção do seu conhecimento, despertando no mesmo o interesse pela leitura e escrita de forma espontânea e prazerosa. A sala de leitura é um ambiente diferenciado, onde é valorizada a cultura local e afrodescendente e são contadas histórias africanas e da própria comunidade do Curiaú. Os Projetos irão proporcionar a leitura de contos africanos e clássicos, bem como textos diversificados.

A dissertação de João Bosco de Souza²⁸⁰ ao abordar o ecumenismo e diálogo inter-religioso constatou que o diálogo ecumênico que envolve as igrejas cristãs e o diálogo inter-religioso que acontece entre tradições religiosas de variados credos, evidencia-se a necessidade das ações efetivas para a construção da paz global. A existência de tentativas em torno de um diálogo religioso, expressa uma busca de relacionamento entre cristãos e fiéis de várias religiões ou confissões religiosas.

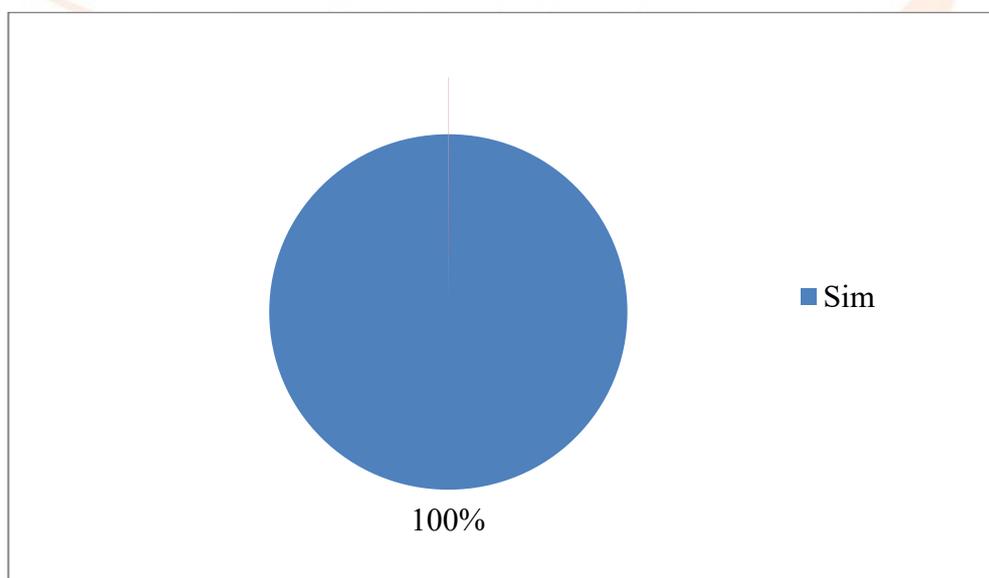
²⁸⁰ SOUZA, João Bosco de. *Ecumenismo e diálogo inter-religioso*. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

Cabe ao professor de ER da escola quilombola conhecer e vivenciar as Ciências da Religião de uma forma geral, sendo, sem dúvida, a solução para os males que afligem a comunidade quanto ao proselitismo religioso, bem como os seus alunos(as) em suas aulas. Por isso, as pequenas e grandes formas de comunicação do ouvir ao falar, isto é, do narrador-contador, encontra-se um ato de reflexão e crítica para o ouvinte, que passa a respeitar e entender a religião de um modo distinto, como fenômeno, e como parte constituinte de sua comunidade. Porém, não se deve perder de vista que os alunos fazem parte de um contexto cultural onde, diversas histórias de vida são relatadas, contadas e vivenciadas, por isso, no tópico seguinte foram apresentadas as suas respostas para a presente pesquisa.

3.2.2 Perspectivas dos discentes sobre ER na Escola

Dessa maneira, no gráfico 1, foram organizadas as respostas e analisadas sob o enfoque da estatística e porcentagem, e em seguida, postulou-se, empírica e teoricamente, sobre os dados obtidos, relativos participarem ou não das aulas de ER na escola.

Gráfico 1 - Discentes declaram participar ou não das aulas de ER.



Constatou-se que há participação de todos(as) os(as) alunos(as) da pesquisa nas aulas de ER da Escola Estadual José Bonifácio, localizada em comunidade quilombola. Portanto, muitos pesquisadores, entre eles cita-se José Juvêncio Barbosa²⁸¹, esboçam análises e estudos

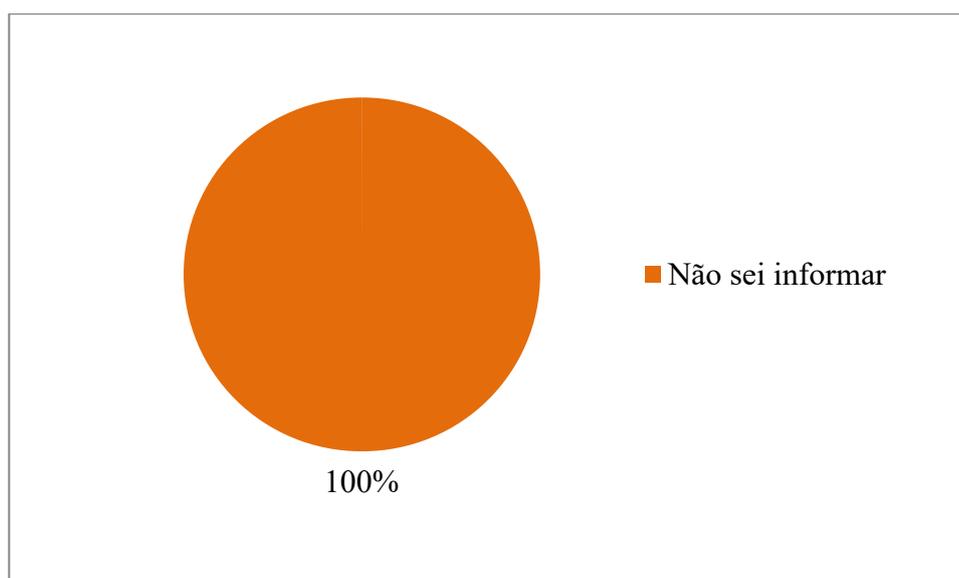
²⁸¹ BARBOSA, José Juvêncio. *Alfabetização e Leitura*. São Paulo: Cortez, 1994.

que comprovam a importância do professor de ER na mediação e construção do conhecimento sobre o fenômeno religioso em momentos de dificuldades, sendo fundamental para tornar o processo ensino aprendizagem capaz de apresentar momentos com algum significado para os(as) alunos(as), condicionando-lhes a uma aprendizagem que não somente lhes cause prazer, mas que saiba explicar, informar, mostrar e corrigir.

A presença dos(as) alunos(as) na sala de aula de ER mostra que nesse espaço de construção a escola assumiu uma determinada função, qual seja, a de guardiã desse objeto social que é o conhecimento e solicita do sujeito em processo de aprendizagem, uma atitude de respeito cego diante desse objeto, sem que este possa alterá-lo, reproduzindo-o da maneira mais fiel possível. Assim, não propagar e oferecer a oportunidade de buscar outras informações além do que se vive na escola ao aluno é, no mínimo, não conceder-lhe o direito de descobrir que há um mundo lá fora além do nosso.

No procedimento de aplicação do questionário aos discentes, àqueles que respondessem “Sim” a questão do gráfico 1 deveriam preencher o restante das questões, dessa forma, a totalidade dos(as) alunos(as) participantes da pesquisa responderam as análises que se seguem. Iniciando-se com as respostas da questão 2: No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de ER? Sendo as respostas organizadas no Gráfico 2 seguinte.

Gráfico 2 - Sobre os(as) alunos(as) terem sido orientados sobre ER não ser obrigatório.



Todos(as) os(as) alunos(as) não souberam informar se seus pais sabiam que a disciplina ER era facultativa no ato da inscrição. Talvez, os pais não saibam da existência da

lei n.º Lei n.3.459/2000²⁸². Situação similar foi constatada na pesquisa de Ana Maria Cavaliere²⁸³, constatou que em todas as escolas estudadas, a busca por informações relativas a como os alunos têm conhecimento do caráter optativo do ER obteve respostas evasivas ou contraditórias. Às vezes a direção diz que informa essa condição, mas o professor de ER diz que evita passar a informação. Outras vezes dá-se o contrário. Fica claro que o caráter optativo, dentro da grade horária obrigatória, é um problema de difícil trato para a organização da vida escolar e para o professor de ER.

Em setembro de 2000, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro promulgou a Lei n.3.459 que instituiu o ensino religioso confessional nas escolas públicas do estado. Com ela, a obrigatoriedade de oferta do ensino religioso na rede estadual se estendeu a toda a educação básica, à educação profissional e à educação especial, não se restringindo, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB –, ao ensino fundamental. Ainda de acordo com a lei, o conteúdo desse ensino tornou-se “atribuição específica das diversas autoridades religiosas, cabendo ao Estado o dever de apoiá-lo integralmente”. Quanto aos professores, poderão ministrar aulas de ensino religioso se e enquanto forem credenciados pela autoridade religiosa do credo a que se propõem lecionar. Devem ingressar no quadro permanente do magistério público estadual ou, quando necessário, podem ser contratados por tempo determinado. Do ponto de vista do alunado, o ensino religioso é facultativo, sendo a escolha do credo feita pelos pais ou responsáveis no caso de alunos até 16 anos, e pelos próprios alunos, a partir dessa idade. O artigo 1º da lei traz a afirmação de que são vedadas quaisquer formas de proselitismo²⁸⁴.

Para Clera Barbosa Cunha e Cláudia Barbosa²⁸⁵ importa destacar que o ER, apesar de possuir matrícula facultativa, é uma disciplina que integra os horários normais das escolas públicas visando contribuir para se ter uma maior compreensão de temas que evidenciam os modos de vida como, ética, cidadania, respeito, tolerância e capacidade de aceitar os outros e a si próprio, abrangendo também a história das diversas religiões, a fim de obter uma convivência pacífica.

O professor vivencia diretamente com os alunos em sala de aula, o processo pedagógico, sendo capaz de perceber os hábitos cotidianos pessoais, equívocos, sentimentos de inferioridade e isolamento, incertezas e intolerâncias, podendo então realizar as intervenções necessárias para que os alunos desenvolvam suas habilidades e transformem os saberes e conhecimentos em práticas de vida. Para tanto, faz-se necessário que o educador compreenda a realidade educacional e que trace com os alunos o perfil histórico do conteúdo

²⁸² BRASIL, 2000.

²⁸³ CAVALIERE, Ana Maria. O mal-estar do ensino religioso nas escolas públicas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 131, p. 303-332, 2007.

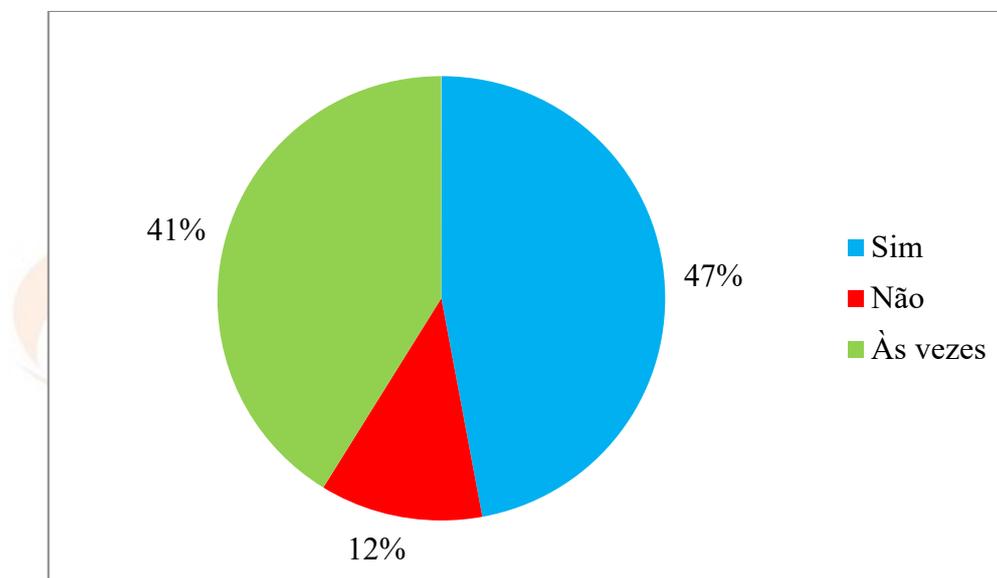
²⁸⁴ CAVALIERE, 2007, p. 304.

²⁸⁵ CUNHA, Clera Barbosa; BARBOSA, Cláudia. O ensino religioso na escola pública e suas implicações em desenvolver o senso de respeito e tolerância dos alunos em relação aos outros e a si próprios. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 8, n. 1, p. 164-181, 2011.

a ser trabalhado, conhecendo as origens, as controvérsias e os avanços históricos no desenvolvimento da disciplina. Ademais, ter a compreensão dos fatos históricos desde a colonização do país, como também levar em consideração as relações entre as pessoas, classes e em última instância, entre educadores e educandos²⁸⁶.

Em seguida, na questão 3 foi pedido para que discentes confirmassem se havia ou não alguma relação de conteúdos da disciplina ER com outras disciplinas (Gráfico 3) e em seguida, na mesma questão, foi pedido que citassem com qual(is) outra(s) disciplina(s) essa relação acontecia na opinião destes (gráfico 4).

Gráfico 3 - Opinião de discentes sobre a relação de ER com outras disciplinas.



No entendimento identificado no gráfico 3, foram destacadas três respostas dos(as) alunos(as) para descreverem a relação de ER com outras disciplinas, podendo-se separá-los em três grupos: os 47% que declararam que as aulas de ER possuíam relação com outras disciplinas; os 41% dos alunos que declararam não existir qualquer relação de ER com outras disciplinas; e os 12% que declararam que o professor de ER às vezes participa das aulas em outras disciplinas na escola quilombola.

Portanto, constatou-se que os discentes possuem dúvidas ou não sabem como identificar a presença da disciplina ER na relação com outras disciplinas na Escola quilombola. Tanto que, ao proceder a soma das respostas negativas, constata-se que 53% confirmaram que essa relação não existe ou acontece de forma esporádica (às vezes) nas aulas em outras disciplinas na escola quilombola.

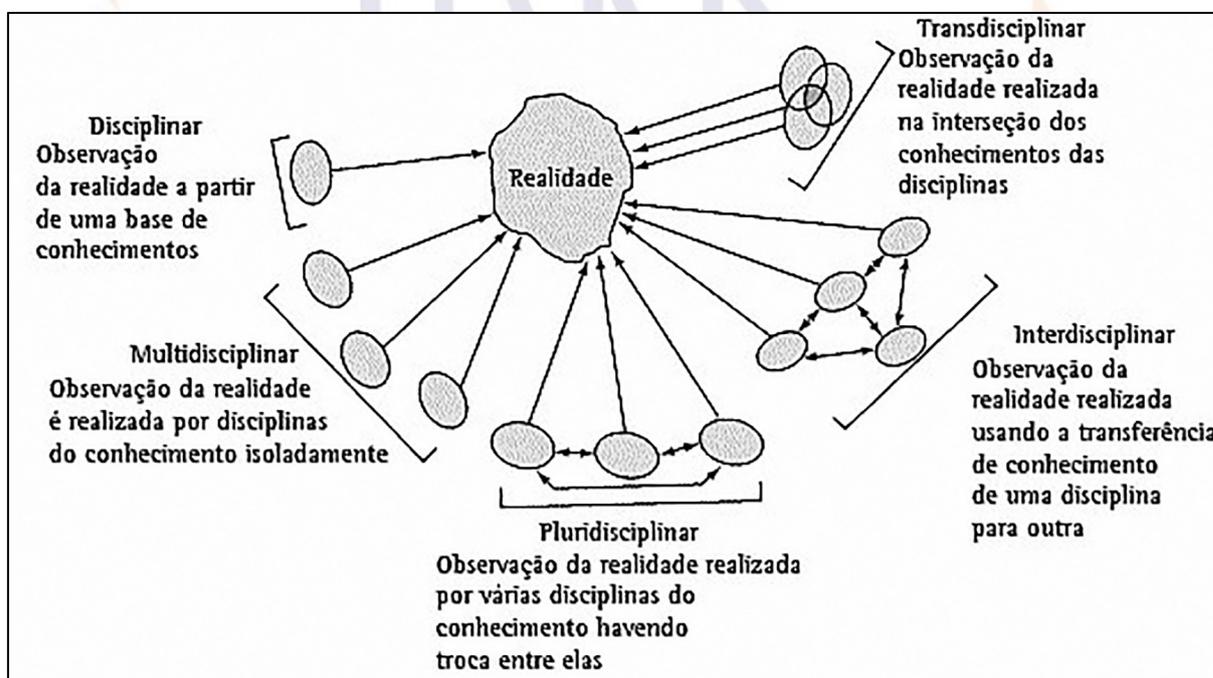
²⁸⁶ CUNHA; BARBOSA, 2011, p. 170.

Gilbraz Aragão e Mailson Souza²⁸⁷ em seu artigo defenderam que o entendimento dos alunos sobre ER e suas multiplicidades no contexto escolar serão mais facilmente identificadas pelos discentes se acontecer uma mudança no enfoque procedimental das ações pedagógicas, adotando o novo campo das ciências da religião que tem sido aplicado com resultados satisfatório no ER, referindo-se à Transdisciplinaridade, que, em suas palavras:

A transdisciplinaridade, justamente, enfatiza o conhecimento como relação entre sujeito e objeto, buscando ultrapassar as contradições de forma analítica (a partir do que é anterior e está além) e ternária (pela inclusão de um Terceiro lógico, entre e além), observando sempre a partir da intersecção, entre, através e além, das disciplinas científicas²⁸⁸.

A defesa da transdisciplinaridade pode ser trabalhada em sala de aula de uma escola quilombola como forma de sanar as dúvidas dos discentes em identificar a interdisciplinaridade. Um modelo para melhor entendimento foi apresentado por Gilbraz Aragão e Mailson Souza²⁸⁹ demonstrado na ilustração comparativa abaixo, entre a aproximação transdisciplinar e outros arranjos interdisciplinares (Figura 1).

Figura 6 - Transdisciplinaridade e suas aproximações²⁹⁰



²⁸⁷ ARAGÃO, Gilbraz; SOUZA, Mailson. Transdisciplinaridade, o campo das ciências da religião e sua aplicação ao ensino religioso. *Estudos Teológicos*, v. 58, n. 1, p. 42-56, 2018.

²⁸⁸ ARAGÃO, SOUZA, 2018, p. 45.

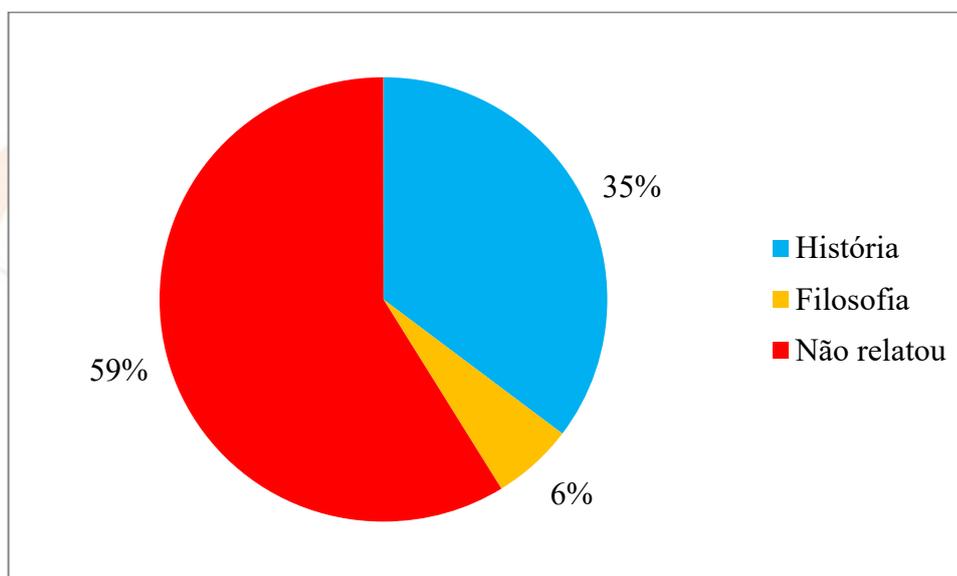
²⁸⁹ ARAGÃO, SOUZA, 2018, p. 45.

²⁹⁰ ARAGÃO, SOUZA, 2018, p. 45.

A transdisciplinaridade transgride as fronteiras de cada ciência disciplinar e constrói um novo conhecimento “através” das ciências, um conhecimento integrado em função da humanidade, resgatando as relações de interdependência. Assim, quanto mais transdisciplinar for a prática de pesquisa e de aprendizagem, mais avançará nos aspectos e campos do polo saber e mais em conta levará os diferentes níveis do polo dos sujeitos (professores e discentes)²⁹¹. Restando apenas a proposta para o professor de ER da escola quilombola propor adotar em sua realidade.

Nos relatos de discentes que confirmaram possuir relação de ER com outras disciplinas (47%), na mesma questão anterior, foi solicitado elencarem qual(is) disciplina(s) acontece a interdisciplinaridade, as respostas obtidas foram organizadas no gráfico 4.

Gráfico 4 - Identificação das outras disciplinas que se relacionam com ER



Ainda observa-se um alto quantitativo de alunos que mesmo afirmando ocorrer a interdisciplinaridade da ER com outras disciplinas, que, não conseguiram relatar e/ou identificar como ocorre essa relação (59%) provando que é preciso a gestão escolar e o professor de ER mudar a concepção.

Se possível, propõe-se adotar a proposta da transdisciplinaridade, que associa as sabedorias das antigas tradições simbólicas de interioridade aos princípios culturais e científicos modernos e pós-modernos, que exploram o mundo objetiva e intersubjetivamente. Assim, também no diálogo das tradições de sabedoria espiritual com as ciências, o professor de ER poderá incluir um mistério que está na realidade dos(as) alunos(as) e que tem escapado

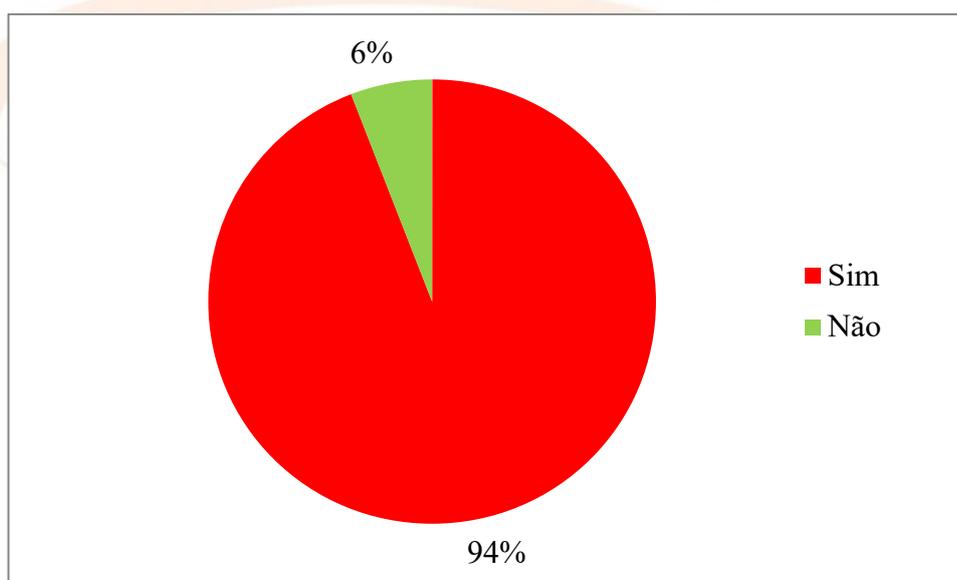
²⁹¹ ARAGÃO, SOUZA, 2018, p. 45.

às observações, e que por essa nova concepção, pode facilitar a apreensão, aprendizado e construção de conhecimentos que poderão exigir uma reverência mística – para a qual até grandes cientistas já despertaram, e estando, por assim dizer, coerentes com o preconizado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC)²⁹².

O Ensino Religioso, conforme a proposta da Base Nacional Comum Curricular do Ministério da Educação, traduz pedagogicamente em processos de aprendizagem os conhecimentos transversais das Ciências da Religião, articulados em unidades temáticas que tratam de identidades e alteridades, do humano e sua transcendência; manifestações religiosas, conhecimentos simbólicos e espirituais; e das crenças religiosas e filosofias de vida, práticas éticas religiosas e não religiosas²⁹³.

Em seguida, na questão 4 propôs-se aos discentes que respondessem a seguinte questão: Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina ER? As respostas deveria ser justificadas (gráfico 5).

Gráfico 5 - Opiniões sobre a religião dos discentes ser respeitadas nas aulas de ER.



Constatou-se que a maioria (94%) dos discentes reforçaram em suas respostas que em sala de aula há respeito à sua religião, e a minoria (6%) negou esse entendimento, salientando o despreparo e o desrespeito dos demais alunos com sua religião. Para melhor entendimento dessa questão foi pedido para os alunos justificarem suas respostas, explicando em que momento há ou não respeito às suas religiões, sendo estas organizadas na tabela 1.

²⁹² ARAGÃO, SOUZA, 2018, p. 45.

²⁹³ ARAGÃO, SOUZA, 2018, p. 52.

Tabela 6 - Respostas dos discentes para respeito de sua religião nas aulas de ER

Respondente	Respostas
Discente A	Na aula de ER minha religião foi respeitada.
Discente B	A minha religião foi respeitada.
Discente C	(Não justificou)
Discente D	A aula de ER o professor sempre respeita todas as religiões.
Discente E	A minha religião foi respeitada.
Discente F	Na aula de ER minha religião ela foi respeitada.
Discente G	Houve respeito a minha religião.
Discente H	A minha religião é respeitada em sala de aula.
Discente I	Porque quando o professor está falando de várias religiões ele fala que aquele é a religião deles, diferente da nossa. Devemos respeitá-los, por causa da religião, porque cada um tem o seu Deus.
Discente J	A minha religião foi respeitada porque o professor na sua aula ele fala sobre nossa religião.
Discente K	A minha religião foi respeitada.
Discente L	Porque o professor já falou sobre religião.
Discente M	Sim respeito porque o professor respeito muito todos os alunos.
Discente N	Sim, porque o professor respeita muito.
Discente O	Não ofende em nada.
Discente P	A minha religião ele nunca desrespeitou.
Discente Q	Fala sobre respeito no ER e foi respeitado.

E o quadro de resposta novamente se repete, tanto no gráfico 5 como na tabela 1, demonstrando-se que, entre os discentes, o professor de ER estabelece vínculo dialogal e harmonioso com os(as) alunos(as) que garante uma reciprocidade no tratamento, pois ao respeitar a diversidade religiosa sem proselitismo, garante que o processo ensino aprendizagem ocorra de forma satisfatória, independente da imparcialidade no processo avaliativo dos conhecimentos construídos em sala de aula.

Elivaldo Serrão Custódio, Célia Souza da Costa²⁹⁴ em seu estudo sobre religião, ética e educação, identificaram em suas experiências e vivências em escola quilombola que, em prol da diversidade religiosa, do respeito e da boa convivência, entre iguais e diferentes tem sido importante desconstruir certas pré-noções difundidas oralmente e através de poderosos meios de comunicação de massa sobre a importância do ER no espaço escolar. Cabe,

²⁹⁴ CUSTÓDIO Elivaldo Serrão, COSTA Célia Souza da. Religião, ética e educação: experiências e vivências do quilombo do mel da pedreira no Amapá. *Conjectura: Filos. Educ.*, v. 23, n. especial, p. 93-115, 2018.

sobretudo aos educadores (mas não apenas a eles), discutir a importância das religiões na formação da cultura e da sociedade brasileiras.

As atitudes e comportamentos do professor de ER da Escola José Bonifácia estão coerentes com a perspectiva teórica defendida por Claudete Beise Ulrich e José Mario Gonçalves²⁹⁵ ao intentarem propor um modelo de ER que deve ter cinco objetivos orientadores essenciais: 1) despertar e cultivar a religiosidade do aluno; 2) levá-lo à compreensão da importância do fenômeno religioso em sua própria vida e na história humana; 3) trazer conhecimento sobre as diferentes formas de religiosidade, dentro de seus respectivos contextos culturais e históricos; 4) criar um espírito de fraternidade e tolerância entre as diferentes religiões; 5) sensibilizar o aluno em relação aos princípios morais, propostos pelas religiões, promovendo ao mesmo tempo uma reflexão sobre eles. Tais objetivos também foram definidos similarmente nos estudos apresentados por Dora Incontri e Alessandro César Bigheto²⁹⁶.

Além desses dois pontos a se evitar, há outros dois pontos a se recomendar, para promovermos uma educação religiosa, sem proselitismo, nas escolas públicas e particulares. O primeiro é a necessidade do educador ser um pesquisador (e isso vale para todos os campos do conhecimento como também para a religião). Ele tem de buscar e conhecer para não se perder no meio da avalanche de idéias e informações que vagam nesse mundo. Aprofundar, vivenciar e seguir em primeiro lugar a própria fé é o dado fundamental. Se enumeramos como objetivo do ensino religioso o despertar da religiosidade na criança, essa religiosidade tem de estar presente, e fortemente sentida, no educador. E, ao mesmo tempo, compete-lhe buscar informações e conhecimento preciso a respeito das outras religiões, com que se defrontará na sala de aula²⁹⁷.

Então, o que se entende é que para o ER ser realizado em conformidade com os muitos teóricos analisados até este momento da dissertação, é necessário que o professor de ER consiga desenvolver nos(as) alunos(as) o desejo de aprender sobre o fenômeno religioso. Entretanto, esse desejo só irá surgir quando a aprendizagem surtir efeito prazeroso na mente dos(as) alunos(as), ou seja, quando sua inteligência passar a interessar pelos conteúdos que são ministrados em sala de aula e o desejo, fomentar as competências que lhe auxiliarão na tarefa de aprender a identificar o fenômeno religioso na sua realidade.

Na questão 4 do questionário aplicado aos discentes, buscou-se identificar a opinião dos alunos sobre se, durante as aulas de ER, o professor tem se manifestado como sua religião

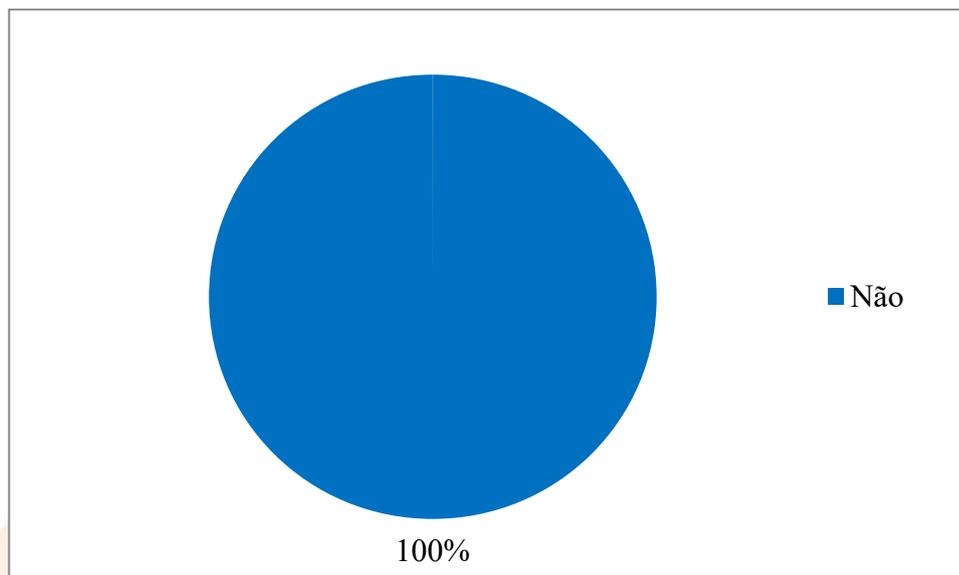
²⁹⁵ ULRICH, Claudete Beise; GONÇALVES, José Mario. O estranho caso do ensino religioso: contradições legais e questões epistemológicas. *Estudos Teológicos*, v. 58, n. 1, p. 14-27, 2018.

²⁹⁶ INCONTRI, Dora; BIGHETO, Alessandro César. Ensino Religioso sem Proselitismo. É Possível? *Videtur*, v. 1, n. 1, p. 1-2, 2019.

²⁹⁷ INCONTRI, BIGHETO, 2019, p. 1.

sendo como modelo a ser seguido (gráfico 6). Na sequência, foi pedido para que dessem exemplos que provassem ou não que o professor de ER estava agindo dessa maneira (tabela 2).

Gráfico 6 - Opinião se o professor tem posto sua religião como modelo a ser seguido.



Os dados do Gráfico 6 confirmaram que as respostas dos discentes demonstram que o professor de ER não utiliza a sua própria religião como único modelo para ser trabalhado em sala de aula. Na estrutura do questionário aplicado, foi pedido para que justificassem suas respostas, mas como todos negaram o questionamento, então, os relatos esboçam que o professor respeita a religião de todos os seus discentes. Todas as declarações são similares a do Discente A “Porque o professor respeita a minha religião e é muito legal que ele me respeita”; a do Discente F “Porque o professor fala que cada um tem sua própria religião. Ele respeita a nossa religião. Também temos que respeitar a dele e a dos demais colegas”; e a do Discente M “Não porque ele sempre respeito a nossa crença, falando sempre bem dela e entre outras religiões”.

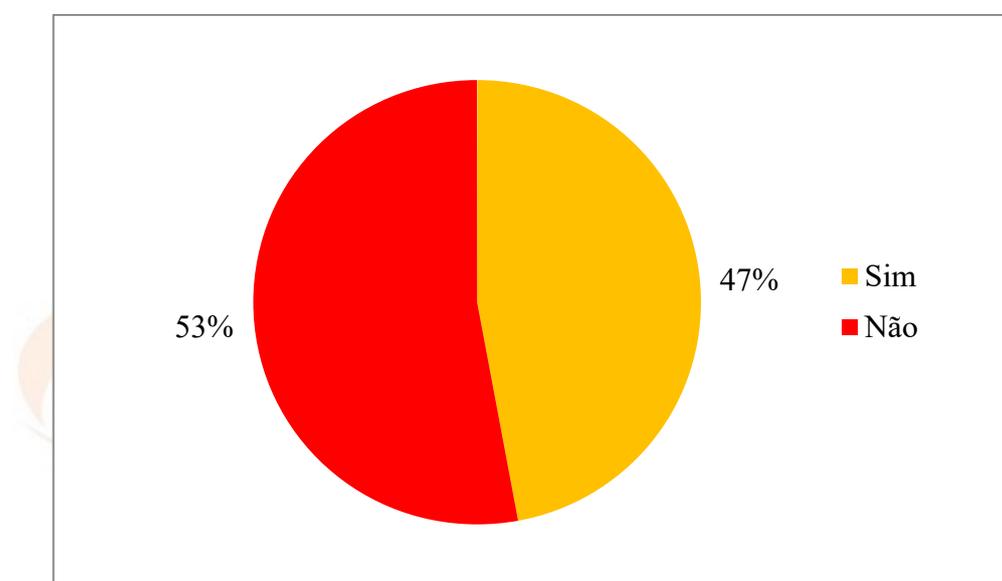
Dora Incontri e Alessandro César Bigheto²⁹⁸ reforçam e confirmam que, conforme o entendimento dos discentes sobre a conduta do Professor de ER em sala de aula, há valorização da Ética, como patamar máximo de encontro das religiões. Não a Ética entendida como conjunto de regras e proibições, mas como imanência na consciência humana, como lei natural que se manifesta em meio a todas as culturas e povos e que as diferentes religiões

²⁹⁸ INCONTRI, BIGHETO, 2019, p. 1.

captam, de formas diversas. Assim, entende-se que essa proposta não exclui evidentemente o ensino religioso confessional (as crianças de famílias católicas, dentro ou fora da escola, poderão ou não fazer a catequese, as judaicas poderão ou não receber, se bem quiserem, as instruções de sua fé, as espíritas, evangélicas, muçulmanas, igualmente).

Em seguida, foi pedido para que os discentes relembressem se na escola em que estudavam, já havia acontecido algum fato ou situação envolvendo a religião (gráfico 7) e também foram solicitados em relatar o fato que marcou e/ou feriu a sua religião (gráfico 8).

Gráfico 7 - Lembranças dos discentes sobre fatos envolvendo a religião em aula de ER.

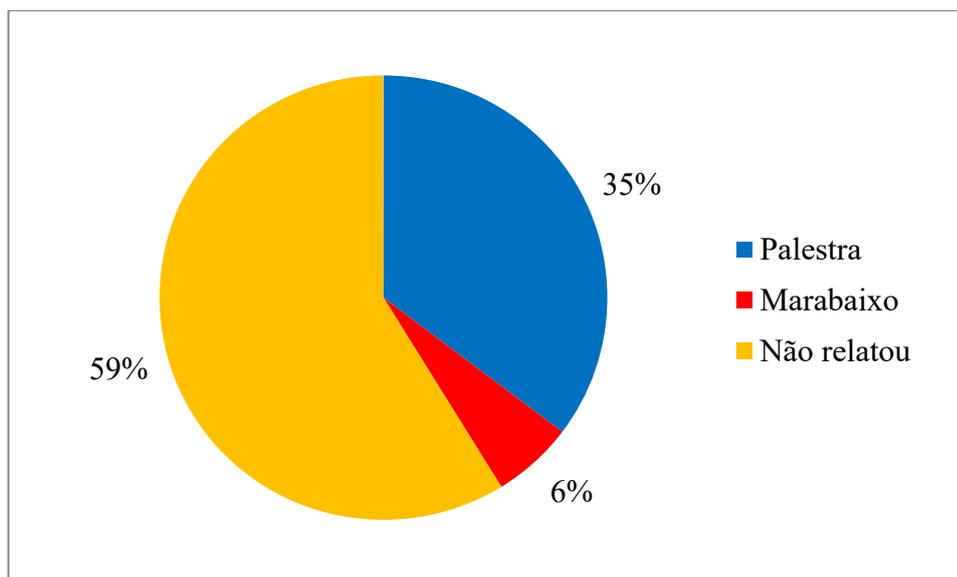


De acordo com o gráfico 7, as respostas dos discentes mostraram um equilíbrio em situações e fatos envolvendo a religião em aula de ER, sendo que houve prevalência de respostas negativas (53%) do que positivas (47%).

Sendo assim, observa-se nas respostas que o professor de ER tem disposto em desuso seu papel de apático em sala de aula, e tem se tornado um mediador construtivo que consegue elaborar o contrato pedagógico com resultados e metas, levando os(as) alunos(as) a se interessarem por suas aulas, utilizando-se de estratégias e ferramentas que lhe serão úteis sempre nessa árdua e complicada tarefa de ensinar o fenômeno religioso.

Então, para melhor compreender as respostas elencadas no gráfico 7, foi pedido para os que responderam positivamente, que discriminassem o que foi marcante ou feriu a sua religião na aula de ER com respostas organizadas no gráfico 8.

Gráfico 8 - Respostas dos discentes para fato envolvendo religião na escola.



Mesmo após solicitar que os discentes descrevessem a situação que foi marcante ou feriu a sua religião na aula de ER, a maioria (59%) não conseguiu fazer esse relato com precisão esperada pela pesquisadora; os demais, 35% relataram alguma palestra que aconteceu na escola e 6% declararam que o Marabaixo²⁹⁹ tornou-se essa situação.

Diante de tais, ressalta-se que entre as respostas da maioria (59%), a qual não conseguiu fazer a descrição adequada e esperada pela pesquisadora da dissertação, esclareça-se que são dados relevantes para a pesquisa, por nortear o processo de construção de conhecimento mas que não há interação com dados verídicos do planejamento educacional do professor de ER. Portanto, há equívocos mas há participação, o que não garante que haja aprovação na disciplina, até porque, por ser facultativa, não há reprovação, então, não há interesses em buscar compreender a simbiose sistemática de organização da matriz curricular da disciplina em consonância com a realidade dos alunos, sendo esta, uma hipótese possível de ser ressaltado nos dados obtidos com essa parcela de alunos(as) na escola quilombola.

Em relação aos 35% de alunos(as) que ao relatarem alguma situação que foi marcante ou feriu a sua religião na aula de ER salientaram o recurso pedagógico palestras, as quais ocorrem através das ações dos projetos pedagógicos e nas culminâncias bimestrais de cada disciplina. Algumas vezes, o professor de ER planeja para esses momentos apresentação

²⁹⁹ Termo que possui vários aspectos conceituais: ritmo da batida dos remos nas caravelas que levavam os negros mar-a-baixo, da mãe África ao Brasil, teria sugerido a denominação e até mesmo a batida das caixas; origens histórico-geográficas dos africanos desembarcados em Mazagão; provavelmente uma variação de marabuto ou marabut, do árabe morabit – sacerdote do malês; resquício ou fragmento do ritual malê, do grande Império afro-sudanês do século XVI (ACCIOLY, Sheila Mendes; SALLES, Sandro Guimarães de. Marabaixo: identidade social e etnicidade na música negra do Amapá. *Amazonaws*, v. 1, n. 16, 2019, p. 4).

de seminários e de palestras com convidados fora da escola e fora da comunidade do Curiaú, que esboçam um entendimento que pode agradar ou desagradar os membros da escola, quando o assunto envolto nessas preleções salienta a diversidade e o proselitismo.

Por último, deve-se salientar que entre os 6% de alunos(as) que declararam que o Marabaixo tornou-se essa situação, tomaram essa iniciativa por ser esse movimento musical tradicional da comunidade do Curiaú e por muitos(as) alunos(as). De acordo com Piedade Lino Videira³⁰⁰, estudiosa e membra da comunidade, o Marabaixo, dança dramático-religiosa de cortejo afrodescendente, está inserido na definição de dança afro por representar a história e a cultura do afroamapaense. Portanto, o Marabaixo é, segundo a autora, a manifestação mais evidente dos descendentes dos primeiros negros que chegaram ao Amapá, através da dança os mesmos expressavam sua religiosidade, demonstravam seus lamentos e faziam cortejos pelas ruas e avenidas de Macapá exprimindo sentimentos e emoções através dessa belíssima arte.

O Marabaixo é tradicional pois foi herdado dos negros africanos e por ressaltar a identidade do povo, assim, sua organização realiza grandiosos eventos que exaltam a cultura afrodescendente através da expressão da dança do Marabaixo e que atualmente mobiliza várias comunidades remanescentes de negros que cantam e encantam e mantem viva a tradição, mobilizando crianças, adolescentes, adultos e idosos nos festejos folclóricos³⁰¹.

Diante de tais constatações, pode-se afirmar que as representações culturais do Amapá tinha por tendência favorecer o tradicional em aspectos culturais, e assim auxiliavam, no aspecto político, na manutenção de uma ideologia que priorizava a identidade a partir de um determinado espaço, o qual, por sua vez, pode se definir como um sistema específico de referenciais dentro do qual se expressam essas contradições. Se as oposições entre as práticas das diferentes classes permanecem, as formas que elas assumem são diferentes, em função das diferentes formações sociais consideradas.

Em relação ao Ciclo do Marabaixo, instituído pela Lei Estadual nº 0845/2004, tem início no Sábado de Aleluia e estende-se até as festividades dedicadas ao Divino Espírito Santo e à Santíssima Trindade, comemoradas quarenta dias após o Domingo de Páscoa. Inserido no calendário cultural do Amapá, os grupos praticantes recebem apoio e incentivo financeiro dos órgãos governamentais, diferente do que ocorria anos atrás, quando a própria

³⁰⁰ VIDEIRA, Piedade Lino. *Marabaixo, dança afrodescendente: significando a identidade étnica do negro amapaense*. São Paulo: EFC, 2008.

³⁰¹ VIDEIRA, 2008, p. 31.

comunidade era responsável desde a busca por recursos até a organização logística e realização da festa³⁰².

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 25/11/2019.



³⁰² MORIM, Júlia. *Marabaixo*. Brasília: Fundação Joaquim Nabuco, 26 de março de 2014, p. 1. Disponível em: <<https://bit.ly/2YNZSaR>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

CONCLUSÃO

A problemática proposta foi respondida e foi confirmado que o ER na Escola José Bonifácio, através de sua gestão e participação de professores, tem procurado conservar as tradições que ocorre através da identidade cultural, simbolizando as múltiplas manifestações religiosas, folclóricas e populares. Isto acontece por já ter sido propagado que o Estado democrático e de direito é laico, há separação entre os legítimos interesses privados das religiões e o interesse público da escola. Essa separação implica luta política, delimitando no tempo e no espaço escolar o dilema epistemológico do ER.

Pode-se assim confirmar que o povo do Quilombo do Curiaú, comunidade de entorno da Escola Estadual José Bonifácio, se formou em torno da cultura do Marabaixo transmitida oralmente de geração em geração. Essa suposição de que uma pessoa religiosa seja melhor, igual ou pior cidadã em razão de sua crença, caracteriza clara discriminação. Não há nenhuma necessidade de a sociedade quilombola ser “cristã” para ser justa. O princípio a valer para o acordo político e a nortear a causa pública é o razoável, o apropriado, o proveitoso, cujo conhecimento de modo algum representa privilégio cristão. Excluem-se, assim, todas as formas de “teocracia” ou de “cristandade”, e juntamente com elas a tentação de a Igreja impor à sociedade secular seu regime e seus valores³⁰³.

Os objetivos foram alcançados, pois conseguiu-se investigar pontos e contrapontos apresentados no discurso da disciplina de ER na Escola Quilombola José Bonifácio, frente ao respeito à diversidade de credos e proselitismo. Nos resultados, constatou-se com o professor de ER que em sala de aula há diálogo inter-religioso, e expôs que ele acontece: (1) por meio da troca de vivências e experiências dos educandos; (2) pelas atividades e projetos interdisciplinares da escola contemplam o ER; e, (3) pelos diálogos sobre a identidade religiosa e a diversidade com inovadoras estratégias educacionais inclusivas. Há participação da sociedade e das famílias na escola através do debate afro.

No discurso dos(as) alunos(as), constatou-se um discurso que em sua maioria, confirmou que em sala de aula há respeito à religião confessional, que o professor de ER estabelece vínculo dialogal e harmonioso e garante uma reciprocidade no tratamento da diversidade em suas aulas, pois ao respeitar a diversidade religiosa pode garantir que o proselitismo religioso não ocorra e assim, garante-se também que o processo ensino

³⁰³ BRAKEMEIER, Gottfried, *O ser humano em busca de identidade: contribuições para uma antropologia teológica*. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulinas, 2002.

aprendizagem ocorra de forma satisfatória, independente da imparcialidade no processo avaliativo dos conhecimentos construídos em sala de aula.

Ademais, os objetivos específicos também foram alcançados, pois conseguiu-se, primeiramente, analisar os principais elementos teóricos apresentados no discurso da disciplina de ER à luz da diversidade de credos. Nessa perspectiva, o referencial teórico que foi elaborado, postulou-se acerca dos aspectos filosóficos, pedagógicos e socioculturais do ER à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e também sobre o contexto histórico e sociocultural da Educação Quilombola.

Em seguida, foram considerados estudos que auxiliassem a identificar aspectos de religiosidade da disciplina de ER na Escola Quilombola José Bonifácio, para esse momento, utilizou-se o Projeto pedagógico que apresentou a ação pedagógica, administrativa e financeira de forma coletiva, envolvendo estudantes, professores(as), funcionários(as), gestores e comunidade escolar em geral num processo de socialização com vistas a formação humana integral, de modo a considerar o desenvolvimento de aprendizagens formais com base na valorização da pluralidade cultural e respeito às diferenças locais, além de propiciar o diálogo com os diferentes conhecimentos dos campos científico, filosófico, político, artístico, tecnológico, cultural e econômico.

A Escola Estadual José Bonifácio está localizada na zona rural de Macapá, exatamente na Comunidade Quilombola do Curiaú. Em virtude, do crescimento populacional, atualmente atende uma clientela de crianças e jovens dos mais diversos bairros e localidades em torno do quilombo,

O público alvo da escola são alunos de 06 a 14 anos, há alguns com distorção idade/série. E a comunidade escolar na qual está inserida situa-se em uma área de proteção ambiental na comunidade do Curiaú que é uma área remanescente de quilombo e atende alunos das comunidades próximas como, Casa Grande, Curiaú Mirim ou Mocambo, Pirativa e Canaã, sendo que estes alunos utilizam transporte escolar como meio de chegar à escola, sendo que maior parte deles residem na comunidade do Curiaú.

As famílias dos alunos são na maioria agricultores, alguns são atendidos pelo Bolsa Família e outros funcionários públicos com poder aquisitivo médio e baixo que contribuem com a escola dentro de suas possibilidades econômicas.

Por fim, os procedimentos de coleta de dados com alunos(as) e professor de ER da Escola Estadual José Bonifácio permitiram identificar dados quantitativos e qualitativos, que foram analisados sob o enfoque estatístico e análise de conteúdo e demonstraram os pontos e contrapontos sobre diversidade de credos e proselitismo religioso.

As Perspectivas obtidas com o Docente de ER da Escola José Bonifácio mostraram um quadro favorável a conquistas de resultados satisfatórios no processo ensino aprendizagem e na adoção de práticas pedagógicas frutíferas na construção de conhecimento sobre a diversidade inerente ao fenômeno religioso e, de certa forma, evitar o proselitismo religioso e atitudes de preconceito com a cultura afrodescendente da comunidade de entorno da escola.

O perfil do educador mostrou-se coerente para exercer suas funções e para promover, de acordo com a legislação, natureza e objetivo atual do ER, o ensino de acordo com a realidade da Escola quilombola, tanto nas propostas pedagógicas como no uso da matriz proposta pela SEED. Portanto, como as perspectivas da formação estão presentes no dia a dia do educador, há, por assim dizer, uma aproximação do ideal e excelente que tem sido aplicado em suas aulas e planejamentos e tem contribuir para a transformação do ensino na realidade específica.

Já nas perspectivas obtidas com os discentes da Escola José Bonifácio, a maioria relatou que participam das aulas de ER, não sabiam se seus pais tinham conhecimento que a disciplina ER era facultativa no ato da inscrição e que não era disciplina geradora de reprovação como as demais, declararam que as aulas de ER possuíam relação com outras disciplinas, mas que essa relação era com as disciplinas História e Filosofia.

O ponto interessante da pesquisa com os(as) alunos(as) foi constatar que o professor de ER não utiliza a sua própria religião como único modelo para ser trabalhado em sala de aula. E, de modo dinâmico, demonstraram que situações e fatos envolvendo a religião em aula de ER foram positivas, principalmente em palestras e pelas ações envolvendo o Marabaixo.

Dessa maneira percebeu-se que o Marabaixo não fora ensinado aos alunos(as) na escola, por ser uma prática cultural tradicional que demonstra relevância à cultura afrodescendente do estado do Amapá, algo que esteve e está na memória dos descendentes daqueles que vivenciaram o período onde essa grande manifestação cultural surgiu. Ao longo dos tempos essa tradição vem sendo passada de geração a geração, e os que atualmente realizam o Marabaixo são filhos, netos e bisnetos dos percussores.

Analisando a amostra das escolas percebeu-se que o Marabaixo é pouco visto nas aulas e no processo ensino aprendizagem da Escola Estadual José Bonifácio, os motivos predominantes da falta dessa prática se dá devido a professores não terem em sua grade curricular capacitação, ou mesmo pela falta de interesse em utilizar músicas e danças tradicionais em seus planos de aula. Mas que, com a realização de projetos (Conviver e Curiaú mostra tua cara) os aproximam dos conhecimentos culturais que deram origem às crenças, costumes e tradições trazidos na bagagem de ancestrais negros da África para o

estado do Amapá e também promovem a diversidade que, em consequência, gera respeito religioso e a transdisciplinaridade, possível de ser trabalhada na proposta pedagógica da escola em área de quilombo.

Percebeu-se através das respostas dos(as) alunos(as) a confirmação da realidade descrita pelo professor e observada nas atividades de campo. Nesta perspectiva, o objeto para o ER como fenômeno religioso na realidade da escola quilombola tem se mostrado sob o enfoque da diversidade e do pluralismo religioso, proporcionando a construção do conhecimento, tornando-se o professor de ER provocador do conhecimento, fundamentado na filosofia, história, biologia, geografia, entre outros, e por sua característica de trabalhos pedagógicos, desenvolver suas aulas o trabalho com debates, análises de discursos, reflexão crítica, hipótese divergente, dúvidas reais ou metódicas, confronto de ideias, dentre outros.

Ademais, os dados analisados puderam auxiliar na constatação de que na realidade da escola quilombola, nas ações do professor de ER e no discurso dos discentes, percebe-se que muita coisa ainda precisa ser feita, pois a estruturação da educação quilombola, no Estado do Amapá, e a aplicabilidade da Lei 10.639/2003 se deparam, ainda, com um sistema educacional complexo e deficitário já que a maioria das escolas quilombolas não tem suporte e nem acompanhamento adequados.

Igualmente, o acesso à continuidade da educação quilombola é muito difícil, pois muitos adolescentes, jovens e adultos saem da comunidade Curiaú por não terem acesso adequado à educação e/ou a possibilidade de dar continuidade a seus estudos. Ademais, há escassez de profissionais qualificados e com experiência em educação escolar quilombola, para auxiliar no processo de transdisciplinaridade, recomendado para o professor de ER encabeçar e planejar sua adoção na realidade escolar e assim, contribuir para o desenvolvimento das Ciências da Religião.

E assim, proporcionar a escola José Bonifácio que em sua realidade consiga inserir estratégias de organização de eventos que definam a postura laica da escola como imperativo no cumprimento do dever do Estado referente ao estabelecimento pleno de uma educação democrática voltada para o aprimoramento e a consolidação de liberdades e direitos fundamentais da pessoa humana.

As pesquisas que vêm sendo desenvolvidas acerca da questão do ER tendem a confluir para o reconhecimento dos avanços normativos e práticos que têm se instaurado no Brasil, no Amapá, e no Quilombo do Curiaú, todavia, também apontam para a persistência de um cenário de intolerância religiosa, racismo, e proselitismo no ensino desta disciplina. Acredito que o terreno da questão religiosa é, no campo educacional, um dos mais árduos a se

debater, especialmente no que se refere à cultura afro-brasileira, considerando não apenas o processo histórico de estigmatização da população negra desde o Brasil Colônia, mas também os movimentos mais recentes de ataque, fomentado especialmente, mas não exclusivamente, por denominações neopentecostais.

Dessa forma, espera-se que os eventos possam promover debates sobre o ER eximindo do contexto do ensino aprendizagem o proselitismo. Visto que, diante dos elementos apresentados nesta pesquisa, é importante destacar que a escola precisa abrir-se para o diálogo com as questões que tratam da religiosidade de matriz africana e a inserção desta temática dentro do espaço escolar, através de subsídios que tratem do Candomblé e da Umbanda, assim como as demais manifestações religiosas que tem suas matrizes africanas ou não. Fazendo-se assim, como ponto de projeto pedagógico e como estratégia de expansão dos conhecimentos por meio de seminários e de mesas redondas dentro da comunidade quilombola.

A escola é formadora por excelência, e no seu espaço cotidiano tem seus instrumentos para formação, tais como a sala do professor e a roda de conversa. Nessas oportunidades, se pode abrir para o debate em questão exatamente dentro do espaço cotidiano, com reflexões e aproximação de conteúdos que venham a contribuir para a desmistificação em torno das religiões brasileiras de matrizes africanas. Essa desmistificação é resultado da busca de conhecimento e como resultado pode vir a ocorrer uma sensível mudança na prática dos professores.

Da mesma forma que os conteúdos de história apresentam os mitos gregos e sua filosofia, também o professor deve trazer para a sala de aula os mitos africanos com suas particularidades próprias, desprovidos do aspecto sagrado como é apresentado no terreiro, considerando que no terreiro também se formam cidadãos de bem para a sociedade e propriamente os mitos africanos promovem isso na vida dos seus adeptos.

É na capacitação de professores, que será possível sensibilizá-los para estas questões que em muitos momentos são invisíveis ou silenciadas no espaço escolar, bem como na sociedade de modo geral, gerando assim atitudes preconceituosas e discriminatórias em relação às religiões brasileiras de matrizes africanas.

É importante compreender que a religião coloca o ser humano diante do sentido último da sua existência e faz com que esses sujeitos sejam protagonistas. Existe uma mediação da salvação no meio das religiões que além das palavras, doutrinas, conceitos, como também os símbolos, ritos e festas, que são manifestações muito próprias do ser humano. As religiões de matrizes africanas tem esses traços muito bem definidos e são bastante comuns na

vida dos alunos da Escola Quilombola apesar do crescimento das denominação pentecostais na comunidade.

É necessário compreender que a religião permite o entrelaçamento das relações igualitárias, observando o direito à igualdade, à garantia de direitos aos excluídos e marginalizados, sendo exatamente nessas questões que as religiões consideradas hegemônicas mantêm seu discurso. A religião constitui a dimensão central da cultura ou das culturas, dos mais diferentes povos, é necessário então exigir que a educação cumpra sua função de mantenedora da sabedoria, da paz, solidariedade e da fraternidade entre os povos apesar das suas diferenças.

A intolerância religiosa tem ganhado espaço em nossa sociedade, principalmente em relação às religiões brasileiras de matrizes africanas, sendo necessário medidas urgentes para reverter este quadro. A escola é um espaço privilegiado para que a inversão desta situação aconteça. Contudo, a escola precisa estar devidamente preparada para assumir este papel, através de uma educação que habilite a sociedade a conviver e respeitar as diferenças e principalmente conceder aos adeptos das religiões brasileiras de matrizes africanas saírem das trincheiras do anonimato, da perseguição e da resistência que marcam a história dessas comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Estelbina Miranda de. Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa. Trad. Cesar Aramarilhas. Assunção, Paraguai: UNA, 2014.

AMAPÁ, Governo do Estado do. Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado - 2016. Proposta Curricular - Ciências Humanas: Ensino Religioso. Amapá: Secretaria de Estado da Educação, 2016.

AMAPÁ, Governo do Estado do. Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Básica do Estado do Amapá - DCEBA. Amapá: GEA/SEED, 2009.

AMAPÁ, Governo do Estado do. Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual José Bonifácio - 2017 a 2019. Macapá: Secretaria de Estado da Educação, 2017.

ARAGÃO, Gilbraz; SOUZA, Mailson. Transdisciplinaridade, o campo das ciências da religião e sua aplicação ao ensino religioso. Estudos Teológicos, v. 58, n. 1, p. 42-56, 2018.

ARAÚJO, Maria José de. Religiões afro-brasileiras: em um debate a partir da Base Nacional Comum Curricular. 2016. 25f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História e Cultura Africana e Afro-brasileira). Departamento de História do CERES - Campus de Caicó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó, 2016.

AZEVEDO, Solange. A liberdade religiosa está ameaçada no país. Revista Isto é, v. 1, nº 216, 4 de maio de 2011.

AZEVEDO, Thales de. A religião civil brasileira: um instrumento político. Petrópolis: Vozes, 1981.

BARBOSA, José Juvêncio. Alfabetização e Leitura. São Paulo: Cortez, 1994.

BARROS, Wellington da Silva de. Mobilidade humana e pluralismo religioso: a Missão Paz e o diálogo inter-religioso na acolhida de imigrantes e refugiados. 2017. 258 f. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

BERGSON, Henri. Cartas, conferências e outros escritos. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 105. (Coleção "Os Pensadores").

BIRMINGHAM, David. A conquista portuguesa em Angola. Lisboa: A Regra do Jogo/História, 1974.

BOTELHO, Denise. Lei nº 10. 639/2003 e educação quilombola. Salto para o Futuro - Boletim 10. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

BRAKEMEIER, Gottfried, O ser humano em busca de identidade: contribuições para uma antropologia teológica. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulinas, 2002.

BRASIL (1824). Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Diário Oficial, 2002, p. 1345.

BRASIL (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Diário Oficial, 2002, p. 1485.

BRASIL (1926). Emenda Constitucional de 3 de Setembro de 1926. Substituição de artigos e parágrafos da Constituição. Disponível em: <<https://bit.ly/2tiKqbb>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL (1931). Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931. Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. Disponível em: <<https://bit.ly/2qVLkcQ>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Decretada e promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: <<https://bit.ly/2YQ0ug1>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Decretada pela Assembléia Constituinte em 19 de outubro de 1946.

BRASIL (1961). Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL (1967). Constituição do Brasil de 1967. Decretada e promulgada pelo Congresso Nacional em 24 de janeiro de 1967.

BRASIL (1971). Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Decretada e promulgada pelo Congresso Nacional em 5 de outubro de 1988.

BRASIL (2018). Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018, p. 432.

BRASIL. Ato das disposições constitucionais transitórias - ADCT, 5 de outubro de 1988, p. 4.

BRASIL. Ato Institucional nº 12, de 1º de setembro de 1969. Dispõe sobre o exercício temporário das funções de Presidente da República pelos Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, enquanto durar o impedimento, por motivo de saúde, do Marechal Arthur da Costa e Silva, e dá outras providências, p. 1.

BRASIL. Base nacional comum curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2RSnY2X>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. Base nacional comum curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/38x2E8S>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal - Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 65.

BRASIL. Lei Federal n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 23 de dezembro de 1996, p. 27833.

BRASIL. Lei Federal n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 23 de dezembro de 1996, p. 27833.

BRASIL. Lei Federal nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal nº 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL. Base Nacional Curricular Comum. Brasília: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2EkdO2R>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2000. Disponível em: <<https://bit.ly/2qVVXMO>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRITO Débora. Menos de 7% das áreas quilombolas no Brasil foram tituladas. Agência Brasil, 29 de maio de 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2tjRunV>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

CARRIL Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 69, p. 539-564, 2017.

CASHMORE, Ellis. Dicionário de Relações Étnicas e Raciais. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

CAVALIERE, Ana Maria. O mal-estar do ensino religioso nas escolas públicas. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 131, p. 303-332, 2007.

CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Regional Sul III, Texto referencial para o ensino religioso escolar. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 15.

CONCEIÇÃO, Silvano da. Estratégias de permanência e desenvolvimento social na Comunidade Rural Quilombola de Velame, Bahia. 2016. 230 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2016.

CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat, marquis de. Cinco memórias sobre instrução pública. Tradução de Maria das Graças de Souza. São Paulo: UNESP, 2008, p. 45-47.

COSTA, Cândida Soares da; GOMES, Flávio. Quilombos, educação, cidadania e reflexão acadêmica. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 8, n. 18, p. 5-6, 2016.

COSTA, Warley da. Olhares sobre olhares: imagens da escravidão nos livros de história: representações do ser negro e construção de identidades. Disponível em: <<https://bit.ly/34qYpZv>>. Acesso: 29 jun. 2019.

COSTELLA, Domênico; OLIVEIRA, Edinilson Turozi de. Epistemologia do Ensino Religioso. *Religião & Cultura*, v. 1, n. 11, p. 43-56, 2007.

CUNHA, Clera Barbosa; BARBOSA, Cláudia. O ensino religioso na escola pública e suas implicações em desenvolver o senso de respeito e tolerância dos alunos em relação aos outros e a si próprios. *Sacrilegens, Juiz de Fora*, v. 8, n. 1, p. 164-181, 2011.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1991.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre Igreja e Estado no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 1, n. 17, p. 20-37, 1993.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação e a primeira onstituente republicana. In: FÁVERO, Osmar (org.). *A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso e escola pública: o curso istórico de uma polêmica entre Igreja e Estado no Brasil. *Educação em Revista*, v. 1, nº 17, p. 20-37, 1993.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. *Revista Brasileira de Educação*, v. 1, n. 27, p. 183-213, 2004.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; COSTA, Célia Souza da. *Religião, ética e educação: experiências e vivências do Quilombo do Mel da Pedreira no Amapá*. Conjectura: Filosofia e Educação, v. 23, n. esp., p. 93-115, 2018.

DELVAL, Juan. Alguns comentários sobre a educação moral. *Pátio: Revista pedagógica*, v. 1, n. 5, p. 1-29, 1998.

DINIZ, Débora; LIONÇO, Tatiana; CARRIÃO, Vanessa. *Laicidade e ensino religioso no Brasil*. Brasília: Letras Livres, 2010.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: Didática e Prática de Ensino*. Interdisciplinaridade, v. 1, n. 6, p. 9-17, 2015.

FIORI, Ernani Maria; ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *Textos escolhidos*. São Paulo: L&PM Editores, 1992.

FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Marcia. Fugas, quilombos e fujões nas Américas (séculos XVI-XIX). *Análise Social*, v. 1, n. 203, 2012, p. 236-267.

FONAPER. *Parâmetros curriculares nacionais do Ensino Religioso*. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2rCFspn>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

FREITAS, DA et al. Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. *Rev. CEFAC*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1999, p. 1-7.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. 48.^a ed. São Paulo: Global, 2003.

GHIRALDELLI JR., Paulo. História da educação. São Paulo: Cortez, 1991.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Verônica. Organização social, festas, lideranças como veículos de educação não-formal. Salto para o Futuro - Boletim 10. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

GUEDES, Eduardo. Os quilombos. Disponível em: <<https://bit.ly/2LUtv4W>>. Acesso em: 3 fev. 2019.

HORTA, José Silvério Baía, O ensino religioso escolar na Itália fascista e no Brasil (1930-1945). Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 1, n. 17, p. 64-78, 1993.

INCONTRI, Dora; BIGHETO, Alessandro César. Ensino Religioso sem Proselitismo. É Possível? Videtur, v. 1, n. 1, p. 1-2, 2019.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Censo escolar da educação básica 2013: caderno de instruções. Brasília: INEP, 2013.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Educação escolar quilombola no Censo da Educação Básica. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. Texto para discussão organizado por Tatiana Dias Silva. Disponível em: <<https://bit.ly/2soJnWG>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de filosofia. 3^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 239.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. O processo de escolarização do ensino religioso no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

KLEIN, Remí, WACHS, Manfredo C., FUCHS, Henri L. (orgs.). O ensino religioso e o pastorado escolar: novas perspectivas – princípios includentes. São Leopoldo: Instituto Ecumênico de Pós-Graduação/ IEPG, 2001.

KORNIS, Mônica. Liga Eleitoral Católica (LEC). Disponível em: <<https://bit.ly/2PldQxN>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

LARCHERT, Jeanes Martins; OLIVEIRA, Maria Waldenez de. Panorama da educação quilombola no Brasil. Políticas Educativas, v. 6, n.2, p. 44-60, 2013.

LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização? Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 123-149, maio 1999.

LINS, Osmar. Do ideal e da Glória: problemas inculturais brasileiros. São Paulo: summus, 1977.

LOPES Thiago Stevenny. O tráfico atlântico e a africanização do Brasil: uma abordagem histórica e uma prática pedagógica. 2016. 21 f. Artigo de conclusão do Curso (Especialização

em História e Cultura Africana e Afro Brasileira). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais novos, 2016.

MALCHER, Maria Albenize Farias. Identidade Quilombola e Território. 2018. 23 f. Artigo (Mestrado em Cultura e Sociabilidade na Amazônia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

MARTINS FILHO, Ives Gandra S. Manual esquemático de filosofia. 3. ed. São Paulo: LTR, 2006.

MARX, KARL; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. Petrópolis: Vozes, 2000.

MELLO, Ana Paula Barbieri de; SUDBRACK, Edite Maria. Caminhos da educação infantil: da constituição de 1988 até a BNCC. Revista Internacional de Educação Superior, v. 5, n. 1, p. 1-21, 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Uma história do povo Kalunga. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

MORIM, Júlia. Marabaixo. Disponível em: <<https://bit.ly/2PKxPVJ>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: Repensar a Reforma, Reformar o Pensamento. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MOURA, Clóvis. Os quilombos e a rebelião negra. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOURA, Gloria. Educação Quilombola. Salto para o Futuro - Boletim 10. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

MOURA, Maria da Glória V. Ritmo e Ancestralidade na força dos tambores negros – o currículo invisível da festa. 1997. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

MOZER, Maria Sônia; TELLES, Vera Lúcia Pereira Nunes. Descobrimo a História: Brasil colônia. São Paulo: Ática, 2002.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: um processo de racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA Lúcia Lippi de. Revolução de 1930. Disponível em: <<https://bit.ly/2Pn7D4D>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

PAINE, Scott Randall. Exclusivismo, inclusivismo e pluralismo religioso. Revista Brasileira de História das Religiões, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2018.

PANASIEWICZ, Roberlei; ARAGÃO, Gilbraz. Novas fronteiras do pluralismo religioso: apontamentos sobre o pós-religional e o transreligioso. Horizonte, v. 13, n. 40, p. 1841-1869, 2015.

PASSOS, João Décio. Ensino Religioso: construção de uma proposta. São Paulo: Paulinas, 2007.

PASSOS, João Décio. Ensino Religioso: mediações epistemológicas e finalidades pedagógicas. In: PASSOS, João Décio. Ensino Religioso e formação docente. São Paulo: Paulinas, 2006.

PELEGRINI, Sandra. Patrimônio cultural: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PILETTI, Nelson, PILETTI, Claudinho. História & Vida Integrada. São Paulo: Ática, 2003.

PINTO, José Marcelino de Rezende; GUIMARÃES, Adriana Cristina. Discriminação racial na escola: vivências de jovens negros. Monografia (Bacharel em Pedagogia). São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP, 2015.

PINTO, Regina Pahim. Diferenças étnico-raciais e formação do professor. Cadernos de Pesquisa, nº 108, p. 199-231, novembro/1999.

PRIORE, Mary del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2003.

REIS, Marcos Vinicius de Freitas; ANJOS, Katia M^a Barbosa dos. Ensino Religioso no Amapá: um olhar sob uma escola pública estadual. Áskesis, v. 6, n. 1, p. 19-29, 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. Raça e desigualdade educacional no Brasil. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas. 8. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

SANTOS, Tânia Regina Lobato dos; COSTA, Regiane de Assunção. Representações sociais de professores: desafios para socialização da criança negra na educação infantil. Tópicos Educacionais, Recife, n.1, jan/jun. 2014.

SCHUCHTER Terezinha Maria; CARVALHO Janete Magalhães. Problematizando os conceitos de diversidade e identidade: os documentos da SECADI e as implicações para o currículo. Espaço do currículo, v.9, n.3, p. 519-529, 2016.

SENA, Luzia (org.). Ensino Religioso e formação docente. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

SENA, Luzia (org.). Ensino religioso e formação docente: ciências da religião e ensino religioso em diálogo. São Paulo: Paulinas, 2006.

SILVA, Eliane Moura da. Religião diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania. REVER (revista de estudos da religião), v. 1, n. 2, p. 1-14, 2004.

SOUZA, Debora Simões de. Perspectiva de educação em uma comunidade quilombola. Entrelaçando - Revista Eletrônica de Culturas e Educação, v. 1, n. 3, 2011, p. 79-95.

SOUZA, João Bosco de. Ecumenismo e diálogo inter-religioso. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

STEIL, Carlos Alberto. Pluralismo, Modernidade e Tradição: Transformações do Campo Religioso. *Ciências Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, v. 1, n. 3, p. 115-129, 2001.

TRECCANI, Girolamo Donenico. Luta de quilombolas hoje é pela posse da terra. *Terra.com.br*, 7 de janeiro de 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/2Ek6hRP>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

ULRICH, Claudete Beise; GONÇALVES, José Mario. O estranho caso do ensino religioso: contradições legais e questões epistemológicas. *Estudos Teológicos*, v. 58, n. 1, p. 14-27, 2018.

VATTIMO, Gianni. *Depois da cristandade: Por um cristianismo não religioso*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VIDEIRA, Piedade Lino. *Marabaixo, dança afrodescendente: significando a identidade étnica do negro amapaense*. São Paulo: EFC, 2008.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. A primeira Escola Normal do Brasil. In: NUNES, Clarice (Org.). *O passado sempre presente*. São Paulo: Cortez, 1992.



ANEXOS

ANEXO - QUESTIONÁRIO DOCENTES

1

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
Mestranda: Joselina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DOCENTES

Identificação

Nome: Yoluis de Jesus Prazer dos Santos Bezerra
Função que exerce: Professor
Curso de graduação: licenciatura em Filosofia e Bacharel em Teologia
Formação específica na área de Ensino Religioso: Especialista em ER
Qual é a sua religião? Católica

Específicas

Parte 1 – Perspectivas dos professores sobre o Ensino Religioso ministrado na Escola José Bonifácio.

1) Você considera que a sua formação acadêmica é suficiente para uma atuação docente da disciplina de Ensino Religioso, frente as novas mudanças na matriz curriculares da disciplina?

Sim, pois por meio da formação que tive, pude aprofundar-me na legislação, natureza e objetivo atual do Ensino Religioso.

2) A Secretaria de Educação do Estado do Amapá determina alguma Matriz Curricular da disciplina Ensino Religioso para a escola?

Sim () Não

Em caso positivo, de que maneira acontece?

(X) Conteúdos e orientações são mandados às escolas e repassados pelos coordenadores pedagógicos.

3) Como são abordados e trabalhados os temas da matriz curricular da disciplina de Ensino Religioso na Escola Estadual José Bonifácio à luz da diversidade de credo religioso?

Apresente a disciplina como área do conhecimento humano, respeitando a basicidade do estado, a diversidade cultural, religiosa brasileira e amapaense.

2

4) No desenvolvimento de sua prática pedagógica como docente da disciplina de Ensino Religioso, de que forma são planejados as atividades curriculares de sala de aula?

O planejamento é feito semanalmente, tendo por referência as orientações curriculares do estado do Amapá e a legislação vigente do ER.

Parte 2 – Perspectivas dos professores sobre a influência causada pelos credos religioso na qualidade do ensino e na aprendizagem da disciplina Ensino Religioso.

1) Quais são as maiores desafios ou dificuldades que você experimenta como docente da disciplina de Ensino Religioso?

Nenhum. Alunos são abertos ao diálogo.
O preconceito parte muitas vezes de nós adultos!

2) Dentre os temas/conteúdos da matriz curriculares da disciplina de Ensino Religioso, qual ou quais você considera que os discentes mais participam ativamente nas atividades?

De todos, pois busco metodologias dialógicas, existivas e inclusivas.

3) Quais são os temas/conteúdos que são mais difíceis de ser abordados com os alunos? Quais seriam os motivos?

No momento não encontrei nenhum tema difícil ou complicado de ser trabalhado.

Parte 3 – Perspectivas dos professores de Ensino Religioso sobre: conflitos, diversidade de credos e proselitismo religioso na escola.

1) Existe diálogo inter-religioso em sala de aula?

Sim () Não () Às vezes

Em caso positivo, de que maneira ele acontece?

Em caso negativo, qual fator, em sua opinião, contribui para que não haja o diálogo inter-religioso?

Por meio da troca de vivências e experiências dos educandos.

2) Conforme sua percepção, os discentes da Escola Estadual José Bonifácio são adeptos, a quais denominações religiosas?

Católicos, Evangélicos e Umbandistas.

3) Na atividades e projetos interdisciplinares da Escola Estadual José Bonifácio, de que forma o componente curricular da disciplina de Ensino Religioso é contemplado?

Por meio do projeto Conviver que está atrelado a disciplina de ER, como um espaço de diálogo sobre as relações interpessoais e no projeto "Luzia mostra Sua Casa", com a chefe da escola, por meio do lixo-religiosidade tradicional.

4) Como se dá a relação entre professor e aluno da Escola Estadual José Bonifácio durante a prática educacional da disciplina de Ensino Religioso?

De forma tranquila, amistosa e respeitosa

4

5) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

Sim () Não

Em caso positivo, relate de que maneira aconteceu?

Visita de líderes religiosos de diferentes denominações para rodas de conversas e diálogos sobre a identidade religiosa e a diversidade.

Prof. Me. Moisés P. Bezerra

ANEXO II - QUESTIONÁRIO DISCENTES

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Joséllina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Luizell Natoly Maria das Santas
 Série: 7º A

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não (x) Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

historia

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

na aula de Ensino Religioso a minha religião
foi respeitada

2

5. Durante as aulas de Ensino Religioso o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim (x) Não () Às vezes

porque o professor respeita minha religião e é muito legal porque ele respeita

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

(x) Sim () Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

Sim já teve palestra já teve apresentação

O que eu acho da disciplina de Ensino Religioso
essa disciplina é as das melhores e ainda mais legal
que ele respeita nossa religião e ai nos aprende muito
sobre deuses de toda religião e ai nos vamos aprendendo
muito com essa disciplina o professor ele é muito
legal ele respeita muito a disciplina dele e tão
legal que agente não gosta que ooble o aula
dele e tão impressionante e muito boa a aula
dele e tão boa que ele respeita a todos,
a religião

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Joselina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Barbrielle Cardozo Pontes

Série: 7º 638

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

A minha religião foi respeitada.

5. Durante as aulas de Ensino Religiosos o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim Não () Às vezes

porque o professor respeita a nossa religião, e tem outros que não respeitam.

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

() Sim Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

não lembro

Bom, eu acho legal, porque agente aprende várias coisas legais e também ele respeita agente e também agente fala sobre as religiões, às vezes agente vai pro lição. e também o professor ele é muito legal.

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Josélina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Geovana Uemely Oliveira Ramos
 Série: 7ª série A

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

Sim Não () Às vezes

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

() Sim Não Às vezes

5. Durante as aulas de Ensino Religiosos o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim Não As vezes

por que o Professor respeita a nossa religião e nós respeitamos o dele.

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

Sim () Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

na lição muitas palestras aqui na escola e em
três lugares também

O professor é muito legal a disciplina e
também legal ele fala de todas as
religiões na sala de aula.

Professor: Moises

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Joselina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Michelly Nascimento Coutinho 
 Série: 4.º A

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim () Não Às vezes

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

A aula de Ensino Religioso é Professor
compre respeito todas as Religiões.

5. Durante as aulas de Ensino Religiosos o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim Não () Às vezes

Porque o Professor Respeita a Religião de Todo Mundo.

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

() Sim Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

Eu Não me lembro.

Bom eu acho que as aulas do Professor são muito bom. Na verdade eu não(acho) eu tenho certeza, porque Ele respeita cada um de nós, o Professor as vezes eu acho ele chato mais tirando isso Eu Amo o Professor Moisés.

Eu Amo PROFE: MOISÉS



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Josélina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Katiane Coutinho Bronze

Série: 2^a 7^a A

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

A minha religião foi respeitada.

2

5. Durante as aulas de Ensino Religiosos o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim Não () Às vezes

Porque o professor respeita as várias religiões

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

(x) Sim Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

Já teve palestra, bate-papo e vários

O professor ele é muito legal e passa várias religiões, filmes e so que nos ajudar a estudar e aprender mais e mais a cada dia.

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Joselina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Franci Maria Ramos das Santos

Série: 7º ano "A"

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim () Não Às vezes

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

Na aula de ensino Religioso minha religião ela foi
respeitada

2

5. Durante as aulas de Ensino Religioso o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim (X) Não () Às vezes

Por que o Professor respeita a minha
Religião

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

() Sim (X) Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

Não lembro de ter

Bom eu acho que a disciplina de ensino Religioso é muito bom de respeito a nossa Religião.

O Professor é uma ótima Pessoa ele sabe explicar todos os assuntos direito e também ele respeita cada Religião de cada aluno. e eu também gostei muito do professor de ensino Religioso

Bom era isso que eu queria falar sobre o Professor e a disciplina.

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Josellina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Helton Costa da Silva

Série: 7.º Ano A

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim () Não Às vezes

Às vezes eu entendo que a disciplina de História

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

No aula de Ensino Religioso o respeito

5. Durante as aulas de Ensino Religiosos o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim Não () Às vezes

Por que o professor respeita todos as
religião

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

() Sim Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

Eu Não lembro

Na matérias de português e muito bacana
por que ele respeita todos nós, ele também e
brinca com nós traz nós para a lição
também. ele fala de todos as religiões muito
bem ok,

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Josellina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Kauã Freitas Nogueira da Costa
 Série: 1ª A 621

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim () Não Às vezes

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

A minha religião é respeitada em sala de aula.

2

5. Durante as aulas de Ensino Religioso o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim Não () Às vezes

por que professor Respeita a nossa
religião religião.

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

() Sim Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

não templa

Professor é muito legal com toda
mente.

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Josellina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Thaíze Mendes Barbosa

Série: 7ª A 221

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

sim muitas das vezes com a matéria de história. Porque a matéria de Ensino Religioso fala sobre vários deuses, e a d. história também fala de alguns deuses.

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

Sim porque quando o professor está falando de várias religiões, ele fala que aquela é a religião deles, diferente da nossa, devemos respeitá-los, por causa da religião. Porque cada um tem o seu deus.

2

5. Durante as aulas de Ensino Religioso o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim Não () Às vezes

Porque o professor fala que cada um tem sua própria religião, ele respeita a nossa religião, também temes que suspei tar a dele e as dos demais colegas.

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

() Sim Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

não lembro

O professor é uma pessoa que respeita a religião de todos os seus alunos, por mais que seja diferente da religião dele. A matéria dele ensina muita coisa - respeito a todas as religiões

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Josellina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Estebany Gomes Ferreira

Série: 2ª ano A 221

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

Na minha religião foi respeitada quando o professor da sua aula ele não sabe nossa religião.

2

5. Durante as aulas de Ensino Religiosos o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim Não () Às vezes

Por que o professor respeita a nova religião e a gente respeita a dele.

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

Sim () Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

Quando é algum dia de festa eles cantam maracatu e dança e quando agente vem pagar a escola para entrar na sala a gente usa e também a nossa escola se fala sobre cultura Religião.

Eu acho legal a aula do professor muito legal ele ensina coisas legais sobre a religião é bom por que ai agente aprende a respeito também a religião dos outros.

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Joselina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Maiara Pantaleão dos Santos

Série: 723701

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

Minha religião foi respeitada.

2

5. Durante as aulas de Ensino Religioso o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

Sim Não Às vezes

porque o professor respeita todos os religiosos.

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

Sim Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

Sim já teve palestra, batuzque e varias coisas.

O professor é muito legal ele só que nos ajuda na disciplina dele.

É a aula que ele dá também e bacana porque ele passa filme, desenho e outras coisas legais.

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Joselina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Kaui Waldner M. R.

Série: 42A

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim () Não Às vezes

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

Por que os professores se filiaram a religião

2

5. Durante as aulas de Ensino Religioso o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim (X) Não () Às vezes

Porque o professor manifestou através de um poema feito de sua religião.

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

(X) Sim () Não

Em caso positivo, relate de que maneira aconteceu?

foi disse proibiram falarmos sobre religião.

*A disciplina de Ensino Religioso uma boa aula, e o professor tem liam
professor ele gosta de falar dos Religiosos e também quando ele fala sobre
a Religiões e ele vai e fala de mais.*

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Josellina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Joseph Sacun Campos Teixeira
 Série: 7.º

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim () Não Às vezes

Filosofia

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

Sim respeita muito por que a própria respeita muito
o aluno,

2

5. Durante as aulas de Ensino Religiosos o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim (X) Não () Às vezes

por que ele mais respeita

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

() Sim (X) Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

não tem ligação

~~muito bom por que~~
 muito bom por que ele ~~ensina~~ ensina muito
~~bem~~ bem ele mais respeita muito mais do que
 os outros professores. ~~da~~ ~~mana~~ ele é muito bom com
 mais na sala de aula gosta muito dele.

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Josellina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Wandell Pimentel Rodrigues

Série: 7º ano A

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim Não () Às vezes

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

sim por que a professora respeita muito

2

5. Durante as aulas de Ensino Religiosos o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim (X) Não () Às vezes

por que eu respeito todos as religiões de todos

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

() Sim (X) Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

Não lembro

A disciplina do professor e muito bom e ele respeita muito os professores e os alunos e ele é uma pessoa muito agradável e eu gosto muito dele e a disciplina dele e ótima

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Josellina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Alvaro Pascho Reis da Cruz

Série: 7ª

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

Os textos que se lêem

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

Não ofende em nada

2

5. Durante as aulas de Ensino Religioso o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim (X) Não () Às vezes

Por que cada um segue sua religião o professor ensina a respeito

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

() Sim (X) Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

Não tem nenhum

A matéria de Ensino Religioso é uma matéria boa e respeitosa porque não ofende nem faz críticas e ensina a respeito a religião de cada um, o professor é uma pessoa do bem e respeitosa.

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Josélina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Pedro Henrique Miranda da Silva
 Série: 7^a A 722

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

De história

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

A minha religião é muito bem respeitada

2

5. Durante as aulas de Ensino Religioso o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim (X) Não () Às vezes

*em Não porque ele sempre respeita as
das crenças falando sempre bem dela e entra
sobre as religiões*

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

(X) Sim () Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

Sim já teve palestra aqui na escola

*Eu acho o aula dele muito, legal porque
a gente aprende culturas de muitos povos suas
crenças ele nos respeita e nos narra opiniões
e na aula de ele sempre nos ensina a respeitar
o próximo e suas crenças.*

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Josellina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: marcos Paulo

Série: 7ª ano A

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim () Não Às vezes

história...

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

Sim sobre respeito no ensino religioso
e foi respeitado.

2

5. Durante as aulas de Ensino Religioso o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim Não () Às vezes

Por que o Professor respeito minha religião
e fala sobre respeito

5) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

Sim () Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

alguns alunos se ajudando um outro
aluno falando sobre os respeito

A aula do Professor de ensino religioso
fala sobre o respeito ensino agente n,
sobre o religião.

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO DOCENTES

1

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
Mestranda: Joselina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DOCENTES

Identificação

Nome: José de Jesus Prazer dos Santos Bezerra
Função que exerce: Professor
Curso de graduação: licenciatura em Filosofia e Bacharel em Teologia
Formação específica na área de Ensino Religioso: Especialista em ER
Qual é a sua religião? Católica

Específicas

Parte 1 – Perspectivas dos professores sobre o Ensino Religioso ministrado na Escola José Bonifácio.

1) Você considera que a sua formação acadêmica é suficiente para uma atuação docente da disciplina de Ensino Religioso, frente as novas mudanças na matriz curriculares da disciplina?

Sim, por por meio da formação que tive, posso aprofundar-me na legislação, natureza e objetivo atual do Ensino Religioso.

2) A Secretaria de Educação do Estado do Amapá determina alguma Matriz Curricular da disciplina Ensino Religioso para a escola?

Sim () Não

Em caso positivo, de que maneira acontece?

Os conteúdos e orientações são modelados nas escolas e repassados pelos coordenadores pedagógicos.

3) Como são abordados e trabalhados os temas da matriz curricular da disciplina de Ensino Religioso na Escola Estadual José Bonifácio à luz da diversidade de credo religioso?

Apresente a disciplina como área do conhecimento humano, respeitando a laicidade do Estado, a diversidade cultural, religiosa brasileira e amapaense.

2

4) No desenvolvimento de sua prática pedagógica como docente da disciplina de Ensino Religioso, de que forma são planejados as atividades curriculares de sala de aula?

O planejamento é feito semanalmente, tendo por referência as orientações curriculares do estado do Amapá e a legislação vigente do ER.

Parte 2 – Perspectivas dos professores sobre a influência causada pelos credos religioso na qualidade do ensino e na aprendizagem da disciplina Ensino Religioso.

1) Quais são as maiores desafios ou dificuldades que você experimenta como docente da disciplina de Ensino Religioso?

Nenhum. Alunos são abertos ao diálogo.
O preconceito parte muitas vezes de nós adultos!

2) Dentre os temas/conteúdos da matriz curriculares da disciplina de Ensino Religioso, qual ou quais você considera que os discentes mais participam ativamente nas atividades?

De todos, pois busco metodologias dialógicas, existivas e inclusivas.

3) Quais são os temas/conteúdos que são mais difíceis de ser abordados com os alunos? Quais seriam os motivos?

No momento não encontrei nenhum tema difícil ou complicado de ser trabalhado.

Parte 3 – Perspectivas dos professores de Ensino Religioso sobre: conflitos, diversidade de credos e proselitismo religioso na escola.

1) Existe diálogo inter-religioso em sala de aula?

Sim () Não () Às vezes

Em caso positivo, de que maneira ele acontece?

Em caso negativo, qual fator, em sua opinião, contribui para que não haja o diálogo inter-religioso?

Por meio da troca de vivências e experiências dos educandos.

2) Conforme sua percepção, os discentes da Escola Estadual José Bonifácio são adeptos, a quais denominações religiosas?

Católicos, Evangélicos e Umbandistas.

3) Na atividades e projetos interdisciplinares da Escola Estadual José Bonifácio, de que forma o componente curricular da disciplina de Ensino Religioso é contemplado?

Por meio do projeto Conviver que está atrelado a disciplina de ER, como um espaço de diálogo sobre as relações interpessoais e no projeto "Luzia mostra Sua Casa", com a chefe da escola, por meio do lixo-religiosidade tradicional.

4) Como se dá a relação entre professor e aluno da Escola Estadual José Bonifácio durante a prática educacional da disciplina de Ensino Religioso?

De forma tranquila, amigável e respeitosa

4

5) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

Sim () Não

Em caso positivo, relate de que maneira aconteceu?

Visita de líderes religiosos de diferentes denominações para rodas de conversas e diálogos sobre a identidade religiosa e a diversidade.

Prof. Me. Moisés P. Bezerra

APÊNDICE II - QUESTIONÁRIO DISCENTES

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Joséllina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Luizell Natoly Maria das Santas
 Série: 7º A

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não (x) Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

historia

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

na aula de Ensino Religioso a minha religião
foi repetida

2

5. Durante as aulas de Ensino Religioso o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim (x) Não () Às vezes

porque o professor respeita minha religião e é muito legal porque ele respeita

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

(x) Sim () Não

Em caso positivo, relate de que maneira aconteceu?

Sim já teve palestra já teve apresentação

O que eu olho da disciplina de Ensino Religioso
essa disciplina é as das melhores e ainda mais legal
que ele respeita nossa religião e ai nos aprende muito
sobre deuses de toda religião e ai nos vamos aprendendo
muito com essa disciplina o professor ele é muito
legal ele respeita muito a disciplina dele e tão
legal que agente não gosta que ooble o aula
dele e tão impressionante e muito boa a aula
dele e tão boa que ele respeita a todos,
a religião

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Joselina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Barbrielle Cardozo Pontes

Série: 7º 628

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

A minha religião foi respeitada.

5. Durante as aulas de Ensino Religioso o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim Não () Às vezes

porque o professor respeita a nossa religião, e tem outros que não respeitam.

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

() Sim Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

não lembro

Bom, eu acho legal, porque agente aprende várias coisas legais e também ele respeita agente e também agente fala sobre as religiões, às vezes agente vai pro lição. e também o professor ele é muito legal.

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Josellina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Geovana Uemely Oliveira Ramos
 Série: 7ª série A

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

Sim Não () Às vezes

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

() Sim Não Às vezes

2

5. Durante as aulas de Ensino Religiosos o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim Não As vezes

por que o Professor respeita a nossa religião e nós respeitamos o dele.

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

Sim () Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

na lição muitas palestras aqui na escola e em
três lugares também

O professor é muito legal a disciplina e
também legal ele fala de todas as
religiões na sala de aula.

Professor: Moises

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Joselina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Michelly Nascimento Coutinho 
 Série: 4.º A

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim () Não Às vezes

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

A aula de Ensino Religioso é Professor
compre respeito todas as Religiões.

2

5. Durante as aulas de Ensino Religioso o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim Não () Às vezes

Porque o Professor Respeita a Religião
de Todo Mundo.

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

() Sim Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

Eu Não me lembro.

Bom eu acho que as aulas do Professor são
muito bom. Na verdade eu não acho eu tenho certeza,
Porque Ele respeita cada um de nós, o Professor
as vezes eu acho ele chato mais tirando isso
Eu Amo o Professor Moisés.

Eu Amo PROFE: MOISÉS



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Josélina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Katiane Coutinho Bronze

Série: 2ª 7ª A

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

A minha religião foi respeitada.

2

5. Durante as aulas de Ensino Religioso o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim Não () Às vezes

Porque o professor respeita as várias religiões

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

(x) Sim Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

Já teve palestra, bate-papo e vários

O professor ele é muito legal e passa várias religiões, filmes e so que nos ajudar a estudar e aprender mais e mais a cada dia.

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Joselina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Franci Maria Ramos das Santos

Série: 7º ano "A"

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim () Não Às vezes

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

Na aula de ensino Religioso minha religião ela foi
respeitada

2

5. Durante as aulas de Ensino Religioso o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim (X) Não () Às vezes

Por que o Professor respeita a minha
Religião

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

() Sim (X) Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

Não lembro de ter

Bom eu acho que a disciplina de ensino Religioso é muito bom de respeito a nossa Religião.

O Professor é uma ótima Pessoa ele sabe explicar todos os assuntos direito e também ele respeita cada Religião de cada aluno. e eu também gostei muito do professor de ensino Religioso

Bom era isso que eu queria falar sobre o Professor e a disciplina.

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Josellina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Helton Costa da Silva

Série: 7.º Ano A

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim () Não Às vezes

Às vezes eu entendo que a disciplina de História

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

No aula de Ensino Religioso o respeito

2

5. Durante as aulas de Ensino Religiosos o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim Não () Às vezes

Por que o professor respeita todos as
religião

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

() Sim Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

Eu Não lembro

Na matérias de progresso e muito bacana
por que ele respeita todos nós, ele também e
brinca com nós traz nós para e lição
também. ele fala de todos as religiões muito
bem ok,

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Josellina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Kauiã Freitas Nogueira da Costa
 Série: 1^o A 621

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim () Não Às vezes

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

A minha religião é respeitada em sala de aula.

2

5. Durante as aulas de Ensino Religioso o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim Não () Às vezes

por que professor Respeita a nossa
religião religião.

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

() Sim Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

não templa

Professor é muito legal com toda
mente.

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Josellina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Thaíze Mendes Barbosa

Série: 7ª A 221

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

sim muitas das vezes com a matéria de história. Porque a matéria de Ensino Religioso fala sobre vários deuses, e a d. história também fala de alguns deuses.

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

Sim porque quando o professor está falando de várias religiões, ele fala que aquela é a religião deles, diferente da nossa, devemos respeitá-los, por causa da religião. Porque cada um tem o seu deus.

2

5. Durante as aulas de Ensino Religiosos o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim (X) Não () Às vezes

Porque o professor fala que cada um tem sua própria religião, ele respeita a nossa religião, também temes que suspei tar a dele e as dos demais colegas.

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

() Sim (X) Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

não lembro

O professor é uma pessoa que respeita a religião de todos os seus alunos, por mais que seja diferente da religião dele. A matéria dele ensina muita coisa - respeito a todas as religiões

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Josellina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Estebany Gomes Ferreira

Série: 2ª ano A 221

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

Na minha religião foi respeitada quando o professor da sua aula ele não sabe nossa religião.

2

5. Durante as aulas de Ensino Religiosos o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim Não () Às vezes

Por que o professor respeita a nova religião e a gente respeita a dele.

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

Sim () Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

Quando e alguns dia de festa eles cantam maracatu e dança e quando agente vem pagar a escola para entrar na sala a gente usa e também a nossa escola se fala sobre cultura Religião.

Eu acho legal a aula do professor muito legal ele ensina coisas legais sobre a religião é bom por que ai agente aprende a respeito também a religião dos outros.

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Joselina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Maiara Pantaleão dos Santos

Série: 723701

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

Minha religião foi respeitada.

2

5. Durante as aulas de Ensino Religioso o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

Sim Não Às vezes

porque o professor respeita todos os religiões.

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

Sim Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

Sim já teve palestra, batucada e varias coisas.

O professor é muito legal ele só que nos ajuda na disciplina dele.

É a aula que ele dá também e bacana porque ele posta filme, desenho e outras coisas legais.

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Joselina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Kaui Waldner M. R.

Série: 42A

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim () Não Às vezes

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

Por que o professor se filiou nessa religião

5. Durante as aulas de Ensino Religioso o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim (X) Não () Às vezes

Porque o professor manifestou através de uma obra feita de sua religião.

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

(X) Sim () Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

foi disse proibido falar sobre religião.

*A disciplina de Ensino Religioso uma boa aula, e o professor tem liam
professor ele gosta de falar dos Religiosos e também quando ele fala sobre
a Religiões e ele vai e fala de mais.*

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Josellina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Joseph Sacin Campos Reis
 Série: 7.º

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim () Não Às vezes

Filosofia

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

Sim respeito muito por que a própria respeito muito
o aluno,

5. Durante as aulas de Ensino Religiosos o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim (X) Não () Às vezes

por que ele mais respeita

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

() Sim (X) Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

não tem lembra

~~muito bom por que~~
muito bom por que ele ~~ensina~~ ensina muito
~~bem~~ bem ele mais respeita muito mais do que
os outros professores. ~~da~~ ~~mana~~ ele e muito bom com
mais na sala de aula gosta muito dele.

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Josellina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Wandell Pimentel Rodrigues

Série: 7º ano A

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim Não () Às vezes

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

sim porque a professora respeita muito

2

5. Durante as aulas de Ensino Religiosos o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim (X) Não () Às vezes

por que eu respeito todos as religiões de todos

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

() Sim (X) Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

Não lembro

A disciplina do professor e muito bom e ele respeita muito os professores e os alunos e ele é uma pessoa muito agradável e eu gosto muito dele e a disciplina dele e ótima

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Josellina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Alvaro Pascho Reis da Cruz

Série: 7ª

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

Os textos que se lêem

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

Não ofende em nada

2

5. Durante as aulas de Ensino Religioso o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim (X) Não () Às vezes

Por que cada um segue sua religião o professor ensina a respeito

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

() Sim (X) Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

Não tem nenhum

A matéria de Ensino Religioso é uma matéria boa e respeitosa porque não ofende nem faz críticas e ensina a respeito a religião de cada um, o professor é uma pessoa do bem e respeitosa.

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Josélina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: Pedro Henrique Miranda da Silva
 Série: 7^a A 722

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

De história

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

A minha religião é muito bem respeitada

5. Durante as aulas de Ensino Religiosos o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim (X) Não () Às vezes

na Não porque ele sempre respeita as suas crenças falando sempre bem dela e entre outras religiões

6) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

(X) Sim () Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

Sim já teve palestra aqui na escola

Eu acho o acto dele muito, legal porque a gente aprende culturas de muitos povos suas crenças ele nos respeita e nos mostra opiniões e na aula de ele sempre nos ensina a respeitar o próximo e suas crenças.

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 Mestranda: Josellina Souza de Oliveira

QUESTIONÁRIO - DISCENTE

Identificação

Nome: marcos Paulo

Série: 7ª ano A

1. Você participa das aulas de Ensino Religioso?

Sim () Não

Se Sim, responda as próximas perguntas.

2. No período de matrículas escolares, seus pais foram orientados sobre a questão da matrícula não ser obrigatória na disciplina de Ensino Religioso?

() Sim () Não Não sei informar

3. Você consegue identificar a relação dos conteúdos oferecidos pela disciplina de Ensino Religioso com outras disciplinas? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim () Não Às vezes

história...

4. Você acha que sua religião é respeitada durante as aulas da disciplina de Ensino Religioso? Em caso positivo ou negativo dê exemplos.

Sim () Não () Às vezes

Sim sobre respeito no ensino religioso
e foi respeitado.

2

5. Durante as aulas de Ensino Religioso o professor manifesta a religião dele como modelo a seguido? Em caso positivo dê exemplos.

() Sim Não () Às vezes

Por que o Professor nos Peito nossa religião
e fala sobre respeito

5) Houve alguma situação na escola envolvendo a Religião?

Sim () Não

Em caso positivo, relate de que maneira acontece?

alguns alunos se ajudando um outro
aluno falando sobre os nos Peito

A aula do Professor de ensino religioso
fala sobre o nos Respeito ensino agente n,
sobre o religião.